



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA Escola Superior de Comunicação,
Administração e Turismo

Importância dos Fundos Comunitários no Município de Mirandela: Práticas e Políticas

Eduarda Filipa Pinto Moz

*Relatório de estágio apresentado à Escola Superior de Comunicação,
Administração e Turismo para obtenção do Grau de Mestre em Administração
Autárquica.*

Trabalho efetuado sob a orientação da:

Professora Doutora Sónia Paula da Silva Nogueira

Mirandela, dezembro de 2023.

Importância dos Fundos Comunitários no Município de Mirandela: Práticas e Políticas

Eduarda Filipa Pinto Moz

*Relatório de estágio apresentado à Escola Superior de Comunicação,
Administração e Turismo para obtenção do Grau de Mestre em Administração
Autárquica.*

Trabalho efetuado sob a orientação da:

Professora Doutora Sónia Paula da Silva Nogueira

Mirandela, dezembro de 2023.

Dedicatória

*Dedico este trabalho aos meus pais e à minha irmã.
Sem vocês ao meu lado, nada disto seria possível.*

Resumo

A Política Regional Europeia trata-se de uma política de investimento estratégico que pretende promover o crescimento económico e melhorar a qualidade de vida das pessoas em todas as cidades, regiões e países da União Europeia. Além do mais, é uma expressão de solidariedade que centraliza o apoio nas regiões menos desenvolvidas. Da Política Regional Europeia surgem os fundos europeus designados de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), quando se tornam instrumentos financeiros desta mesma política, no objetivo da coesão económica, social e territorial.

Desde a adesão à União Europeia em 1986, Portugal passou a beneficiar de apoio financeiro da Política Regional Europeia, através de participações em investimentos nacionais, tanto ao nível público como privado, para o desenvolvimento da sua economia, com o objetivo de aproximar os seus padrões de desenvolvimento à média do contexto europeu.

Neste momento, Portugal encontra-se a receber fundos comunitários na sequência do acordo de parceria, entre 2021-2027, designado Portugal 2030, através dos seus programas.

O presente relatório descreve o estágio realizado na Câmara Municipal de Mirandela, entre 2 de dezembro de 2019 e 24 de junho de 2020. O estágio teve como objetivo analisar a dinâmica dos fundos comunitários no concelho de Mirandela, bem como determinar o peso dos fundos comunitários nas receitas do município.

Recorreu-se ao método qualitativo e quantitativo para a concretização do estudo.

Os resultados obtidos mostram que, para o período de 2016-2020, o total de receitas correntes e de capital ascendem a 118 164 837,10 euros e 9 279 435,50 euros, respetivamente. Em relação às candidaturas dos projetos verificou-se que os valores mais elevados, consoante as áreas de enquadramento das candidaturas, respeitam às áreas do desenvolvimento regional e coesão no valor de 7 419 577,65 euros e do ambiente e ação climática de 4 152 015,27 euros. Os fundos comunitários nas receitas do município representaram, no ano de 2016 de 65%, em 2017 de 196% e em 2020 de 57%. No período estudado, o peso dos fundos comunitários nas receitas foi de 39%.

Palavras-chave: Política Regional Europeia; Fundos Estruturais; Portugal 2020; União Europeia; Município de Mirandela.

Abstract

European Regional Policy is a strategic investment policy that aims to promote economic growth and improve the quality of life of people in all cities, regions and countries of the European Union. Furthermore, it is an expression of solidarity that centralizes support in less developed regions. From European Regional Policy, European funds called European Structural and Investment Funds (ESIF) emerge, when they become financial instruments of this same policy, with the objective of economic, social and territorial cohesion.

Since joining the European Union in 1986, Portugal has benefited from financial support from the European Regional Policy, through contributions to national investments, both at public and private level, for the development of its economy, with the aim of bringing its development standards to the average of the European context.

Currently, Portugal is receiving community funds following the partnership agreement, between 2021-2027, called Portugal 2030, through its programs.

This report describes the internship carried out at Mirandela Municipal Council, between December 2, 2019 and June 24, 2020. The objective of the internship was to analyze the dynamics of community funds in the municipality of Mirandela, as well as to determine the weight of community funds in the municipality's revenues.

Qualitative and quantitative methods were used to carry out the study.

The results obtained show that, for the period 2016-2020, total current and capital revenues amount to 118 164 837,10 euros and 9 279 435,50 euros, respectively. In relation to project applications, it was found that the highest values, depending on the areas covered by the applications, concern the areas of regional development and cohesion in the amount of 7 419 577,65 euros and environment and climate action in the amount of 4 152 015,27 euros. Community funds in the municipality's revenue represented, in 2016, 65%, in 2017, 196% and in 2020, 57%. In the period studied, the weight of community funds in revenue was 39%.

Keywords: European Regional Policy; Structural Funds; Portugal 2020; European Union; Municipality of Mirandela.

Agradecimentos

A realização do presente relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Administração Autárquica ministrado na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo do Instituto Politécnico de Bragança surge como conclusão deste ciclo de estudos. Os tempos nem sempre foram fáceis. Atravessei inúmeros desafios e incertezas, que levaram também a alguma tristeza, no entanto a esperança e a força para continuar e não desistir, vieram por parte de várias pessoas que estiveram comigo durante este longo caminho.

Neste sentido, expresso os meus sinceros agradecimentos:

- À minha orientadora, Professora Doutora Sónia Paula da Silva Nogueira, pela sua manifestação de apoio interminável, pelo aconselhamento e disponibilidade, na melhoria do trabalho e pelo incentivo a nunca desistir que fez com isto fosse possível.
- À Câmara Municipal de Mirandela, na qualidade da Sra. Presidente da Câmara Municipal – Doutora Júlia Rodrigues – pela oportunidade dada para a concretização do estágio.
- À divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica, pelo acolhimento e apoio prestado.
- À Dr.^a Alice Correia, pelo carinho com que me recebeu e pela paciência que sempre demonstrou em tentar ensinar e partilhar os seus conhecimentos.
- Aos meus pais, pelo apoio incondicional em todos os momentos difíceis da minha trajetória académica. Esta é a prova que todo o vosso investimento valeu a pena.
- À minha irmã que esteve sempre comigo neste desafio, incentivando-me a nunca desistir. A ti e a todas as horas que estiveste a meu lado, a dizer para continuar e nunca me deixares desistir.

A todos um muito Obrigada.

Lista de Abreviaturas

AA – Abastecimento de Água

CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CCF – Comissão de Coordenação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

CCN – Comissão de Coordenação Nacional

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIC – Comissão Interministerial de Coordenação

FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

FC – Fundo de Coesão

FEAC – Fundo Europeu de Apoio a Carenciados

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

FEAMPA – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pessoas e da Aquicultura

FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FEEI – Fundos Europeus Estruturais e de Investimento

FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FEP – Fundo Europeu das Pescas

FSE – Fundo Social Europeu

FSE+ – Fundo Social Europeu Mais

FSUE – Fundo de Solidariedade da União Europeia

FTJ – Fundo para uma Transição Justa

ID&E – Instituto de Desenvolvimento Empresarial

IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública

Norte 2020 – Programa Operacional Regional do Norte 2014/2020

PAC – Política Agrícola Comum

PAT – Programa de Assistência Técnica

PEDU – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano

PEPAL – Programa de Estágios Profissionais na Administração Local

PI – Prioridade de Investimento

PO – Programas Operacionais

PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

POAT – Programa Operacional de Assistência Técnica

PORN – Programa Operacional Regional do Norte

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

PT 2020 – Portugal 2020

QCA I – Quadro Comunitário de Apoio I

QCA II – Quadro Comunitário de Apoio II

QCA III – Quadro Comunitário de Apoio III

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RE SEUR – Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos

RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais

RNB – Rendimento Nacional Bruto

RTE-T – Redes Transeuropeias no Domínio das Infraestruturas de Transporte

SAR – Saneamento de Águas Residuais

TFUE – Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

UE – União Europeia

Índice

Resumo	vi
Abstract	vii
Agradecimentos	viii
Lista de Abreviaturas	ix
Índice	xi
Índice de Figuras	xiii
Índice de Gráficos	xv
Índice de Tabelas	xvi
1. Introdução	17
1.1. Âmbito do estágio	17
1.2. Importância da temática em estudo	17
1.3. Objetivos Geral e Específicos	17
1.4. Metodologia	18
1.5. Cronograma das atividades	18
1.6. Estrutura do Relatório de Estágio	22
2. Revisão de Literatura e Quadro Teórico de Análise	23
2.1. Política Regional Europeia.....	23
2.2. Instrumentos Financeiros da Política Regional Europeia	27
2.3. Descrição do Portugal 2030.....	34
2.4. Aplicação em Portugal da Política Regional Europeia (Período 1986-2020): Síntese.....	38
3. Entidade de Acolhimento e Estágio	44
3.1. Enquadramento do Município de Mirandela.....	44
3.1.1. Localização geográfica e caracterização sócio e económico-financeira	44
3.1.2. Organograma	50
3.1.3. Serviço de Candidaturas.....	53
3.1.4. Recursos humanos.....	53
3.2. O Estágio.....	55
3.2.1. Descrição das atividades realizadas	56
3.2.2. Considerações finais sobre as atividades realizadas	75
3.2.3. Reflexão crítica sobre as atividades desenvolvidas	75
3.2.3.1. Valor acrescentado para a formação da estagiária e para a entidade de acolhimento.....	76
3.2.3.2. Contribuição para o estágio, dos conhecimentos e aprendizagem adquiridos pela estudante no seu ciclo de estudos	77
3.2.3.3. Identificação de pontos fracos	77
4. Análise prática	79
4.1. Metodologia de Investigação	79

4.2. Composição das Receitas do Município de Mirandela	79
4.3. Os Fundos Comunitários no Município de Mirandela	83
Conclusões, Limitações do Estudo e Futuras Linhas de Investigação ..	105
Referências Bibliográficas	107
Anexos	113
Anexo I – Como preencher uma Candidatura.....	114
Anexo II – Como efetuar Pedidos de Pagamento.....	124
Anexo III – Como preencher o formulário dos Relatórios de Execução	137

Índice de Figuras

Figura 1. Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEL).....	27
Figura 2. Programas Temáticos do Portugal 2030.....	35
Figura 3. Programas Regionais do Portugal 2030.....	36
Figura 4. Programa de Assistência Técnica do Portugal 2030.....	36
Figura 5. Programas de Cooperação Territorial Europeia do Portugal 2030.....	37
Figura 6. Enquadramento Territorial de Mirandela.....	45
Figura 7. Organograma.....	51
Figura 8. Programas Operacionais Temáticos no Continente.....	57
Figura 9. Programas Operacionais Regionais.....	58
Figura 10. Programas de Desenvolvimento Rural.....	58
Figura 11. Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.....	59
Figura 12. Programa Operacional de Assistência Técnica.....	59
Figura 13. Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia.....	59
Figura 14. Outros Programas.....	60
Figura 15. Página inicial do Balcão 2020.....	114
Figura 16. Página inicial da Área Reservada.....	115
Figura 17. Página inicial da Área Reservada – Candidaturas.....	115
Figura 18. Quadro de preenchimento Identificação da Candidatura.....	116
Figura 19. Quadro de preenchimento - Caracterização da Candidatura.....	117
Figura 20. Quadro de preenchimento - Configuração de Beneficiários.....	117
Figura 21. Quadro de preenchimento - Tipologia de Financiamento.....	118
Figura 22. Quadro de preenchimento Caracterização do Plano de Investimento.....	118
Figura 23. Quadro de preenchimento - Configuração de Indicadores.....	119
Figura 24. Quadro de preenchimento - Informação Complementar.....	119
Figura 25. Quadro de preenchimento - Gestão de Documentos.....	120
Figura 26. Resumo da Candidatura.....	120
Figura 27. Aviso de Submissão de Candidatura.....	121
Figura 28. Termos e Condições de Submissão da Candidatura.....	121
Figura 29. Resumo da Candidatura.....	122
Figura 30. Informação de Direcionamento.....	122
Figura 31. Autenticação do Contribuinte.....	123
Figura 32. Comprovativo da Candidatura.....	123
Figura 33. Página inicial do Balcão 2020.....	124
Figura 34. Página inicial da área reservada – Entidade.....	124
Figura 35. Exemplo de Ecrã de Candidaturas Disponíveis.....	125
Figura 36. Exemplo de Ecrã de Pesquisa de Candidaturas.....	126
Figura 37. Exemplo de Pesquisa Pedidos Pagamento.....	127

Figura 38. Inserir Pedidos Pagamento – Caraterização.	128
Figura 39. Inserir Pedidos Pagamento – Candidaturas Disponíveis (exemplo).	128
Figura 40. Inserir Pedidos Pagamento – Despesas.	129
Figura 41. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa.	130
Figura 42. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa: Identificação do Fornecedor (exemplo).	130
Figura 43. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa: Componentes Disponíveis.	131
Figura 44. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa: Contratos Disponíveis (exemplo).	131
Figura 45. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa: Auto Medição Disponíveis (exemplo).	132
Figura 46. Inserir Pedidos de Pagamento – Importar Despesas.	132
Figura 47. Inserir Pedidos de Pagamento – Despesas.	133
Figura 48. Inserir Pedidos de Pagamento – Confirmação (exemplo).	133
Figura 49. Inserir Pedidos de Pagamento – Documentos (exemplo).	134
Figura 50. Inserir Pedidos de Pagamento – Resumo do Pedido de Pagamento (exemplo). ..	134
Figura 51. Inserir Pedidos de Pagamento – Termo e Condições de Submissão PP.	135
Figura 52. Inserir Pedidos de Pagamento – Informação de Direccionamento AT.	135
Figura 53. Inserir Pedidos de Pagamento – Autenticação AT – 1.º Ecrã.	136
Figura 54. Inserir Pedidos de Pagamento – Autenticação AT – 2.º Ecrã.	136
Figura 55. Acesso ao Relatório de Execução a partir da Ficha de Operação.	137
Figura 56. Relatório de Execução Passo 1 – Identificação.	138
Figura 57. Relatório de Execução Passo 2 – Descrição.	138
Figura 58. Relatório de Execução Passo 3 – Calendarização.	139
Figura 59. Relatório de Execução Passo 4 – Financiamento.	139
Figura 60. Relatório de Execução Passo 5 – Plano de Investimento.	140
Figura 61. Relatório de Execução Passo 6 – Indicadores.	140
Figura 62. Relatório de Execução Passo 7 – Medidas de Publicidade.	141
Figura 63. Relatório de Execução Passo 8 – Questões Ambientais.	141
Figura 64. Relatório de Execução Passo 9 – Condições de Execução.	142
Figura 65. Relatório de Execução Passo 10 – Gestão de Documentos.	142
Figura 66. Relatório de Execução Passo 11 – Resumo do Relatório de Execução.	143

Índice de Gráficos

Gráfico 1. População por Freguesia do Município de Mirandela.	46
---	----

Índice de Tabelas

Tabela 1. Cronograma de Atividades.	19
Tabela 2. Períodos de Programação Anual dos Fundos estruturais: Recursos Alocados a Portugal – Período 1989-2020.	41
Tabela 3. Nível (%) Médio do Apoio dos FEEI - FEDER e FC – Período 1986 a 2013.	42
Tabela 4. Investimentos Apoiados por FEEI (FEDER e FC) – período 1986 a 2020	42
Tabela 5. Índice de Poder de Compra <i>per capita</i> (em %, período 2009-2019).	47
Tabela 6. Estrutura Setorial da População Empregada (segundos os Censos, em percentagem, 2001-2021).	48
Tabela 7. Contribuição de cada Setor de Atividade para a Economia do Município de Mirandela (nº. de indivíduos ativos no setor e valor acrescentado bruto das empresas em milhares de euros; comparação 2010 e 2021).	49
Tabela 8. Dívida do Município de Mirandela: Total e Limite (euros, período 2014 e 2021).	50
Tabela 9. N.º de Postos de Trabalho Ocupados e Previstos, por Cargo/Carreira/Categoria em cada Unidade Orgânica.	54
Tabela 10. Trabalhadores do Município de Mirandela, por Cargo e Género (ano 2022).	55
Tabela 11. Candidaturas do Norte 2020 como Atividade de Estágio.	65
Tabela 12. Candidaturas do Norte 2020 como Atividade de Estágio – Valores.	67
Tabela 13. Descrição Detalhada das Atividades Realizadas.	70
Tabela 14. Receitas Correntes do Município de Mirandela – Período 2016-2020.	81
Tabela 15. Receitas de Capital do Município de Mirandela – Período 2016-2020.	82
Tabela 16. Candidaturas do município de Mirandela ao Norte 2020.	87
Tabela 17. Candidaturas do Município de Mirandela ao PO SEUR.	89
Tabela 18. Candidaturas do Município de Mirandela ao COMPETE 2020	90
Tabela 19. Candidaturas do Município de Mirandela ao POAT 2020.	90
Tabela 20. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020.	92
Tabela 21. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020 – Investimento Proposto.	97
Tabela 22. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020 – Investimento Elegível... ..	99
Tabela 23. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020 – Valor do Financiamento e Valor Suportado.	101
Tabela 24. Candidaturas do Município de Mirandela – Situação.	103
Tabela 25. Contributo dos Fundos Comunitários para a Receita do Município de Mirandela..	104

1. Introdução

No presente capítulo é pretendido abordar o âmbito do estágio, designadamente a descrição dos objetivos decorrentes do contexto organizacional onde se realizou, de acordo com o estudo de investigação científica proposto, a definição da metodologia utilizada para a realização do estudo, o cronograma de atividades executadas. É ainda apresentada a estrutura deste mesmo relatório de estágio.

1.1. Âmbito do estágio

No âmbito do Mestrado em Administração Autárquica, nomeadamente na unidade curricular de Dissertação, Trabalho de Projeto ou Relatório Final do Estágio Profissional, a autora do presente relatório realizou um estágio durante o período de 2 de dezembro 2019 a 24 de junho 2020, com a duração de 486 horas. O estágio realizou-se na Câmara Municipal de Mirandela na Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica, mais propriamente no serviço de Candidaturas, onde foram desenvolvidas diversas atividades inseridas no plano de trabalho definido para o presente estágio.

As atividades realizadas foram, nomeadamente, no que diz respeito ao conhecimento da legislação aplicável às Autarquias Locais, ao conhecimento das medidas e programas de financiamentos comunitários, a gestão de candidaturas, realização dos pedidos de reembolso, aprendizagem da elaboração dos relatórios de execução anuais e finais, organização de dossier de projeto, realização das ações previstas no plano de comunicação da operação, acompanhamento da execução das candidaturas e encerramento dos processos.

1.2. Importância da temática em estudo

O tema em análise para o estágio profissional na Câmara Municipal de Mirandela incidirá sobre o estudo dos fundos europeus, designadamente na análise da dinâmica dos fundos comunitários no concelho de Mirandela, para o período de 2016 a 2020. A ausência deste tipo de análise, no contexto da entidade de acolhimento, consubstancia a relevância desta temática.

1.3. Objetivos Geral e Específicos

O objetivo geral do estágio é analisar a dinâmica dos fundos comunitários no concelho de Mirandela, para o período de 2016 a 2020. Para a concretização do objetivo geral definiram-se os seguintes objetivos específicos, no que respeita ao município de Mirandela:

1. Mapear os projetos cofinanciados.
2. Analisar a composição das receitas (correntes e de capital).
3. Determinar o peso dos fundos comunitários nas receitas totais.

1.4. Metodologia

Para dar resposta aos objetivos enunciados, como metodologia optar-se-á pelos métodos qualitativos e quantitativos. A revisão de literatura possibilitará o enquadramento teórico que caracteriza dos fundos comunitários em Portugal, nos diferentes quadros. Será ainda feita uma análise documental dos processos, dossiers e legislação aplicável aos fundos comunitários e documentos financeiros e orçamentais, acrescidos dos regulamentos vigentes e aplicáveis ao tema na entidade de acolhimento comunitários (método qualitativo).

O método quantitativo será usado para a análise da importância das participações comunitárias, na receita total do município, através da determinação do seu peso e evolução destas participações entre os referidos Quadros Comunitários de Apoio.

1.5. Cronograma das atividades

No âmbito do planeamento do estágio profissional foi definido um Cronograma de Atividades a serem desenvolvidas durante o mesmo, apresentado de seguida (Tabela 1).

Tabela 1. Cronograma de Atividades.

continua

Cronograma (em semanas) Atividades e objetivos	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª	15ª	16ª	17ª	18ª	19ª	20ª	21ª	22ª	23ª	24ª	25ª	26ª	27ª	28ª	29ª	30ª	31ª	32ª	33ª	34ª	
<u>Acolhimento e integração do estagiário</u> Objetivo: Conhecimento da Entidade de Acolhimento em termos de estruturas, equipamentos e pessoas, e integração na equipa de trabalho, sistema Administrativo e legislação aplicável.																																			
<u>Conhecimento da legislação aplicável à AL</u> Objetivo: Conhecer a legislação em vigor aplicável às Autarquias Locais, tais como, normas e regulamentos, adstritas ao Município de Mirandela.																																			
<u>Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica</u> <u>Candidaturas</u> Objetivos: Conhecer a dinâmica da Unidade.																																			
<u>DPEDE: Candidaturas:</u> Objetivos: Conhecer as medidas e programas de financiamento, nomeadamente os financiamentos comunitários.																																			
<u>DPEDE: Candidaturas:</u> Objetivos: Saber gerir as candidaturas, a sua contratualização e execução.																																			
<u>DPEDE: Candidaturas:</u> Objetivos: Efetuar os pedidos de reembolso, e conhecer os procedimentos possíveis.																																			
<u>DPEDE: Candidaturas:</u> Objetivos: Aprender a redigir os relatórios de execução anuais e finais.																																			

Tabela 1. Cronograma de Atividades.

continuação

Cronograma (em semanas)	1^a	2^a	3^a	4^a	5^a	6^a	7^a	8^a	9^a	10^a	11^a	12^a	13^a	14^a	15^a	16^a	17^a	18^a	19^a	20^a	21^a	22^a	23^a	24^a	25^a	26^a	27^a	28^a	29^a	30^a	31^a	32^a	33^a	34^a		
DPEDE: Candidaturas: Objetivos: Como organizar um dossier de projeto de acordo com as orientações exigidas?																																				
DPEDE: Candidaturas: Objetivos: Aprender a realizar todas as ações previstas em plano de comunicação da operação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão.																																				
DPEDE: Candidaturas: Objetivos: Aprender a gerir a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários, dos utilizadores e do público em geral.																																				
DPEDE: Candidaturas: Objetivos: Aprender a fornecer os elementos necessários às atividades de monitorização e avaliação das operações, no quadro da implementação dos FEEI.																																				
DPEDE: Candidaturas: Objetivos: Saber como desenvolver e gerir os meios necessários à captação dos instrumentos financeiros da administração central, fundos comunitários e outros.																																				
DPEDE: Candidaturas: Objetivos: Aplicar os conhecimentos na dinamização no processo de preparação de propostas de candidatura a financiamento.																																				

1.6. Estrutura do Relatório de Estágio

O presente relatório, intitulado Importância dos Fundos Comunitários no Município de Mirandela: Práticas e Políticas, encontra-se estruturada em 5 capítulos. O primeiro capítulo diz respeito ao capítulo introdutório, organizado da seguinte forma: definição do âmbito do estágio, apresentação dos objetivos do estudo, caracterização da metodologia de estudo, descrição do cronograma de atividades e estrutura geral do relatório de estágio.

No segundo capítulo é realizada a revisão de literatura e quadro teórico de análise, através da definição da política regional europeia, a descrição dos instrumentos financeiros da política regional europeia para o acordo de parceria 2021-2027, a descrição do Portugal 2030 e ainda a aplicação em Portugal da política regional europeia.

O terceiro capítulo refere-se à realização do estágio e da entidade de acolhimento do mesmo, nomeadamente a Câmara Municipal de Mirandela. Desta forma é realizado, em primeiro lugar, o enquadramento do Município de Mirandela, através da análise da localização geográfica e caracterização sócio e económico-financeira, o organograma onde se integra a unidade orgânica flexível onde decorreu o estágio, a descrição das competências do serviço de candidaturas e os recursos humanos da Câmara Municipal de Mirandela. Em seguida é retratado o estágio realizado, através da descrição das atividades realizadas, das considerações finais sobre as atividades realizadas e, por último, a análise crítica por parte da estagiária relativamente à experiência e aos conhecimentos adquiridos com a realização do estágio.

Já o quarto capítulo tem como base a realização de uma análise prática, à aplicação dos fundos comunitários atribuídos ao Município de Mirandela, a fim de possibilitar o entendimento da dinâmica dos fundos comunitários e o seu impacto no desenvolvimento do concelho. Para esse propósito, esta parte começa por descrever o objetivo da análise e a metodologia utilizada na respetiva análise. De seguida é ainda descrita a composição da receita total do município, e apurado o peso dos fundos comunitários nas receitas municipais.

Por último, o relatório de estágio termina com a apresentação das conclusões, das limitações encontradas e, ainda, algumas pistas para investigação futura.

2. Revisão de Literatura e Quadro Teórico de Análise

Neste capítulo encontra-se a revisão de literatura e o quadro teórico de análise sobre a política regional no contexto europeu e nacional. Com esse efeito, efetuar-se-á a análise da política regional europeia, conjuntamente com o surgimento da União Europeia (UE) e os objetivos da mesma. A descrição dos instrumentos financeiros da Política Regional Europeia relativos ao acordo de parceria 2021-2027, denominado Portugal 2030, tal como a descrição do mesmo.

Por último, será efetuada a descrição e análise da aplicação em Portugal da política regional europeia.

2.1. Política Regional Europeia

A UE é criada, em 1950, com o objetivo de assegurar uma paz duradoura, sendo inicialmente denominada Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Começa então a unir tanto económica como politicamente os países europeus, levando em consideração este objetivo.

Desde logo a UE, com os seus países fundadores (a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo e os Países Baixos, à data de 1952) representava uma zona que apresentava características económicas relativamente semelhantes entre si, com a exceção do sul de Itália, onde desde cedo foram aplicadas políticas de desenvolvimento específicas. No entanto, os inúmeros alargamentos sofridos pela UE, ao longo dos anos, levaram a que as disparidades existentes entre os Países-Membros crescessem (Abreu, 2017).

Em 1957 é assinado o Tratado de Roma que institui a Comunidade Económica Europeia (CEE), o chamado “Mercado Comum” (https://european-union.europa.eu/index_en). A política regional tem as suas origens neste tratado, pois com a CEE foi também criado o Fundo Social Europeu (FSE). E, em 1968, é criada a Direção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia.

Em 1 de janeiro de 1973, aderiram à UE a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido. Até este primeiro alargamento, a Política Regional Europeia não deteve quaisquer instrumentos financeiros, pelo facto de as regiões que compreendiam a UE serem relativamente homogéneas, com a exceção do Sul da Itália.

Em 1975 é criado o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Assim, no âmbito da política regional da UE, as regiões mais pobres começam a beneficiar da transferência de montantes elevados para fomentar a criação de emprego e de infraestruturas (https://european-union.europa.eu/index_en).

Em 1981, a Grécia torna-se Estado-Membro da UE e, em seguida Portugal e Espanha aderem à UE, em 1986. Com este alargamento *“a área da comunidade aumentou 48%, a sua*

população 22%, mas o seu PIB per capita diminui 6%, o que relevou novas e profundas desigualdades regionais no seio da comunidade” (Salgado, 2005, p. 40).

Em 1987 é assinado o Ato Único Europeu que prevê um vasto programa para seis anos destinado a eliminar os entraves que se opõem ao livre fluxo de comércio na UE, criando assim o “Mercado Único” (https://european-union.europa.eu/index_en).

Com o Ato Único Europeu surgiu o início da política de coesão comunitária, tendo como objetivo *“ajudar os países do sul da comunidade e outras regiões menos desenvolvidas à concretização do mercado único, sem fronteiras, para bens, serviços, pessoas e capitais”* (Salgado, 2005, p. 40).

Em 1988, para se adaptarem às adesões da Grécia, de Espanha e de Portugal, os fundos estruturais integraram-se numa política de coesão global, que introduziu alguns princípios essenciais, tais como a: focalização nas regiões mais pobres e menos avançadas, programação plurianual, orientação estratégica dos investimentos e participação dos parceiros regionais e locais (https://commission.europa.eu/index_pt).

O Tratado de Maastricht surge em 1993 com a União Económica e Monetária, introduzindo três novidades: o Fundo de Coesão, o Comité das Regiões e o princípio da subsidiariedade. Neste mesmo ano foi criado o Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca (https://commission.europa.eu/index_pt).

De 1994 a 1999 duplicaram os recursos destinados aos fundos estruturais e de coesão, que passaram a corresponder a um terço do orçamento da UE (https://commission.europa.eu/index_pt).

Em 1995 aderem à UE três novos Estados-Membros, a Áustria, a Finlândia e a Suécia, sendo ainda adicionado um objetivo específico para apoiar as regiões escassamente povoadas da Finlândia e da Suécia. Em 1997 é assinado o Tratado de Amesterdão e em 1999 nasce a moeda o “euro”, sendo esta introduzida em 11 países unicamente para as transações comerciais e financeiras.

A estratégia de Lisboa em 2000 reorienta as prioridades da UE para o crescimento, o emprego e a inovação. As prioridades da política de coesão são alteradas a fim de ter em conta as novidades introduzidas pela estratégia de Lisboa. Neste mesmo ano, os instrumentos de pré-adesão disponibilizaram fundos e capacidades para os países candidatos à adesão à UE (https://commission.europa.eu/index_pt).

Em 2004 dez novos países aderem à UE (Chipre, Malta, Chéquia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Eslovénia), seguidos, em 2007, pela Bulgária e a Roménia. Em 2013, a Croácia torna-se 28º Estado-Membro da UE.

Em 2020, o Reino Unido sai da UE, após 47 anos de adesão, abrindo um novo capítulo na sua relação com a UE. Surge a pandemia de COVID-19, em março de 2020, que provoca uma

grande emergência de saúde pública e um abrandamento da atividade económica. O que suscita a UE e os seus países membros a trabalharem em conjunto para apoiar os sistemas de saúde, conter a propagação do vírus e garantir vacinas. Em consequência, da pandemia ocorre o acordo para o maior pacote de estímulo alguma vez financiado pelo orçamento da UE, para uma recuperação ao nível ecológico e digital, na sequência do trabalho para alcançar a neutralidade climática até 2050 (https://european-union.europa.eu/index_en).

Por fim, em 2021, a UE lançou a Conferência sobre o Futuro da Europa, e, em fevereiro de 2022, a Rússia invade a Ucrânia, com a UE e os seus parceiros internacionais condenando firmemente a guerra.

Os objetivos da UE estão definidos no artigo 3º do Tratado de Lisboa. Sendo estes (https://european-union.europa.eu/index_pt):

- Promover a paz, os seus valores e o bem-estar dos seus cidadãos;
- Proporcionar um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em conjugação com medidas adequadas nas suas fronteiras externas para regular o asilo e a imigração e prevenir e combater a criminalidade;
- Estabelecer um mercado interno;
- Favorecer o desenvolvimento sustentável, assente num crescimento económico equilibrado e na estabilidade dos preços, e numa economia de mercado altamente competitiva, com pleno emprego e progresso social;
- Proteger e melhorar a qualidade do ambiente;
- Fomentar o progresso científico e tecnológico;
- Combater a exclusão social e a discriminação;
- Promover a justiça e a proteção sociais, a igualdade entre homens e mulheres e a proteção dos direitos da criança;
- Promover a coesão económica, social e territorial, e a solidariedade entre os países da UE;
- Respeitar a riqueza da diversidade cultural e linguística da UE; e,
- Estabelecer uma união económica e monetária cuja moeda é o euro.

A Política Regional Europeia é criada através dos desequilíbrios regionais existentes devido à adesão de novos Estados-Membros, ficando a economia comunitária cada vez mais heterogénea, tendo assim um papel importante no que diz respeito a uma melhor distribuição da atividade económica entre as regiões.

O conceito de Política Regional Europeia segundo Fernandes (citado em Oliveira, 2013, p. 5) é que esta é *“concebida para aumentar o grau de convergência entre os Estados-Membros e assegurar uma melhor repartição da atividade económica por todo o território comunitário”*. Pires (citado em Oliveira, 2013, p. 5) acrescenta afirmando que *“a noção de Política Regional Europeia designa um conjunto de orientações e atuações levadas a cabo a nível comunitário”*.

com o objetivo de dar resposta a preocupações associadas às políticas de desenvolvimento regional”.

A política regional surge no âmbito do investimento da UE a nível local. Dirigida a todas as regiões e municípios da UE, *“esta política prevê medidas destinadas a promover o crescimento económico e o emprego e a melhorar a qualidade de vida através de investimentos estratégicos”* (https://european-union.europa.eu/index_pt).

Através do investimento regional e solidariedade por parte da UE, pretende-se que as pessoas que vivem em regiões menos desenvolvidas possam tirar partido das oportunidades criadas pelo maior mercado do mundo.

A este propósito, Fernandes (citado em Oliveira, 2013, p. 6) refere que o objetivo fundamental da Política Regional Europeia *“consiste em reduzir os desequilíbrios regionais, criando as condições necessárias e indispensáveis a uma maior integração económica e monetária bem como ao fortalecimento da coesão económica e social”.*

De realçar, ainda, que a política regional da UE tem impacto em cinco domínios fundamentais (https://european-union.europa.eu/index_pt):

- Pessoas: facilitando o acesso ao emprego, à educação e às oportunidades de inclusão social;
- Pequenas e médias empresas: apoiando o seu desenvolvimento;
- Investigação e na inovação: promovendo o investimento e o emprego relacionado com a investigação;
- Ambiente: através de grandes projetos para melhorar a sua proteção;
- Setores dos transportes e da energia: modernizando-os para lutar contra as alterações climáticas, consagrando uma atenção especial às energias renováveis e às infraestruturas de transportes inovadoras.

Ainda que, a política geral seja estabelecida ao nível da UE, a gestão dos fundos é da responsabilidade conjunta da Comissão Europeia e das autoridades nacionais, regionais e locais.

2.2. Instrumentos Financeiros da Política Regional Europeia

Os instrumentos financeiros da Política Regional Europeia, também designados de Fundos Estruturais ou Fundos Comunitários, para o Acordo de Parceria entre 2021-2027, nomeadamente o Portugal 2030 são: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu Mais (FSE+), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) e o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI).

A figura 1 retrata quais são os FEEI.

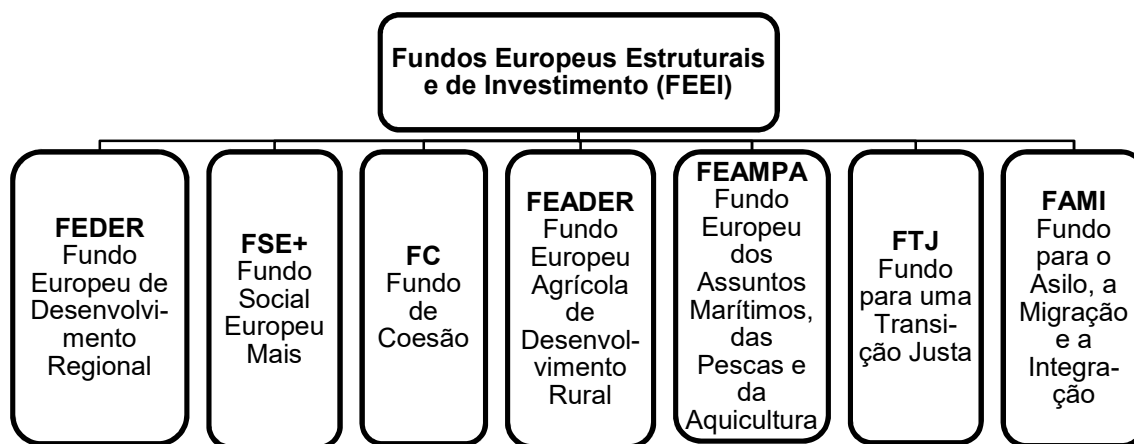


Figura 1. Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os FEEI efetuam o objetivo de coesão económica, social e territorial da UE. Devido ao facto de que os mesmos se destinam a reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões da UE, e ainda o atraso das regiões e das ilhas menos favorecidas, através de uma especial atenção às zonas rurais, às zonas afetadas pela transição industrial e às regiões com limitações naturais ou demográficas graves e permanentes (<https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario>).

Importa notar que, mais de metade das verbas da UE são direcionadas através dos FEEI, que são administrados em conjunto pela Comissão Europeia e pelos países da UE.

O objetivo destes fundos é “promover o investimento na criação de emprego e numa economia e ambiente europeus sustentáveis e saudáveis” (https://commission.europa.eu/index_pt).

Os referidos fundos centram-se essencialmente em cinco domínios (https://commission.europa.eu/index_pt):

- A investigação e a inovação;
- As tecnologias digitais;
- O apoio à economia hipocarbónica;
- A gestão sustentável dos recursos naturais;
- As pequenas e médias empresas.

I. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), criado em 1975, é um instrumento financeiro da Política Regional Europeia com o objetivo de reduzir as disparidades entre as regiões, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as mesmas, através da contribuição financeira para investimentos públicos e privados.

Este fundo surge estipulado nos artigos 174.º a 178.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE (TFUE).

A este propósito, importa referir que o objetivo da criação do FEDER foi para *“atenuar as desigualdades regionais dentro da CEE a partir da reconversão das regiões industriais em declínio e de medidas de apoio às regiões menos favorecidas”* (Rolo, 2018, p. 15).

Cumprе também referir que os dois principais objetivos do FEDER são: *“investir no crescimento e no emprego, com o objetivo de consolidar o mercado laboral e as economias regionais e a cooperação territorial europeia, com o objetivo de reforçar a cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional na UE”* (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

Dos recursos atribuídos ao FEDER, no período 2021-2027, ao primeiro objetivo foram designados a três categorias diferentes de regiões (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>):

- Regiões mais desenvolvidas com um PIB *per capita* superior a 100 % da média da UE;
- Regiões em transição com um PIB *per capita* situado entre os 75 % e os 100 % da média da UE;
- Regiões menos desenvolvidas com um PIB *per capita* inferior a 75 % da média da UE.

Por último, no que respeita ao orçamento para o período de programação 2021-2027, ao FEDER é afeto cerca de 226 mil milhões de euros. Deste montante, 9 mil milhões de euros são para a cooperação territorial europeia e 1,9 mil milhões de euros de dotações especiais para as regiões ultraperiféricas e escassamente povoadas (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

II. Fundo Social Europeu Mais

O Fundo Social Europeu Mais (FSE+) é o principal instrumento da UE para investir nas pessoas, promover o emprego e para concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Este encontra-se estipulado, através da Decisão de Execução (UE) 2021/1130, de 5 julho de 2021, da Retificação do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho de 2021, do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho de 2021, da Retificação do Regulamento (UE) 2021/1057, de 24 de junho de 2021 e do Regulamento (UE) 2021/1057, de 24 de junho de 2021.

Desde logo, o FSE+ constitui um dos principais instrumentos para a recuperação socioeconómica da UE após a pandemia de COVID-19, na ajuda dos seus Estados-Membros, devido aos desafios que esta causou, através da perda de ganhos em termos de participação no mercado de trabalho, aos problemas nos sistemas educativos e saúde e evidenciou as desigualdades já existentes (https://commission.europa.eu/index_pt).

No que respeita as diferenças entre o anterior FSE e o FSE+ é que este reúne quatro instrumentos de financiamento que eram distintos no período de programação 2014-2020: o FSE, a Iniciativa para o Emprego dos Jovens, o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas, o Programa para o Emprego e a Inovação Social (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

No que respeita ao orçamento para o período 2021-2027 o FSE+ vai usufruir de quase 99,3 mil milhões de euros, para o seguimento de um importante contributo para as políticas da UE em matéria social, de emprego e educação e competências, incluindo reformas estruturais nestes domínios (https://commission.europa.eu/index_pt).

De realçar, ainda que o FSE+ deve apoiar e complementar as políticas dos Estados-Membros, atribuindo-lhes um valor acrescentado, com o objetivo de *“garantir a igualdade de oportunidades, o acesso ao mercado de trabalho, condições de trabalho justas, proteção social e inclusão social, bem como um elevado nível de proteção da saúde”* (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

III. Fundo de Coesão

O FC entrou em vigor após a assinatura do Tratado de Maastricht em 1992, com o objetivo de apoiar as regiões mais atrasadas. A criação deste está diretamente ligada ao avanço da CEE para uma União Económica e Monetária.

O FC tem como objetivos específicos o investimento no crescimento e no emprego e uma Europa mais conectada, fomentando a mobilidade e a conectividade regional em matéria de Tecnologias de Informação e Comunicação (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

No que respeita à base jurídica relativa a este fundo, esta encontra-se disposta no artigo 177º do TFUE.

O FC financia projetos no setor dos transportes e do ambiente nos países em que o rendimento nacional bruto (RNB) por habitante é inferior a 90% da média da UE (https://commission.europa.eu/index_en). O FC foi criado com o intuito de reforçar a coesão económica, social e territorial da UE pretendendo promover um desenvolvimento sustentável.

Relativamente ao período de programação 2021-2027, o FC fornecerá apoio *“a investimentos no ambiente, nomeadamente em domínios relacionados com o desenvolvimento sustentável e a energia que apresentam benefícios ambientais, a redes transeuropeias no domínio das infraestruturas de transportes (RTE-T), e a assistência técnica”* (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

A este propósito, o FC, durante o período de programação 2021-2027 respeita à Bulgária, Chéquia, Estónia, Grécia, Croácia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia e Eslovénia (https://commission.europa.eu/index_en).

As regras do FC para o período de 2021-2027 estão estabelecidas no regulamento relativo ao FEDER e ao FC (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

Em relação à legislação, este encontra-se estipulado na retificação do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho de 2021, da Decisão de Execução (UE) 2021/1130, de 5 de julho de 2021, do Regulamento (UE) 2021/1058, de 24 de junho de 2021 e do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho de 2021.

Acrescer referir que no período 2021-2027, a UE *“afetará 42,6 mil milhões de euros (a preços de 2018) ao FC, dos quais a contribuição para o Mecanismo Interligar a Europa ascenderá a 10 mil milhões de euros”* (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>). Sendo que, a taxa de cofinanciamento pode atingir 85% do valor dos projetos. Prevendo-se ainda que do total das dotações financeiras do FC, nomeadamente 37% contribuam para os objetivos climáticos da UE (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

Cumprir, ainda, referir que ao abrigo do FC para 2021-2027, o orçamento para Portugal é de 3.946 em milhões de euros (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

IV. Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

O FEADER suporta a política europeia em matéria de desenvolvimento rural, através do financiamento de programas de desenvolvimento rural em todos os Estados-Membros e regiões da UE. Os programas são criados conjuntamente pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros, tendo em consideração as orientações estratégicas da política de desenvolvimento rural adotada pelo Conselho e as prioridades estabelecidas nos planos estratégicos nacionais.

O FEADER é ainda o principal instrumento de financiamento destinado aos Estados-Membros, de forma a alcançar os objetivos europeus de política de desenvolvimento rural, tais como,

“melhorar a competitividade das empresas agrícolas, florestais e agroalimentares, ajudar a proteger a natureza e o ambiente, apoiar as economias rurais e ajudar a qualidade de vida nas zonas rurais” (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

Em 1 de junho de 2018, a Comissão Europeia apresentou propostas legislativas sobre a política agrícola comum (PAC) para o período 2021-2027. De forma a dar continuação aos pagamentos dos agricultores e outros beneficiários da PAC, foi estabelecido um regulamento transitório para os anos de 2021 e 2022 (https://commission.europa.eu/index_en).

O regulamento de transição ampliou grande parte das regras da PAC, em vigor durante o período de 2014-2020, englobando também os novos elementos para o Pacto Ecológico Europeu (https://commission.europa.eu/index_en).

Em relação à base jurídica, o FEADER encontra-se estipulado pelo Regulamento (UE) 2020/2220, de 23 de dezembro de 2020 que estabelece certas disposições transitórias para o apoio do FEADER e do FEAGA (Fundo Europeu Agrícola de Garantia) nos anos de 2021 e 2022.

No que respeita à PAC e a sua contribuição para os objetivos do desenvolvimento rural da UE, a mesma é baseada no FEADER (https://commission.europa.eu/index_en).

Acresce, ainda, referir que quanto ao orçamento do FEADER para 2021-2027 é de 95,5 mil milhões de euros, dos quais 8,1 mil milhões de euros são ao abrigo do programa *NextGenerationUE*, para ajudar a enfrentar os desafios colocados pela pandemia do COVID-19 (https://commission.europa.eu/index_en).

Por último, a legislação referente ao FEADER trata-se do Regulamento (UE) 2021/2115, de 2 de dezembro de 2021, a Retificação do Regulamento (UE) 2021/2115, de 2 de dezembro de 2021, o Regulamento (UE) 1305/2013, de 17 de dezembro de 2013 e o Regulamento (UE) 1306/2013, de 17 de dezembro de 2013.

V. Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e da Aquicultura

O FEAMPA pretende orientar o financiamento concedido a partir do orçamento da UE para a política comum das pescas, a política marítima da UE e os compromissos internacionais da UE no domínio da governação dos oceanos (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

O FEAMPA entrou em vigor em 14 de julho de 2021 e encontra-se estipulado no Regulamento de Execução (UE) 2022/44, de 13 de janeiro de 2022, no Regulamento de Execução (UE) 2022/45, de 13 de janeiro de 2022, Regulamento de Execução (UE) 2022/46, de 13 de janeiro de 2022, na Retificação do Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho de 2021, no Regulamento (UE) 2021/1139 de 7 de julho de 2021 e no Regulamento (UE) 2021/1060, de 24 de junho de 2021.

O FEAMPA ajuda a alcançar uma pesca sustentável e a conservar os recursos biológicos marinhos, mediante a segurança alimentar através do fornecimento de produtos do mar, do crescimento de uma economia azul sustentável e dos mares e oceanos saudáveis, seguros e geridos de forma sustentável (https://commission.europa.eu/index_en).

Nesta perspetiva o FEAMPA foi criado com as seguintes prioridades (<https://eurocid.mne.gov.pt/>):

- *“fomentar pescas sustentáveis e a conservação dos recursos biológicos marinhos;*
- *contribuir para a segurança alimentar da União graças a uma aquicultura e mercados competitivos e sustentáveis;*
- *permitir o crescimento de uma economia azul sustentável e fomentar a prosperidade das comunidades costeiras; e*
- *reforçar a governação internacional dos oceanos e assegurar oceanos e mares seguros, limpos e geridos de forma sustentável.”*

O orçamento do FEAMPA para 2021-2027 é de 6,108 mil milhões de euros (https://commission.europa.eu/index_en).

A este propósito, a gestão do programa é feita por gestão partilhada e gestão direta. Na gestão partilhada *“5,311 mil milhões de euros são fornecidos através de programas nacionais cofinanciados pelo orçamento da UE e pelos países da UE”* (<https://eurocid.mne.gov.pt/>). Na gestão direta, *“797 milhões de euros serão fornecidos diretamente pela Comissão”* (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

VI. Fundo para uma Transição Justa

O FTJ trata-se do novo instrumento da Política de Coesão para o ciclo 2021-2027, como primeiro pilar do mecanismo para uma transição justa no contexto do Pacto Ecológico Europeu com vista a atingir a neutralidade climática da UE até 2050 (https://commission.europa.eu/index_en).

O FTJ está estipulado juridicamente no artigo 175º do TFUE e estabelecido através do Regulamento da UE 2021/1056 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021.

A Comissão Europeia, no ano de 2019, criou uma política de crescimento para a UE, através da constituição de um mecanismo para uma transição justa, que incluísse também o FTJ, de modo a colocar ênfase nas regiões e nos setores mais afetados pela transição devido à sua dependência dos combustíveis fósseis, nomeadamente o carvão, a turfa e o xisto betuminoso, bem como nos processos industriais com elevada intensidade carbónica (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

O mecanismo é constituído por três pilares, o FTJ, *“um regime específico ao abrigo do programa InvestEU e um mecanismo de crédito ao setor público, atribuído pelo Banco Europeu de Investimento, a fim de mobilizar investimentos adicionais nas regiões em causa”* (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

O objetivo principal do FTJ trata-se da *“redução do impacto da transição, através do financiamento da diversificação e da modernização da economia local e da atenuação das repercussões negativas sobre o emprego”* (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

Relativamente ao orçamento correspondente ao FJT, os Estados-Membros terão uma dotação de 40 mil milhões de euros. Sendo este valor disponibilizado aos países da UE como apoio na transição (<https://eurocid.mne.gov.pt/>). Este pode traduzir-se num orçamento global de 17,5 mil milhões de euros para o período 2021-2027, num financiamento correspondente a 7,5 mil milhões de euros ao abrigo do quadro financeiro plurianual, adicionado por um montante de 10 mil milhões de euros ao abrigo do Instrumento de Recuperação da União Europeia (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>). A esta dotação pode ainda ser adicionada a que lhes é atribuída através do FTJ cujos recursos sejam abrangidos ao abrigo do FEDER e do FSE+ (<https://www.europarl.europa.eu/portal/pt>).

VII. Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

O Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) foi aprovado pela Comissão Europeia através do Programa FAMI 2030 para o período de programação 2021-2027.

A este propósito importa referir que o FAMI *“contribui para reforçar a política migratória da União Europeia, garantir uma ação comum por parte dos Estados-Membros e dar uma resposta aos desafios migratórios atuais”* (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

O FAMI engloba quatro âmbitos: *“a política de asilo, a migração legal e integração, a migração ilegal e regresso e a partilha de solidariedade e responsabilidade entre os Estados-Membros”* (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

Em relação a este fundo, o valor disponível para Portugal através do Programa FAMI 2030 é de 70,2 milhões de euros para financiar investimentos na área da gestão dos fluxos migratórios. Este valor é distribuído por objetivos específicos e assistência técnica (<https://www.fami2030.gov.pt/>).

O objetivo estratégico do FAMI assume a contribuição *“para uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, em consonância com o acervo da União e no respeito dos compromissos da União em matéria de direitos fundamentais”* (<https://eurocid.mne.gov.pt/>). Em concreto, os objetivos específicos do FAMI são: i) o asilo, através do investimento na eficiência dos procedimentos de proteção internacional; ii) o investimento nos regressos voluntários e na reintegração nos países de origem, do apoio à migração legal e integração dos nacionais de países

estrangeiros; e, iii) a solidariedade mediante o apoio na cooperação com países terceiros, por meio da reinstalação e de outras vias legais (<https://www.fami2030.gov.pt/>).

De realçar ainda, que os beneficiários deste fundo são as entidades públicas da administração central, regional e local, das entidades privadas sem fins lucrativos ou equiparadas, das organizações internacionais, das associações de refugiados ou de migrantes, das associações de empresários ou de trabalhadores e das entidades do ensino superior e centros de investigação (<https://eurocid.mne.gov.pt/>).

2.3. Descrição do Portugal 2030

O Portugal 2030 põe em prática o Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia para aplicar 23 mil milhões de euros dos fundos europeus em projetos que estimulem e desenvolvam a economia portuguesa, entre 2021 e 2027 (<https://portugal2030.pt/>).

Este acordo tem como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro (<https://portugal2030.pt/>).

A este propósito, o Decreto-Lei n.º5/2023, de 25 de janeiro, juntamente com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro, estabelece um conjunto de princípios orientadores gerais da governação do Portugal 2030 e dos respetivos programas, do FAMI, bem como na aplicação dos respetivos fundos europeus.

A aplicação dos fundos europeus está direcionada na obtenção de resultados, nomeadamente mais conhecimento, inovação e valor acrescentado, mais sustentabilidade e melhor utilização de recursos, maior conectividade e proximidade dos territórios e mais e melhores competências, favorecendo para uma melhoria da qualidade de vida dos portugueses (Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março).

Relativamente ao modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027 encontra-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, onde se definem os seus órgãos de governação, bem como as respetivas funções e competências.

Para além disso, o Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março define o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do FAMI para o período de programação de 2021-2027, nomeadamente no que se refere à regulamentação aplicável, aos requisitos associados à elegibilidade, às obrigações dos beneficiários e às modalidades e formas de financiamento, de acordo com o estipulado nos Regulamentos (UE) n.ºs 2021/1056, 2021/1057, 2021/1058 e 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021 e nos Regulamentos (UE) n.ºs 2021/1139 e 2021/1147, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de julho de 2021.

Acresce referir que este decreto-lei se aplica às operações financiadas pelo FEDER, pelo FSE+, pelo FC, pelo FEAMP e pelo FTJ, aplicando-se ainda, com as necessárias adaptações ao FAMI para o período de 2021-2027.

A programação do Portugal 2030 é realizada através de cinco objetivos estratégicos da UE, designadamente um Portugal mais inteligente, mais verde, mais conectado, mais social e mais próximo dos cidadãos. Tendo ainda um objetivo específico que é a transição justa para uma economia sustentável e neutra em carbono (<https://portugal2030.pt/>).

O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas, sendo quatro de âmbito temático, cinco regionais e o Programa de Assistência Técnica. Para além destes acrescentam-se ainda os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa.

A figura 2 retrata quais os Programas Temáticos correspondentes ao Portugal 2030.

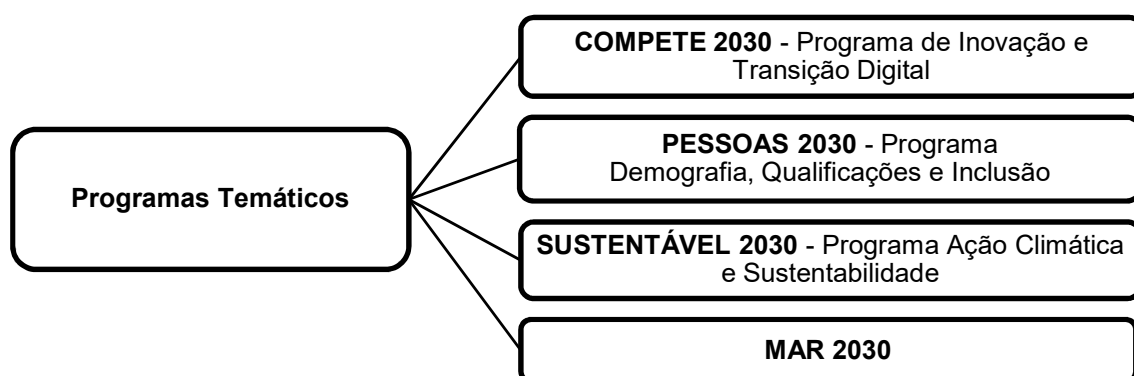


Figura 2. Programas Temáticos do Portugal 2030.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 3 demonstra quais os Programas Regionais que correspondem ao Portugal 2030.

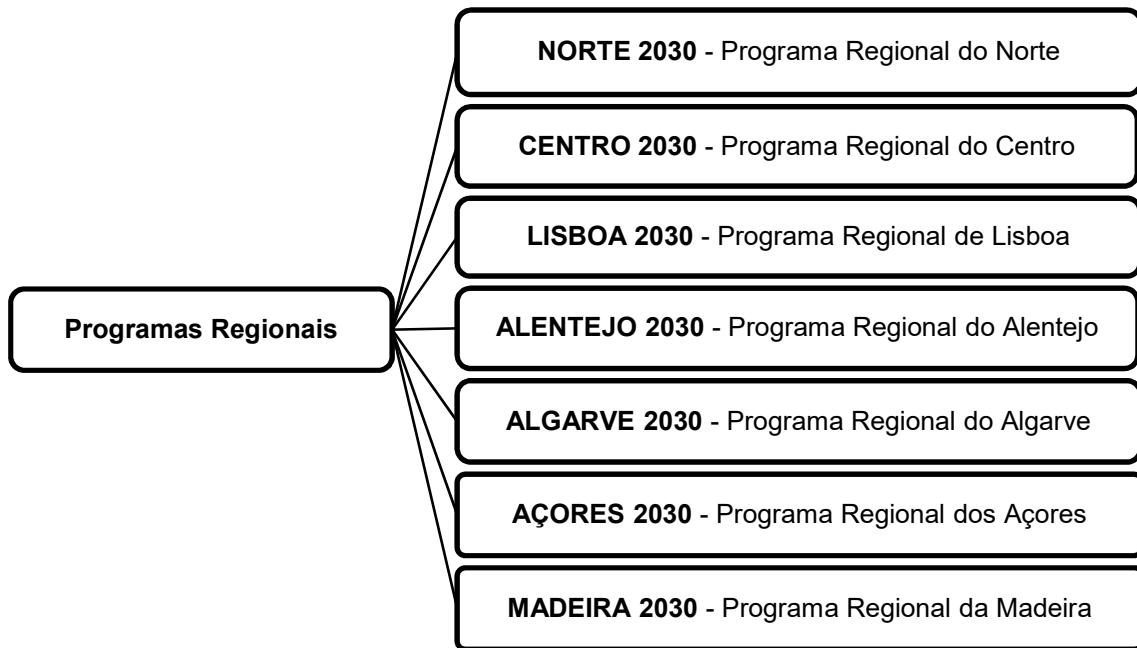


Figura 3. Programas Regionais do Portugal 2030.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 4 indica qual o Programa de Assistência Técnica (PAT) que corresponde ao Portugal 2030.

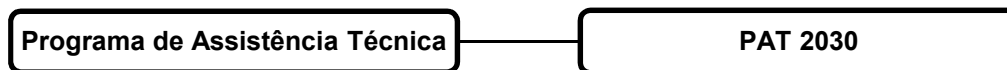


Figura 4. Programa de Assistência Técnica do Portugal 2030.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 5 apresenta quais os Programas de Cooperação Territorial Europeia correspondentes ao Portugal 2030.

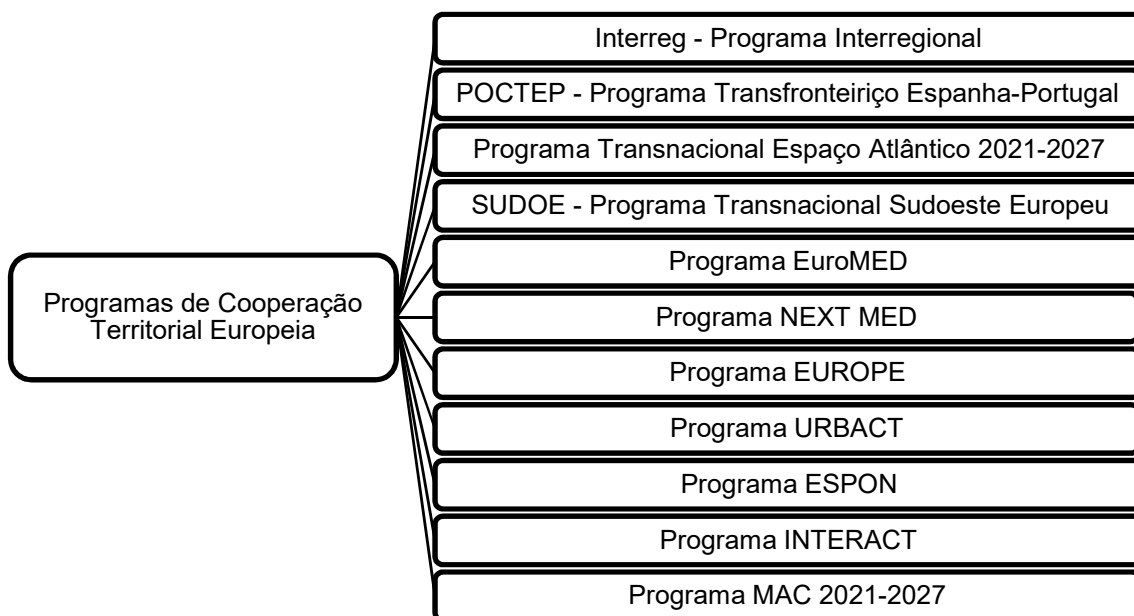


Figura 5. Programas de Cooperação Territorial Europeia do Portugal 2030.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.4. Aplicação em Portugal da Política Regional Europeia (Período 1986-2020): Síntese

Desde a adesão às Comunidades Europeias, em 1 de janeiro de 1986, Portugal tem usufruído de total acesso aos instrumentos financeiros que visam apoiar o desenvolvimento dos países e regiões mais desfavorecidos do território europeu.

Na altura da adesão de Portugal encontravam-se disponíveis essencialmente três Fundos Estruturais, sendo estes: o FSE criado em 1957, o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), estabelecido em 1962 e o FEDER, instaurado em 1975 para apoiar o desenvolvimento das regiões mais pobres do espaço europeu.

Em 1986, com a assinatura do Ato Único Europeu surgem as bases da Política de Coesão Europeia, que só se viria a se tornar operacional em 1989, num modelo de programação plurianual que permitiria a aprovação e implementação sucessiva de quadros de apoio estrutural comunitário até 2020. Os países da coesão são Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal.

A este propósito, desde o momento de adesão de Portugal à UE, que o país conta com seis períodos de programação plurianual, face aos recursos financeiros disponibilizados pela UE, sendo estes:

- 1.º **Período:** Antigo Fundo de 1986 a 1998;
- 2.º **Período:** Quadro Comunitário de Apoio I de 1989 e 1993;
- 3.º **Período:** Quadro Comunitário de Apoio II de 1994 e 1999;
- 4.º **Período:** Quadro Comunitário de Apoio III de 2000 e 2006;
- 5.º **Período:** Quadro de Referência Estratégico Nacional de 2007 a 2013;
- 6.º **Período:** Portugal 2020 de 2014 a 2020.

O primeiro período decorreu entre os anos de 1986 e 1988 denominado por Antigo Fundo, tendo como objetivo principal o desenvolvimento regional.

Portugal neste período foi financiado pela Comissão Europeia, como *“uma fase de adaptação beneficiando de 237 milhões de contos, o que correspondentes a aproximadamente 182 milhões de euros”* (Silva, 2015, p. 14).

O segundo período contemplou os anos compreendidos entre 1989 e 1993, designado por Quadro Comunitário de Apoio (QCA I), tinha como objetivos a convergência real com a Europa e a coesão económica e social no plano interno.

O montante de fundos utilizados durante este período foi de 1.708 milhões de contos¹. Combinando o investimento nacional, tanto o público como privado, com o montante dos fundos aplicados durante este período, o valor total de investimento no país ultrapassou os 3.441 milhões de contos² (Santos, 2013).

O terceiro período abrangeu os anos de 1994 até 1999 e manteve os dois grandes objetivos do período anterior e preservou a designação de QCA II. Este foi estruturado em função de quatro eixos prioritários de intervenção, quais sejam *“qualificar os recursos humanos e o emprego, reforçar os fatores de competitividade da economia, promover a qualidade de vida e a coesão social, fortalecer a base económica regional”* (Pires, 2017, p. 25).

No QCA II torna-se importante a política regional, em Portugal, através da aprovação do Pacote Delors II e da criação do Fundo de Coesão. Existindo ainda uma abertura do FEDER a outro tipo de investimento, como a educação e a saúde e também o reforço do FSE (Valente I. , 2016).

A este propósito, refere-se ainda que o montante de investimento é de cerca de 8.876 milhões de euros, tendo como objetivo que o país reduza as assimetrias regionais internas (Santos, 2013).

O quarto período de 2000 a 2006, manteve a terminologia de QCA III, tendo como objetivo geral *“superar, no quadro de uma geração, os atrasos estruturais que separam Portugal dos países europeus mais desenvolvidos”* (Pires, 2017, p. 28).

Durante este período, Portugal usufruiu de fundos comunitários que totalizaram cerca de 9.723 milhões de euros (Mendes, 2021). Estes tiveram como principais objetivos *“apoiar a inserção económica a nível global, incentivando à afirmação de Portugal”* (Santos, 2013, p. 9).

O quinto período decorreu entre os anos de 2007 a 2013, designado por Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), tinha como objetivo *estratégico “a qualificação dos portugueses e das portuguesas, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial”* (Barros, 2018, p. 43).

Com a entrada em vigor do QREN, o montante de investimento definido foi de 21,5 mil milhões de euros dispostos através dos diferentes Planos Operacionais, cofinanciados pelo FSE, FEDER e FC (Assunção, 2013).

No entanto, a estrutura operacional do quadro de intervenção, invés de acompanhar as prioridades estratégicas, assumiu antes três objetivos, tais como, o investimento, no incremento do potencial humano por via da qualificação dos recursos humanos, os fatores de

¹ Equivalente a aproximadamente 8.519 milhões de euros.

² Equivalente a aproximadamente 17.167 milhões de euros.

competitividade que garantam o crescimento sustentado da economia e a qualificação do território, através de programas operacionais regionais.

Por último, o sexto período, com o início no ano de 2014 e término em 2020, como forma de garantir a aproximação de Portugal à média da Europa, é designado por Portugal 2020 e definiu como prioridades de intervenção, a *“competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano, sustentabilidade e eficiência no uso de recursos”* (Pires, 2017, p. 34).

Durante o período 2014-2020, Portugal recebeu cerca de 25 mil milhões de euros com base no Acordo de Parceria assinado entre o Estado Português e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco FEEL: FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP. Estes princípios de programação estão alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a Estratégia Europa 2020 (Valente I. , 2016).

A Tabela 2 sumaria os financiamentos recebidos por Portugal no período de 1989 a 2020.

Tabela 2. Períodos de Programação Anual dos Fundos estruturais: Recursos Alocados a Portugal – Período 1989-2020.

Expressão monetária: mil milhões de euros

	QCA I (1989-1993)	QCA II (1994-1999)	QCA III (2000-2006)	QREN (2007-2013)	Portugal2020 (2014-2020)
FEDER	7.091	14.168	18.514	13.750	10.776
FSE	3.827	5.162	6.574	8.195	7.329
FC	-	4.120	4.594	3.659	2.861
FEOGA-O FEADER	2.214	3.095	3.179	4.274	4.058
IFOP FEP FEAMP	27	337 M €	327	294	392
LOE-PEDIP	774	-	-	-	-
Total	13.933	26.883	33.187	30.173	25.416
Média Anual	2.787	4.481	4.741	4.310	3.631

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Pires (2017) e European Commission em <https://cohesiondata.ec.europa.eu/countries/PT> (acedido a 24 setembro de 2023).

Legenda:

¹ Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, criado em 1962 após fundação do PAC.

² Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas, estabelecido em 1999, tendo sido posteriormente substituído pelo FEP.

³ Fundo Europeu das Pescas, utilizado como instrumento financeiro europeu de 2007 a 2013, tendo sido substituído, após esse período, pelo FEAMP.

Considerando a tabela anterior, verifica-se que a média anual dos fundos comunitários atribuídos a Portugal, no período de 1989 a 2020, mostra uma perceptível tendência de crescimento de fundos atribuídos a Portugal desde a adesão à UE e até ao terceiro QCA (máximo de 4.741 mil milhões de euros), exibindo, após este período, uma tendência decrescente, com o montante dos financiamentos a ser cada vez menor (variação negativa de 1.110 mil milhões de euros).

Na temática dos fundos comunitários atribuídos a Portugal torna-se também importante observar a contrapartida nacional, pública e privada do cofinanciamento do FEDER e do FC. Assim, a Tabela 3 descreve o nível médio do apoio dos FEEI, especificamente do FEDER e do FC.

A tabela seguinte não se encontra atualizada pela falta de dados existentes para o período até ao atual, nomeadamente os dados específicos para as entidades que estão na tabela.

Tabela 3. Nível (%) Médio do Apoio dos FEEI - FEDER e FC – Período 1986 a 2013.

	1986-1993	1993-1999	2000-2006	2007-2013	Média
Administração Central e Regional e Setores Empresariais	46,30%	64,60%	60,80%	81,70%	64,50%
Administração Local	58,20%	74,00%	64,90%	82,00%	70,60%
Entidades de ID&E e Instituições Universitárias	45,30%	72,80%	62,20%	85,30%	66,40%
Empresas	21,90%	26,50%	26,80%	44,60%	29,50%
Associações, Fundações e Outros	49,00%	63,00%	56,70%	71,70%	62,40%
Total	34,50%	50,80%	50,70%	67,60%	52,10%

Fonte: Adaptado de Monteiro (2017).

Legenda: ID&E – Instituto de Desenvolvimento Empresarial.

Através da análise à tabela anterior constata-se que a entidade com maior percentagem de fundos cofinanciados do FEDER e do FC, no período de análise trata-se da Administração Local, nos períodos 1986-1993 (58,20%), 1993-1999 (74,00%) e 2000-2006 (64,90%) com exceção do período de 2007-2013 em que foram as Entidades de ID&E e Instituições Universitárias (85,30%). Já a entidade com menor percentagem, no período em análise são as empresas, nomeadamente em 1986-1993 (21,90%), em 1993-1999 (26,50%), em 2000-2006 (26,80%), em 2007-2013 (44,60%).

Neste contexto é também interessante analisar os investimentos apoiados por fundos europeus estruturais e de investimento do FEDER e do FC. Assim, a Tabela 4 sintetiza os investimentos apoiados por FEEI do FEDER e do FC em Portugal no período 1986 – 2020.

Tabela 4. Investimentos Apoiados por FEEI (FEDER e FC) – período 1986 a2020

Expressão monetária: mil milhões de euros

	QCA I 1986- 1993	QCA II 1994- 1999	QCA III 2000- 2006	QREN 2007- 2013	FC I 1993- 1999	FC II 2000- 2006	Portugal 2014- 2020	Total
Norte	2 832,3	6 134,6	10 406,3	8 284,1	1 287,0	1 116,3	8 869,8	38 930,4
Centro	2 676,3	4 380,5	6 806,5	6 214,2	229,0	1 367,6	6 165,9	27 837
Alentejo	1 425,5	1 450,0	3 011,5	2 976,4	273,9	626,4	2 460,1	12 223,8
Lisboa	5 224,3	6 501,3	4 700,3	1 312,6	1 830,2	1 024,4	1 478,9	22 072
Algarve	662,4	537,2	1 315,6	506,5	387,6	125,0	486,8	4 021,1
Açores	713,8	881,5	1 286,9	1 545,7	0,0	113,2	1 496,9	6 038
Madeira	1 327,1	844,1	1 263,6	1 173,1	369,2	261,4	847,1	6 085,6

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Monteiro (2017) e Portal Autárquico em <https://portalautarquico.dgal.gov.pt/>.

Analisando a tabela anterior observa-se que o Norte foi a região que teve um maior investimento apoiado por FEDER e FC, no decurso da Política de Coesão, totalizando o valor de 38 930,4 mil milhões de euros. Esta posição não foi verificada apenas no FC I e no FC II em que Lisboa (1 830,2) e o Centro (1 367,6), respetivamente foram as regiões mais apoiadas. A região Centro manteve a segunda posição em termos de investimento realizado com apoio do FEDER e FC (22 072 mil milhões de euros). Já a região com menor investimento é a região do Algarve realizado com o apoio do FEDER e FC (4 021,1 mil milhões de euros).

3. Entidade de Acolhimento e Estágio

Neste capítulo será analisada a entidade de acolhimento onde se realizou o estágio e ainda efetuada a descrição desse mesmo estágio. Com esse objetivo, irá iniciar-se uma apresentação da entidade através da pormenorização das características da sua localização geográfica, caracterização sócio e económico-financeira, a estrutura do município, mais concretamente o seu organograma e a informação relativa aos recursos humanos. Em seguida será detalhado o estágio realizado, pormenorizando as atividades efetuadas e as aprendizagens adquiridas através deste.

3.1. Enquadramento do Município de Mirandela

Neste ponto realizar-se-á uma breve descrição do Município de Mirandela, através do estudo do município no que toca à dimensão territorial e em termos sociais e económico-financeiros. Seguidamente examinar-se-á o organograma, o serviço de candidaturas e ainda os recursos humanos da Câmara Municipal de Mirandela, entidade onde se realizou o estágio.

3.1.1. Localização geográfica e caracterização sócio e económico-financeira

Mirandela é uma cidade que pertence ao distrito de Bragança, localizada na Região Norte de Portugal, nomeadamente na sub-região de Terras de Trás-os-Montes. Trata-se da sede do município de Mirandela com cerca de 674 km² em termos territoriais.

O município é delimitado a norte pelo município de Vinhais, a leste por Macedo de Cavaleiros, a sudoeste por Alfândega da Fé, a sul por Vila Flor, a sudoeste por Carrazeda de Ansiães e por Murça e a oeste por Valpaços.

Na figura 6 é possível visualizar o município de Mirandela.

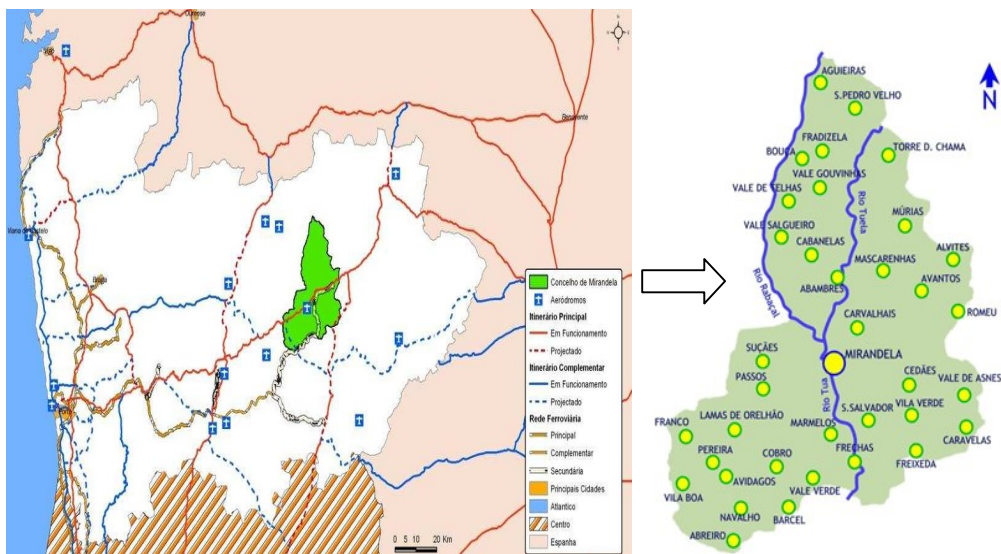


Figura 6. Enquadramento Territorial de Miranda.

Fonte: <https://www.cm-mirandela.pt/pages/300> (acedido a 17 maio de 2023) e <https://www.cm-mirandela.pt/pages/317> (acedido a 17 maio de 2023)

O município possui uma população residente de 21 394 mil habitantes em 2021 (www.ine.pt), encontrando-se estes divididos por 30 freguesias (www.pordata.pt), tal como demonstra o gráfico 1.

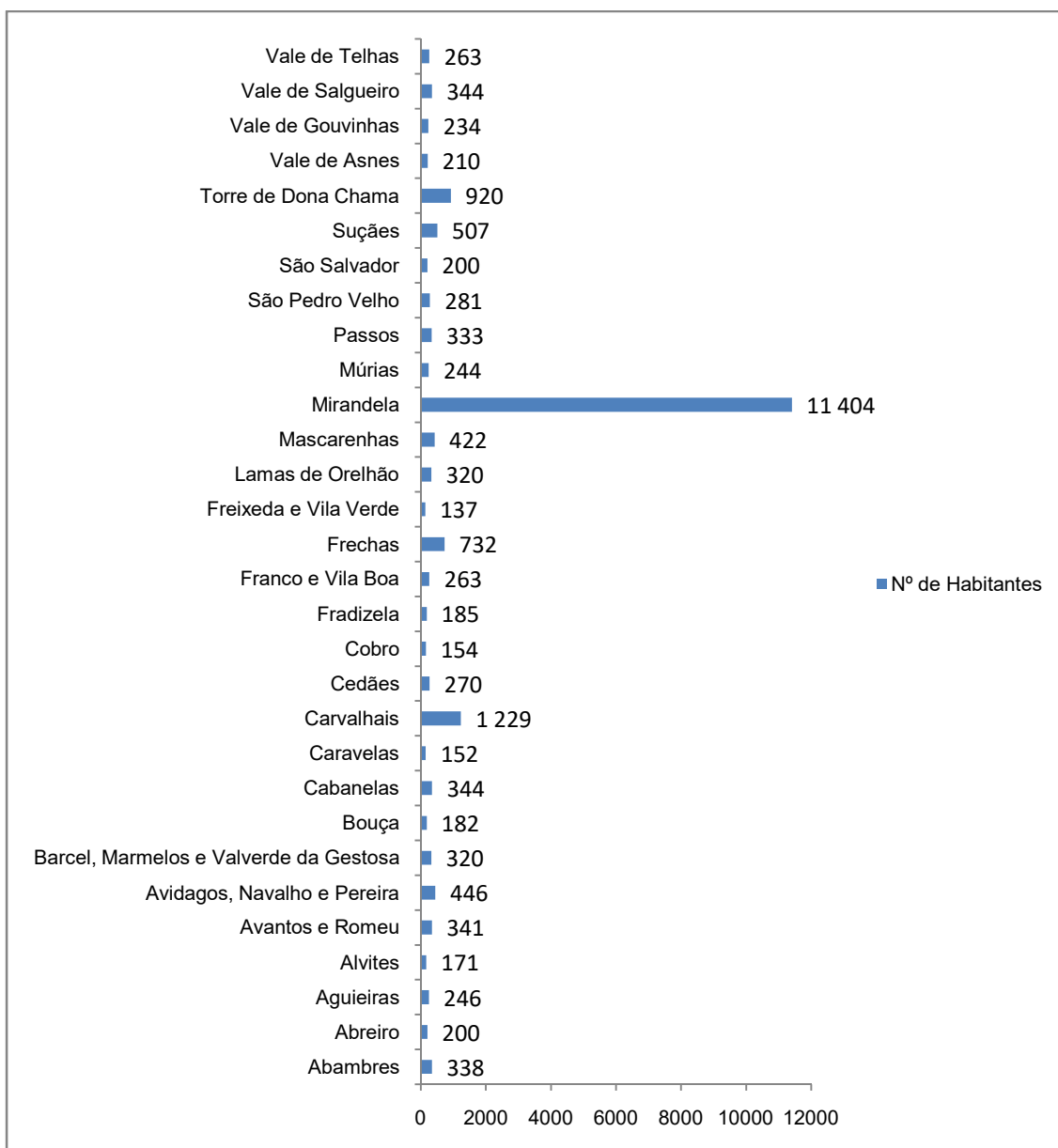


Gráfico 1. População por Freguesia do Município de Mirandela.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INE (INE - Plataforma de divulgação dos Censos 2021), em <https://www.ine.pt/> (acedido a 24 agosto de 2023).

Da análise do gráfico 1, e no que se refere à população por freguesia do concelho de Mirandela, verifica-se que as freguesias com maior população são Mirandela (11 404 habitantes), Carvalhais (1 229 habitantes), Torre Dona Chama (920 habitantes) e Frechas (732 habitantes). Por outro lado, as freguesias com menor população são a Freixeda e Vila Verde (137 habitantes), Caravelas (152 habitantes), o Cobro (154 habitantes) e Alvites (171 habitantes). Verifica-se ainda que Mirandela é a freguesia que tem mais habitantes, tendo em consideração que esta é também a sede do município.

A importância de apurar qual a população residente por freguesia no município de Mirandela está relacionada com a identificação de qual o número de habitantes que podem beneficiar dos projetos financiados pelos fundos comunitários.

No que diz respeito ao nível económico e económico-financeiro irá ser abordado o índice de poder de compra *per capita*, a estrutura setorial da população empregada, a contribuição de cada setor de atividade para a economia do município de Mirandela e a dívida do município de Mirandela. A análise é justificada por ser aquela que apresenta um maior enquadramento com o tema em desenvolvimento.

A nível económico, optou-se por abordar o poder de compra dos consumidores, como é exposto na Tabela 5, que ilustra o índice de poder de compra *per capita* no município de Mirandela, efetuando-se uma análise comparativa com as regiões Norte e de Trás-os-Montes, de forma a obter-se uma maior compreensão da realidade.

A tabela seguinte não se encontra atualizada pela falta de dados existentes para os anos de 2020 a 2023, nomeadamente os dados específicos para as entidades que estão na tabela.

Tabela 5. Índice de Poder de Compra *per capita* (em %, período 2009-2019).

	2009	2011	Var. 2009-2011	2013	2015	Var. 2013-2015	2017	2019	Var. 2017-2019
Norte	87,6	89,2	1,6	92,0	92,1	0,1	92,1	93,0	0,9
Trás-os-Montes	71,4	75,9	4,5	80,4	80,6	0,2	79,6	80,4	0,8
Mirandela	73,1	80,4	7,3	83,4	84,5	1,1	83,0	83,6	0,6

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PORDATA (índice de poder de compra *per capita*), em <https://www.pordata.pt/> (acedido a 23 outubro de 2023).

Analisando a tabela anterior, e no que diz respeito a Mirandela, observa-se que o índice de poder *per capita*, no período 2009 a 2019, evoluiu de forma constante, apesar do registo de uma ligeira diminuição nos anos de 2017 e 2019, em relação ao ano de 2015. Da mesma forma, verifica-se que ao longo do período em análise, o índice de poder de compra *per capita*, em Mirandela, foi sempre superior ao verificado em média na região de Trás-os-Montes (73,1% em 2009, comparado com 71,4% da região de Trás-os-Montes; em 2019, apresentou 83,6% em comparação com 80,4% da região de Trás-os-Montes). De maneira oposta, o índice de poder de compra *per capita*, em Mirandela, foi sempre inferior ao verificado em média na região Norte (73,1% em 2009, comparado com 87,6% da região Norte; em 2019, apresentou 83,6% em comparação com 93,0% da região Norte).

A Tabela 6 demonstra a estrutura por setores da população empregada, em termos da região Norte, da região de Trás-os-Montes e Mirandela, no período 2001 a 2021.

Tabela 6. Estrutura Setorial da População Empregada (segundos os Censos, em percentagem, 2001-2021).

	Setor Primário			Setor Secundário			Setor Terciário		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Norte	4,8	2,9	2,4	45,8	35,5	33,5	49,5	61,6	64,1
Trás-os-Montes	19,2	10,8	10,0	21,3	18,8	16,9	59,6	70,4	73,1
Mirandela	14,6	10,7	9,8	23,8	18,2	15,8	61,6	71,2	74,4

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PORDATA (População empregada segundo os Censos: total e por setor de atividade económica (%), em <https://www.pordata.pt/> (acedido a 26 outubro de 2023).

Da análise da estrutura setorial da população, retratada na tabela anterior, conclui-se que, relativamente ao concelho de Mirandela, o setor primário tem registado uma sucessiva diminuição da população empregada (14,6% em 2001 a 9,8% em 2021). O setor secundário teve uma ligeira diminuição ao longo dos anos (23,8% em 2001 e 15,8% em 2021). Já o setor terciário tem registado um constante aumento da população empregada (61,6% em 2001 e 74,4% em 2021). Uma curiosidade a recolher desta análise passa pelo facto de, no setor primário, o concelho de Mirandela ter uma maior percentagem da população empregada que a região Norte, enquanto isso não se observa em relação a região de Trás-os-Montes, em que a percentagem é maior que no concelho de Mirandela. O contrário acontece no setor secundário, em que a percentagem da população empregada é maior na região Norte e menor na região de Trás-os-Montes em comparação ao concelho de Mirandela.

Analisando de modo mais pormenorizado o tecido empresarial de Mirandela, a tabela seguinte (Tabela 7) descreve a subdivisão da população pelos diversos setores de atividade económica e a contribuição de cada setor de atividade para a economia, representado pelo seu valor acrescentado bruto.

A tabela seguinte não se encontra atualizada pela falta de dados existentes para os anos de 2022 e 2023, nomeadamente os dados específicos para os setores de atividade económica que estão na tabela.

Tabela 7. Contribuição de cada Setor de Atividade para a Economia do Município de Mirandela (n.º. de indivíduos ativos no setor e valor acrescentado bruto das empresas em milhares de euros; comparação 2010 e 2021).

	Indivíduos ao serviço nas empresas (n.º)		Valor acrescentado bruto das empresas (milhares de euros)	
	2010	2021	2010	2021
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	294	1.440	1.197	4.069
Indústrias transformadoras	778	717	11.903	11.961
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	3	9	316	123
Captação, tratamento e distribuição de água	82	-	4.250	-
Construção	591	374	8.300	5.149
Comércio por grosso e a retalho	1.371	1.272	18.100	23.516
Transporte e armazenagem	123	130	1.758	2.073
Alojamento, restauração e similares	461	400	5.395	4.058
Atividade de informação e comunicação	22	51	160	731
Atividades imobiliárias	-	71	-	1.624
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	267	290	3.103	4.093
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	324	343	3.198	2.881
Educação	281	290	1.995	-12
Atividades de saúde humana e apoio social	219	486	5.733	11.562
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	29	55	162	281
Outros atividades de serviços	160	176	37	788
Total	5.072	6.120	65.960	74.071

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PORDATA (Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica), em <https://www.pordata.pt/> (acedido a 23 outubro de 2023); e PORDATA (Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica), em <https://www.pordata.pt/> (acedido a 23 outubro de 2023).

Da análise à Tabela 7 e ao contrário do que seria previsto tendo em consideração a estrutura setorial da população empregada analisada na tabela anterior, verifica-se um extraordinário crescimento do setor da “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” em Mirandela, no período de 2010 para 2021. Isto é retratado pelo aumento do número de indivíduos a trabalhar nessa área (que passou de 294 indivíduos em 2010 para 1 440 indivíduos em 2021), assim como o extraordinário aumento do valor acrescentado bruto das empresas que atuam neste setor (que passou de 1 197 milhares de euros em 2010 para 4 069 milhares de euros em 2021, mais 2 872 milhares de euros).

No que se refere ao desempenho económico-financeiro, são demonstrados, na Tabela 8, os valores da dívida total e dos limites da dívida total, quer do município de Mirandela, como da região de Trás-os-Montes e a nível nacional.

A tabela seguinte não se encontra atualizada pela falta de dados existentes para os anos de 2022 e 2023, nomeadamente os dados específicos para as entidades que estão na tabela.

Tabela 8. Dívida do Município de Mirandela: Total e Limite (euros, período 2014 e 2021).

	Limite da Dívida Total		Dívida Total	
	2014	2021	2014	2021
Portugal	9.091.845.929	11.066.432.948	6.418.823.431	3.628.684.684
Trás-os-Montes	x	x	x	x
Mirandela	22.537.753	29.710.632	23.269.971	12.605.368

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da PORDATA (Dívida total das câmaras municipais: total e limite da dívida total), em <https://www.pordata.pt/> (acedido a 23 outubro de 2023).

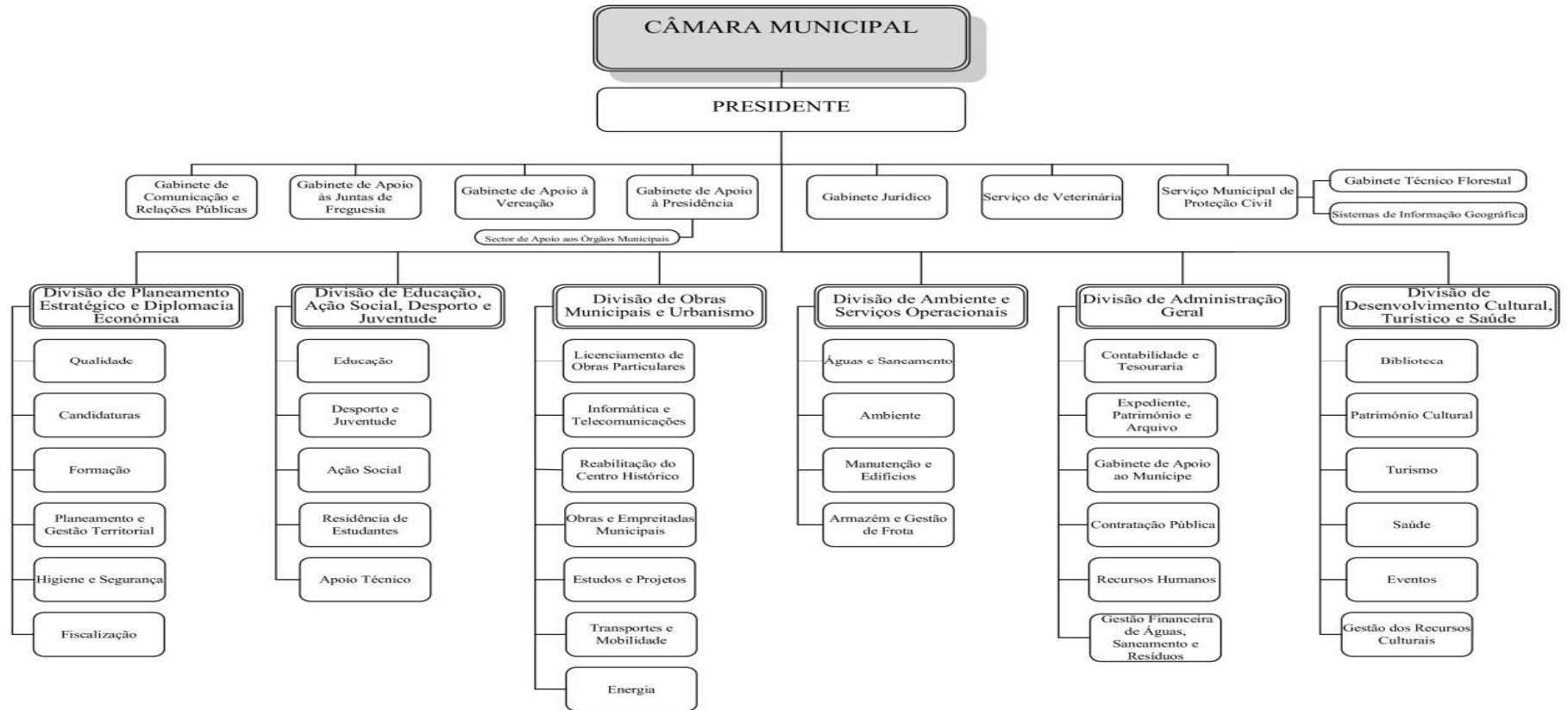
Legenda: X – Sem dados disponíveis.

Através da Tabela 8 verifica-se que o limite da dívida entre 2014 e 2021 é de aproximadamente 23 milhões de euros para aproximadamente 30 milhões de euros, apesar de que os dados ilustram que em 2014, a dívida total é 23 269 971 milhões de euros (o Município de Mirandela ultrapassou em 732 218 milhares de euros o limite da dívida), no ano de 2021 conseguiu reduzir a dívida para 12 605 368 milhões de euros (menos 10 664 603 milhões de euros em relação ao ano de 2014). O que inicialmente parece ter havido uma inadequada gestão, sendo que a dívida total era mais elevada que o seu limite em 2014, observa-se que em 2021 a situação alterou-se e a dívida total é menor que o seu limite, posto isto ocorreu aqui uma gestão adequada por parte do órgão executivo.

3.1.2. Organograma

O Município de Mirandela apresenta-se estruturado conforme a figura 7:

Figura 7. Organograma.



Fonte: <https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/2704/Organograma.pdf> (acedido a 10 agosto de 2022).

Na Figura 7 observa-se que no Município de Mirandela a organização dos serviços municipais obedece ao modelo de estrutura hierarquizada que compreende seis unidades orgânicas flexíveis, seis subunidades orgânicas e sete gabinetes (artigo 6º nº1 do Regulamento Orgânico Municipal³).

A estrutura do município contém as seguintes unidades orgânicas flexíveis (n.º 2 do artigo 6º do Regulamento Orgânico Municipal):

- Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica;
- Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude;
- Divisão de Obras Municipais e Urbanismo;
- Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais;
- Divisão de Administração Geral;
- Divisão de Desenvolvimento Cultural, Turístico e Saúde.

A estrutura do município contém as seguintes subunidades orgânicas (n.º 3 do artigo 6º do Regulamento Orgânico Municipal):

- Subunidade Orgânica de Contabilidade e Tesouraria;
- Subunidade Orgânica de Expediente, Património e Arquivo;
- Subunidade Orgânica do Gabinete de Apoio ao Município;
- Subunidade Orgânica de Contratação Pública;
- Subunidade Orgânica de Recursos Humanos;
- Subunidade Orgânica de Apoio Administrativo.

No âmbito destas unidades de assessoria e apoio técnico incluem-se os seguintes gabinetes (n.º 4 do artigo 6º do Regulamento Orgânico Municipal):

- Gabinete de Apoio à Presidência;
- Gabinete de Apoio à Vereação;
- Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia;
- Gabinete de Comunicação e Relações Públicas;
- Gabinete Jurídico;
- Serviço de Veterinária;
- Serviço Municipal de Proteção Civil, que compreende:

³Disponível em https://www.cmmirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/2705/Regulamento_Org_nico_Municipal.pdf

- Gabinete Técnico Florestal;
- Serviço de Sistemas de Informação Geográfica.

O estágio foi realizado na Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica, nomeadamente no serviço de Candidaturas.

A divisão de planeamento estratégico e diplomacia económica do Município de Mirandela é chefiada por um chefe de divisão municipal, diretamente dependente do presidente, ao qual compete orientar e zelar pelo normal funcionamento da divisão (n.º 1 do artigo 19º do Regulamento Orgânico Municipal).

A esta compete promover as potencialidades de investimento no município, bem como dinamizar e apoiar iniciativas de entidades locais (n.º 3 do artigo 19º do Regulamento Orgânico Municipal). Compete ainda assegurar a programação, organização, coordenação e direção integrada dos respetivos serviços, nomeadamente na área da qualidade, de candidaturas, da formação, do planeamento e gestão territorial, da higiene e segurança, e da fiscalização (n.º 2 do artigo 19º do Regulamento Orgânico Municipal).

3.1.3. Serviço de Candidaturas

Ao serviço de candidaturas compete pesquisar e propor programas e instrumentos de financiamento provenientes da Administração Central, fundos comunitários e outros destinados ao município, divulgando-os aos diferentes serviços, coordenar a elaboração de candidaturas para a obtenção de fundos provenientes de programas de apoio, solicitando a colaboração dos diferentes serviços, assegurar, em articulação com os diferentes serviços, a taxa de execução, a gestão financeira e os procedimentos administrativos dos projetos com candidaturas aprovadas, garantindo celeridade e rigor em todas as etapas e manter organizado e atualizado o arquivo de projetos financiados (artigo 21º do Regulamento Orgânico Municipal).

3.1.4. Recursos humanos

No que diz respeito ao número de trabalhadores por carreiras este é apresentado pela Câmara Municipal de Mirandela através de um mapa de pessoal, estando este em concordância com o artigo 29º do anexo a que se refere o artigo 2º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho na sua atual redação.

A Tabela 9 descreve o número de postos de trabalho ocupados e previstos, por cargo/carreira/categoria em cada unidade orgânica da Câmara Municipal de Mirandela.

Tabela 9. N.º de Postos de Trabalho Ocupados e Previstos, por Cargo/Carreira/Categoria em cada Unidade Orgânica.

Unidade Orgânica	Cargo/Carreira/Categoria	Postos de Trabalho		Total
		Ocupados	Previstos	
Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica	Chefe de Divisão	1	0	1
	Técnico Superior	3	4	7
	Técnico Profissional	3	2	5
Divisão de Educação, Ação Social, Desporto e Juventude	Chefe de Divisão	1	0	1
	Técnico Superior	17	8	26
	Coordenador Técnico	1	0	1
	Assistente Técnico	20	3	23
	Encarregado Operacional	1	0	1
	Assistente Operacional	75	28	103
Divisão de Obras Municipais e Urbanismo	Chefe de Divisão	1	0	1
	Técnico Superior	10	13	23
	Especialista de Informática	1	1	2
	Assistente Técnico	5	5	10
	Técnico de Informática	4	2	6
	Assistente Operacional	3	1	4
Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais	Chefe de Divisão	1	0	1
	Técnico Superior	8	4	12
	Assistente Técnico	5	1	5
	Enc. Geral Operacional	1	0	1
	Encarregado Operacional	4	0	4
	Assistente Operacional	164	18	182
Divisão Administração Geral	Chefe de Divisão	1	0	1
	Técnico Superior	10	8	18
	Coordenador Técnico	5	0	5
	Assistente Técnico	22	2	24
	Assistente Operacional	7	1	8
Divisão de Desenvolvimento Cultural, Turístico e Saúde	Chefe de Divisão	0	1	1
	Técnico Superior	14	4	18
	Assistente Técnico	6	4	10
	Encarregado Operacional	1	0	1
	Assistente Operacional	8	7	15
Gabinete de Comunicação e Relações Públicas	Técnico Superior	0	2	2
Gabinete Jurídico	Técnico Superior	3	2	5
GAP – Setor de Apoio aos Órgãos Municipais	Assistente Técnico	1	2	3
Serviço Municipal de Proteção Civil	Coordenadora Municipal de Proteção Civil*	1	0	1
	Técnico Superior	0	1	1
	Assistente Técnico	1	1	2
	Encarregado Operacional	1	0	1
	Assistente Operacional	11	8	19
Gabinete Técnico Florestal	Técnico Superior	1	3	4
Sistemas de Informação Geográfica	Assistente Técnico	1	0	1
Serviço de Veterinária	Técnico Superior	1	1	2
	Assistente Operacional	2	4	6
Total		426	141	567

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação disponível em https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/6172/mapa_de_pessoal_2023.pdf (acedido a 30 agosto de 2023).

Legenda: * Equiparado a Chefe de Divisão.

A Tabela 9 demonstra que, no ano de 2023, o número de postos de trabalho ocupados é de 426 funcionários, enquanto o total de previstos⁴ é de 141 funcionários. O cargo/carreira/categoria com o número mais elevado de postos de trabalho ocupados trata-se dos assistentes operacionais da divisão de ambiente e serviços operacionais (164), enquanto que o maior número de postos de trabalho previstos, verifica-se, igualmente, nos assistentes operacionais, mas, neste caso, na unidade orgânica, da divisão de educação, ação social, desporto e juventude (28).

No que se refere aos trabalhadores ao serviço do Município de Mirandela, a Tabela 10 representa o número de trabalhadores por cargo e por género, para o ano 2022 (ainda não está disponível o balanço social para o ano 2023).

Tabela 10. Trabalhadores do Município de Mirandela, por Cargo e Género (ano 2022).

Cargo/Género	Masculino	Feminino	Total
Dirigente Superior	0	0	0
Dirigente Intermédio	3	3	6
Técnico Superior	26	37	63
Assistente Técnico	21	46	67
Assistente Operacional	111	86	197
Bombeiros	0	0	0
Informática	2	2	4
Polícia Municipal	0	0	0
Outros	4	5	9
Total	167	179	346

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação disponível em https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/6075/balanco_social_2022.pdf (acedido a 23 outubro de 2023).

A tabela anterior constata que existiam, em 2022, 346 funcionários, ao serviço do Município de Mirandela. Destes, o maior número (197) exercem funções de carreiras gerais como assistentes operacionais. Para além disso, é ainda evidente que a maior parte dos funcionários são do sexo feminino (179), mesmo que, com diferença mínima, quando comparado ao sexo masculino (167 funcionários). O mesmo não se verifica na categoria de Assistente Operacional, em que o género masculino predomina.

3.2. O Estágio

O estágio teve lugar no município de Mirandela, mais precisamente no serviço de candidaturas, como previamente mencionado. Iniciou-se a 2 de dezembro de 2019 e terminou a 24 de junho

⁴ Postos de trabalho que o Município de Mirandela prevê poder ocupar nas determinadas áreas.

de 2020, estabelecendo um total de 486 horas de estágio, conforme previsto no plano de trabalho.

3.2.1. Descrição das atividades realizadas

Neste tópico serão descritas as atividades realizadas durante o estágio na Câmara Municipal de Mirandela, no serviço de candidaturas, designadamente as atividades que estavam previstas no plano de trabalho através de um cronograma proposto, com os objetivos e as atividades a realizar durante o tempo de estágio.

No início do estágio, estabeleceu-se o contacto inicial com a entidade de acolhimento. Advindo desse contacto foi disponibilizada à estagiária, no primeiro dia de estágio, uma secretária e um computador, tal como um *username* e uma *password* própria para a execução das atividades relativas ao estágio.

Durante a primeira semana de estágio, a supervisora da entidade de acolhimento recebeu e integrou a estagiária através da sua apresentação. Para esse efeito, foram dadas a conhecer, à estagiária, as estruturas gerais do município, a unidade orgânica, os principais recursos físicos e humanos afetos às unidades orgânicas flexíveis, bem como o conhecimento do sistema administrativo e legislação aplicável. Foi ainda realizada a integração na equipa de trabalho, na qual a estagiária ficou inserida.

Na mesma semana, a estagiária conheceu e analisou a legislação em vigor aplicável às autarquias locais, e ainda as normas e regulamentos, adstritas ao município de Mirandela.

Adicionalmente, acresce referir que também nessa mesma semana foi ainda enviado um email por parte dos recursos humanos à estagiária com o Manual de Acolhimento da entidade, como forma de dar as boas-vindas à mesma.

Na segunda semana, a estagiária passou a conhecer a dinâmica da unidade onde ficou integrada – o serviço de Candidaturas, onde se realizou o estágio.

De modo a um melhor entendimento, por parte da estagiária, da dinâmica da unidade e do serviço em que estava inserida, mas também para perceber a dinâmica das restantes unidades orgânicas flexíveis, foi apresentado à mesma o Regulamento Orgânico Municipal do Município de Mirandela.

Neste serviço, a estagiária começou por tomar conhecimento das medidas e programas de financiamento, nomeadamente no que diz respeito aos financiamentos comunitários. Através da apresentação e, subsequente, estudo e análise de todos os programas operacionais relativos aos financiamentos comunitários, à data do estágio, nomeadamente para conhecer quais as medidas, para que servem e a quem estão destinados e delas beneficiam.

Sendo estes integrados no Acordo de Parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia entre 2014 e 2020 (Portugal 2020).

A figura 8 retrata quais os Programas Operacionais Temáticos no Continente.

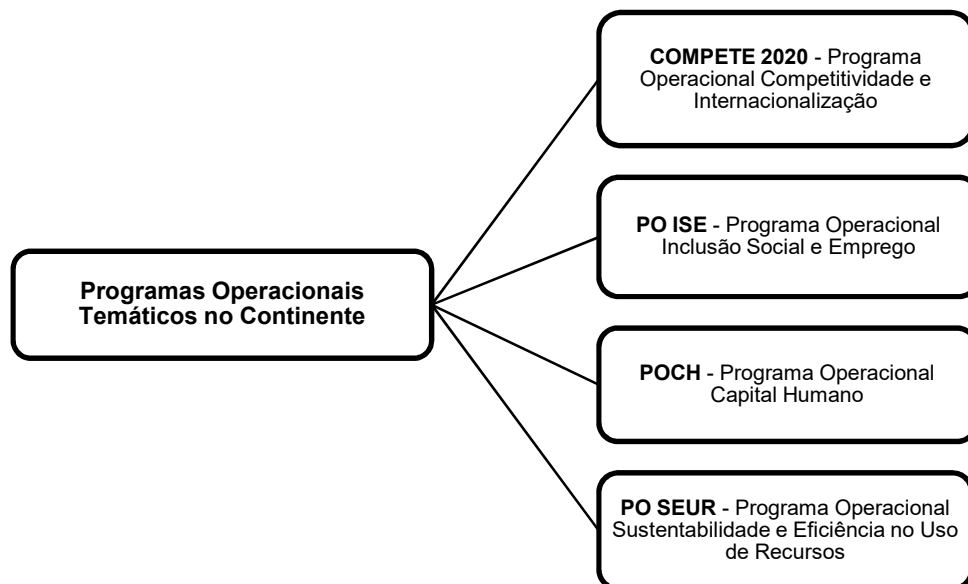


Figura 8. Programas Operacionais Temáticos no Continente

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 9 apresenta quais os Programas Operacionais Regionais.

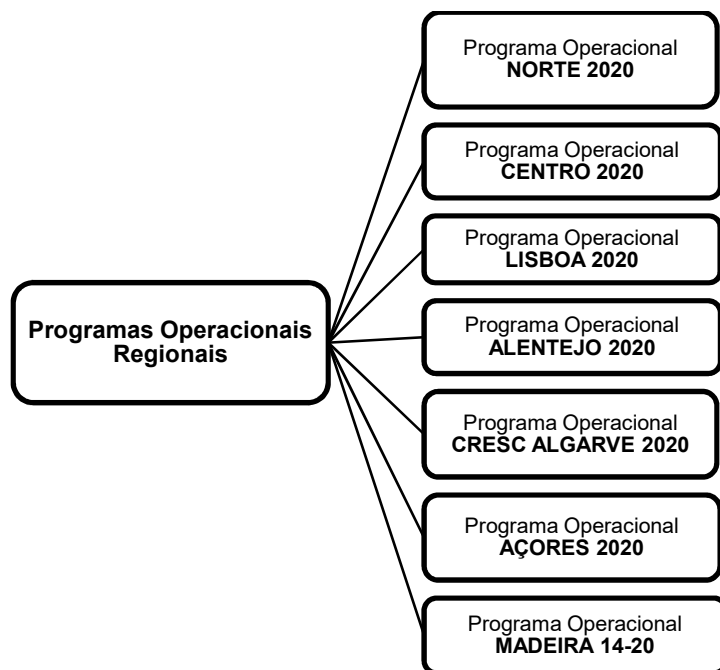


Figura 9. Programas Operacionais Regionais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 10 demonstra quais os Programas de Desenvolvimento Rural.

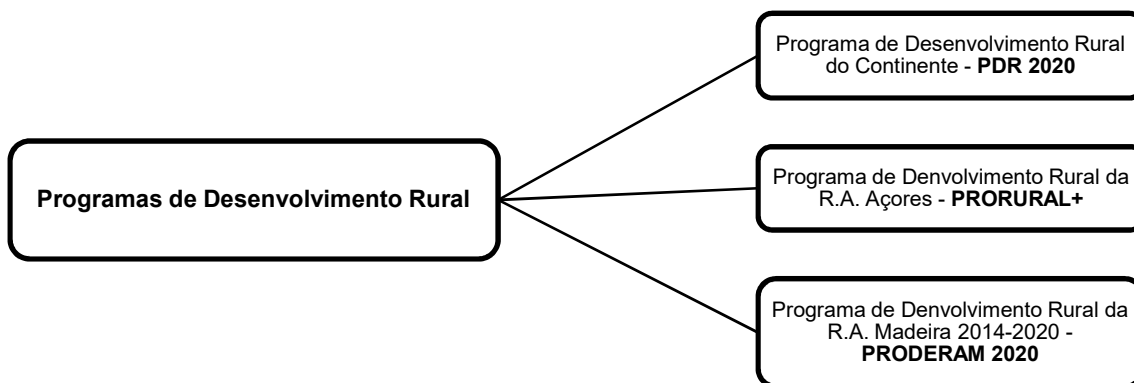


Figura 10. Programas de Desenvolvimento Rural.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 11 indica qual o Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

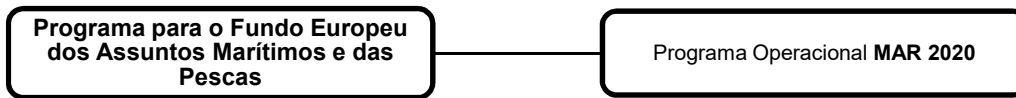


Figura 11. Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 12 mostra qual o Programa Operacional de Assistência Técnica.

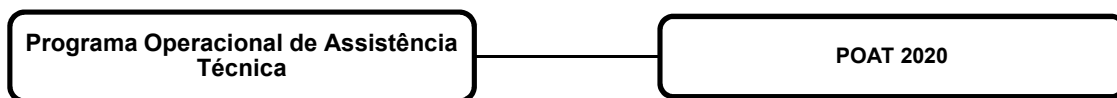


Figura 12. Programa Operacional de Assistência Técnica.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 13 demonstra quais os Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia.

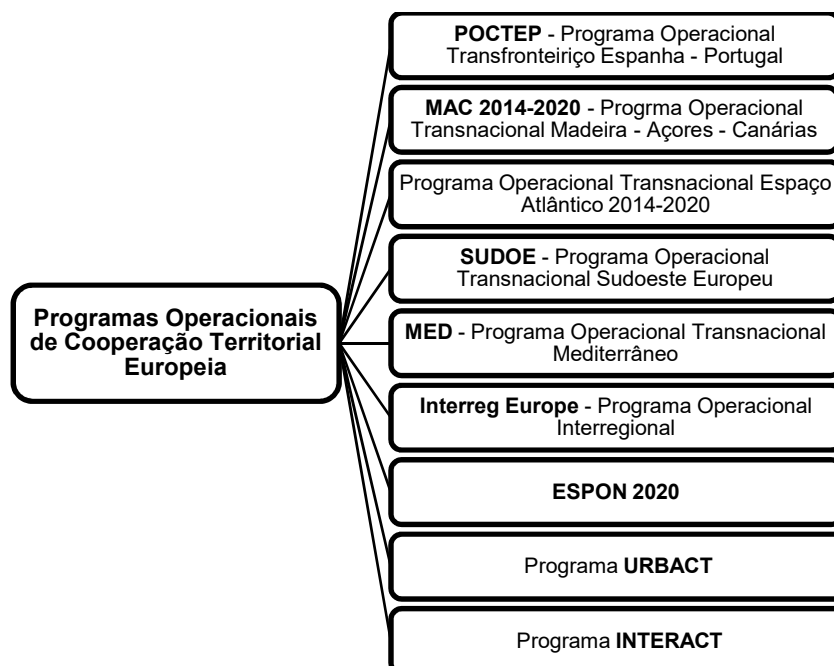


Figura 13. Programas Operacionais de Cooperação Territorial Europeia.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 14 retrata quais os Outros Programas.

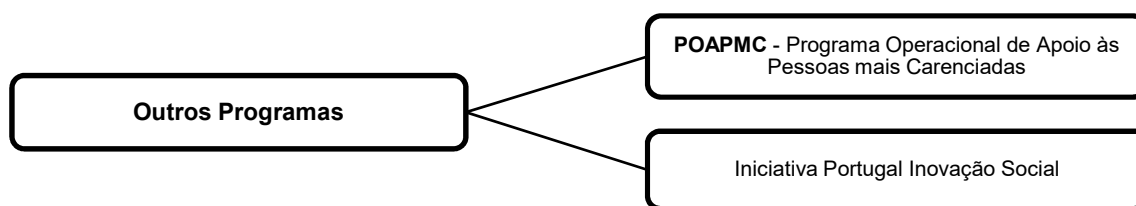


Figura 14. Outros Programas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em seguida, a estagiária passou a conhecer e a analisar as medidas e os programas de financiamentos comunitários onde incidu o estágio, nomeadamente o Portugal 2020 e o Norte 2020.

O Portugal 2020 trata-se do acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão, no qual foram definidos os princípios de programação que empregam a política de desenvolvimento económico, social e territorial onde se inclui a atuação dos cinco FEEI, sendo esses, o FEDER, FC, FSE, FEADER e FEAMP, para desenvolver entre 2014 e 2020, em Portugal (<https://portugal2020.pt/>).

O Norte 2020 mais propriamente o Programa Operacional Regional do Norte (PORN) 2014-2020, trata-se do instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal. Este é coordenado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), que, durante o período designado, foi responsável pela aplicação de 3,4 mil milhões de euros de verbas comunitárias. Este programa integra o Acordo de Parceria “Portugal 2020” (<https://www.norte2020.pt/>).

No seguimento do estágio, a estagiária passou a trabalhar na concretização dos objetivos presentes no cronograma de atividade, através do conhecimento da contratualização e execução de candidaturas do FSE e do FEDER.

Com esse propósito foi entregue à mesma pela supervisora, um documento relativo a uma formação do Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP), sobre a Gestão de candidaturas, com o tema “Financiamento, organização e Montagem de Candidaturas a Fundos Comunitários – Portugal 2020” para leitura e introdução do que é o Portugal 2020, as suas linhas de reorientação da programação estrutural, quais os fatores de sucesso de uma candidatura e a elegibilidade das regiões.

Neste mesmo documento, a estagiária tomou conhecimento sobre as fases do projeto com financiamento comunitário, qual a estrutura de uma candidatura, as noções transversais a todas as candidaturas a fundos comunitários, as estratégias de montagem, a gestão administrativa de projetos financiados por fundos comunitários e os pedidos de reembolsos até ao saldo final.

Em seguida foi efetuada uma leitura e análise detalhada do website <https://portugal2020.pt/>, nomeadamente sobre do que se trata o Portugal 2020, qual o modelo de governação do Acordo de Parceria (têm dois níveis de coordenação: política⁵ e técnica⁶), a legislação e normas aplicadas e ainda as regras de comunicação, através do manual de identidade Portugal 2020, do Guia de Informação e Comunicação para Beneficiários do Portugal 2020 e da Estratégia Comum de Comunicação do Portugal 2020.

Para melhor entendimento de como se apresenta uma candidatura foi efetuada uma leitura e análise detalhada ao PORN – NORTE 2020, nomeadamente aos concursos abertos e encerrados do mesmo. No seguimento, a estagiária passou a analisar os concursos abertos à data do estágio, para apresentação de candidaturas, de forma a entender como se processam esses concursos.

Na sequência foi analisado, minuciosamente, por parte da estagiária, um Aviso de Concurso para apresentação de candidaturas sobre a “Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados”, “AVISO N.º NORTE-59-2019-53”. Este aviso faz parte do FSE, com destino as entidades públicas e privadas sem fins lucrativos do setor cultural e social.

No mesmo contexto, foram, também, analisados outros avisos relativos aos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) tais como PI 4.5 (4e) promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação - “AVISO N.º NORTE-06-2019-27”. O PI 6.5 (6e) a adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído, “AVISO N.º NORTE-16-2019-28”. E, ainda o PI 9.8 (9b) apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, “AVISO N.º NORTE-43-2019-29”.

A este propósito foi apresentado por parte da supervisora, o portal na internet do Balcão 2020 onde se efetua a submissão de candidaturas. Em seguida realizou-se a leitura e análise dos documentos referentes ao Programa Norte 2020, especificamente os documentos de referência comunitários, nacionais e do Norte 2020, os documentos relativos à estratégia antifraude e ainda os documentos relativos aos relatórios de execução e contas anuais.

⁵O nível de coordenação política incide sobre a Comissão Interministerial de Coordenação (CIC), onde se inserem a coordenação política, um membro do Governo de cada área ministerial e é coordenada pelo Ministro.

Com a intenção de aprovar as seguintes atribuições: a estratégia global do PT2020; regulamentação específica de aplicação dos fundos da política de coesão; lista de organismos intermédios; plano global de comunicação; plano global de avaliação; redes de articulação funcional; revisão e reprogramação global do PT2020 e dos PO; afetação da reserva de desempenho; plano de abertura de candidaturas (<https://portugal2020.pt/>).

⁶O nível de coordenação técnica compreende a Agência de coordenação geral nível PT2020, a Agência dos fundos da política de coesão e FEAC, a Comissão de Coordenação Nacional (CCN), para o FEADER e a Comissão de Coordenação do FEAMP (CCF), para o FEAMP (<https://portugal2020.pt/>).

Posteriormente foi realizada a leitura e análise de toda a regulamentação comunitária e nacional, bem como das deliberações e das normas e orientações aplicadas ao Programa Norte 2020.

A estagiária procedeu também à leitura e análise do Guião de Apoio ao Beneficiário SI2E - Execução de Candidaturas FSE. Através desta, a estagiária aprendeu quais as obrigações dos beneficiários, o que é o dossier técnico e contabilístico da operação, quais as regras de informação e publicidade, as características da execução física e financeira, qual seja o início da execução das operações, a execução física das operações e a execução financeira das operações, como se efetua o encerramento do projeto e ainda as obrigações existentes pós-projeto, no que concerne as candidaturas do FSE.

Do mesmo modo, efetuou a leitura e análise do Guião de Apoio ao Beneficiário SI2E - Execução de Candidaturas FEDER. Através deste, a estagiária analisou o conteúdo semelhante ao anteriormente descrito, mas correspondente às candidaturas do FEDER. Na continuidade realizou-se a leitura e análise do Guião de Apoio ao Módulo dos Contratos do Balcão 2020 - FEDER.

Com objetivo de melhor compreender como é realizada a contratualização e execução das candidaturas foi efetuada a leitura e análise do Guião de Apoio ao Preenchimento do Formulário de Candidatura do Balcão 2020 – Operações Públicas relativo ao FEDER. No Anexo I é apresentado, através de figuras retiradas do guião de apoio, os passos necessários para a criação de uma candidatura.

Realizou-se ainda a leitura e análise do Guião de Candidaturas Multi-Fundo SI2E. A este propósito a estagiária aprendeu quais os tipos de pedidos de alteração existentes, quais sejam a retificação da operação, a anulação/desistência e a alteração de titularidade. Para além disso, adquiriu ainda competências de como realizar pedidos de alteração da operação e quais os passos para o registo dos mesmos. Relativamente a este objetivo, a estagiária aprendeu ainda quais os tipos de reprogramação que existem sejam elas a física, a financeira e a temporal e como realizar os pedidos de reprogramação.

Na continuidade do cumprimento dos objetivos presentes no cronograma de atividades, a estagiária aprendeu a efetuar os pedidos de reembolso e ficou a conhecer os procedimentos possíveis relativamente aos pedidos de pagamento. A este propósito, a mesma realizou a leitura e análise do Guião de Apoio ao Módulo de Pedidos de Pagamento do Balcão 2020 – FEDER.

Com o objetivo de aprender e demonstrar a forma como foi realizada por parte da estagiária os pedidos de pagamento, será apresentado, no Anexo II, através de figuras retiradas do guião de apoio acima referido, os passos necessários à realização de um pedido de pagamento. Para o cumprimento prático deste objetivo por parte da estagiária, esta observou e, posteriormente, efetuou os pedidos de pagamento/pedidos de reembolso da Escola Secundária de Mirandela,

uma reprogramação de um pedido de pagamento da mesma entidade e ainda um pedido de pagamento/pedidos de reembolso da Escola Secundária de Mirandela, nomeadamente o último auto depois da reprogramação.

A estagiária, na continuação do cumprimento dos objetivos do cronograma de atividades, aprendeu a redigir os relatórios de execução anuais e finais. A este propósito, a mesma realizou a leitura e análise do Manual de Apoio ao Preenchimento do Formulário do Relatório de Execução da Operação – Operações Públicas relativo ao FEDER. O Anexo III apresenta os passos necessários para registar e submeter os relatórios de execução, permitindo assim demonstrar a aprendizagem alcançada por parte da estagiária.

No decurso do cumprimento dos objetivos do cronograma de atividades, a estagiária aprendeu também como organizar um dossier de projeto de acordo com as orientações exigentes. Deste modo, a mesma efetuou a leitura e análise da Norma de Gestão n.º 4/NORTE 2020/2015 REV 3 - Regras de organização do dossiê da operação relativo as operações públicas do FEDER e FSE. A partir desta, tomou conhecimento de qual o âmbito e objetivos da organização do dossiê da operação, o período durante o qual os documentos devem ser conservados, o formato em que os documentos devem ser conservados e a estrutura do dossiê da operação.

A este propósito, conheceu ainda o processo técnico das operações FSE, ao nível formativo, de capacitação, dos apoios ao emprego, dos estágios e das bolsas.

Na sequência do cumprimento dos objetivos do cronograma de atividades, a estagiária aprendeu ainda a realizar todas as ações previstas em plano de comunicação da operação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão. Neste contexto, estudou e analisou as regras de comunicação da Imagem e Publicidade descritas no website <https://www.norte2020.pt/>, efetuou a leitura do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a leitura do Manual de Identidade do Norte 2020 – relativo à marca NORTE 2020 e ainda a leitura do Manual de Normas do Portugal 2020 – relativo à marca PORTUGAL 2020.

A seu tempo passou a realizar a leitura e análise do Regulamento de Execução (UE) n.º 821/2014 da Comissão de 28 de julho de 2014 (Anexo II), relativo às instruções para a criação do emblema da união e definição das cores normalizadas.

Executou também a leitura e análise dos Extratos da Legislação da União Europeia e nacional sobre regras de comunicação e informação para beneficiários, os quais reúnem informação relevante sobre a legislação comunitária e nacional.

Realizou ainda a leitura e análise do Guia de Informação e Comunicação para Beneficiários do Portugal 2020 – 2ª Edição de janeiro de 2017 o qual é utilizado para consulta em casos não previstos no Manual de Identidade do Norte 2020.

Acresce referir que foi também efetuada a visualização de modelos e logótipos para *download*, para utilizar nos projetos apoiados pelo Norte 2020.

No desenvolvimento do cumprimento dos objetivos do cronograma de atividades, a estagiária passou ainda a acompanhar a execução das candidaturas e encerrar os projetos.

Com esse efeito, a mesma inseriu e organizou em tabela (Excel) as candidaturas submetidas do PEDU do Norte 2020, nomeadamente nos seguintes pontos: o setor, o programa, a medida/eixo, o regulamento específico, o aviso, o código do projeto e o n.º de origem, a designação da candidatura/operação, a qualidade, a data de apresentação, o investimento proposto quer seja o total, o elegível, o elegível não participado e o não elegível. Ainda o investimento elegível inicial da candidatura, o investimento elegível – reprogramação, o financiamento, a suportar, a data de início física prevista, a data de conclusão física prevista e a fase do projeto.

As tabelas (Tabela 11 e 12) seguintes demonstram as candidaturas inseridas em tabela excel pela estagiária nos pontos acima mencionados. A Tabela 12 evidencia os valores das candidaturas submetidas.

Tabela 11. Candidaturas do Norte 2020 como Atividade de Estágio.

continua

Designação da Candidatura/ Operação	Setor	Programa	Medida/Eixo	Regulamento Especifico	Aviso	Código do Projeto N.º de Origem	Qualidade	Data de Apresentação
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a avenida da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	22/10/2019
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	31/10/2019
PAMUS 1 – Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	02/12/2019
PAMUS 1 – Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até à rotunda Portas da Cidade	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	03/12/2019
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	04/12/2019
PAMUS 1 – Ciclovia Mirandela - Carvalhais	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	06/12/2019
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	06/12/2019
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas N.º SRª do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	06/12/2019
PAMUS 2 – Interface Multimodal da cidade de Mirandela - Remodelação parcial da Central de Camionagem de Mirandela	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	30/10/2019
PAMUS 3 – Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	02/12/2019

Tabela 11. Candidaturas do Norte 2020 como Atividade de Estágio.

continuação

Designação da Candidatura/ Operação	Setor	Programa	Medida/Eixo	Regulamento Específico	Aviso	Código do Projeto N.º de Origem	Qualidade	Data de Apresentação
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	06/12/2019
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – fase 1 – Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	25/10/2019
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	05/12/2019
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de N.ª Sr.ª da Encarnação	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	27/11/2019
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	06/12/2019
PARU 5 – Renovação do Auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	31/10/2019
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)	NORTE-16-2019-28	PEDU PI 6.5 (6e) 2019	Promotor	04/11/2019
PAICD 1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro Operário	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Inclusão Social e Emprego	NORTE-43-2019-29	PEDU PI 9.8 (9b) 2019	Promotor	04/12/2019
PAICD 2 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro do GAT	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Inclusão Social e Emprego	NORTE-43-2019-29	PEDU PI 9.8 (9b) 2019	Promotor	04/12/2019

Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados facultados pela Câmara Municipal de Mirandela à estagiária para a realização de uma atividade para o cumprimento de um objetivo do cronograma de atividades.

Tabela 12. Candidaturas do Norte 2020 como Atividade de Estágio – Valores.

continua

Designação da Candidatura/ Operação	Investimento Proposto				Invest. Elegível Inicial Candidatura	Invest. Elegível Reprogramação	Financiamento		A Suportar		Data de Início Física Prevista	Data de Conclusão Física Prevista	Fase do Projeto
	Total	Elegível	Elegível Não Comparticipado	Não Elegível			%	Valor	%	Valor			
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a avenida da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade	2 287 849,54 €	1 282 666,09 €	-	1 005 183,45 €	1 282 666,09 €	1 282 666,09 €	85%	1 090 266,18 €	15% + não elegível	1 197 583,36 €	02/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça	849 724,97 €	306 372,07 €	-	543 352,90 €	306 372,07 €	306 372,07 €	85%	260 416,26 €	15% + não elegível	589 308,71 €	2/jan/20	31/out/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz	289 963,00 €	289 963,00 €	-	-	289 963,00 €	289 963,00 €	85%	246 468,55 €	15%	43 494,45 €	2/jan/20	31/out/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até à rotunda Portas da Cidade	1 484 000,00 €	739 152,25 €	-	744 847,75 €	739 152,25 €	739 152,25 €	85%	628 279,41 €	15% + não elegível	855 720,59 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	1 070 481,35 €	484 833,17 €	-	585 648,18 €	484 833,17 €	484 833,17 €	85%	412 108,19 €	15% + não elegível	658 373,16 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Ciclovia Mirandela - Carvalhais	305 165,84 €	305 165,84 €	-	-	305 165,84 €	305 165,84 €	85%	259 390,96 €	15%	45 774,88 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira	549 357,00 €	178 039,53 €	-	371 317,47 €	178 039,53 €	178 039,53 €	85%	151 333,60 €	15% + não elegível	398 023,40 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas Nª SRª do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	1 032 440,00 €	547 262,94 €	-	485 177,06 €	547 262,94 €	547 262,94 €	85%	465 173,50 €	15% + não elegível	567 266,50 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 2 – Interface Multimodal da cidade de Mirandela – Remodelação parcial da Central de Camionagem de Mirandela	580 082,84 €	580 082,84 €	-	-	580 082,84 €	580 082,84 €	85%	493 070,41 €	15%	87 012,43 €	1/jul/20	30/set/21	Aguarda Decisão
PAMUS 3 – Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque	62 871,19 €	39 821,89 €	-	23 049,30 €	39 821,89 €	39 821,89 €	85%	33 848,61 €	15% + não elegível	29 022,58 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
Subtotal (1)	8 511 935,73 €	4 753 359,62 €	-	3 758 576,11 €	4 753 359,62 €	4 753 359,62 €	-	4 040 355,67 €	-	4 445 480,06 €	-	-	-

Tabela 12. Candidaturas do Norte 2020 como Atividade de Estágio – valores

continuação

Designação da Candidatura/ Operação	Investimento Proposto				Invest. Elegível Inicial Candidatura	Invest. Elegível Reprogramação	Financiamento		A Suportar		Data de Início Física Prevista	Data de Conclusão Física Prevista	Fase do Projeto
	Total	Elegível	Elegível Não Comparticipado	Não Elegível			%	Valor	%	Valor			
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	854 898,45 €	600 000,00 €	254 898,45 €	-	600 000,00 €	600 000,00 €	85%	510 000,00 €	15% + elegível não comparticipado	344 898,45 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PARU 2 -Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – Fase 1 - Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro	46 375,00 €	46 375,00 €	-	-	46 375,00 €	46 375,00 €	85%	39 418,75 €	15%	6 956,25 €	1/abr/19	30/set/20	Aguarda Decisão
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha	157 044,91 €	157 044,91 €	-	-	157 044,91 €	157 044,91 €	85%	133 488,17 €	15%	23 556,74 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de Nª Srª da Encarnação	115 168,05 €	115 168,05 €	-	-	115 168,05 €	115 168,05 €	85%	97 892,84 €	15%	17 275,21 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	1 459 973,62 €	1 002 000,00 €	457 973,62 €	-	1 002 000,00 €	1 002 000,00 €	85%	851 700,00 €	15% + valor elegível não comparticipado	608 273,62 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PARU 5 - renovação do auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	559 207,52 €	559 207,52 €	-	-	559 207,52 €	559 207,52 €	85%	475 326,39 €	15%	83 881,13 €	11/jul/17	1/jul/21	Aguarda Decisão
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB	204 580,00 €	204 580,00 €	-	-	204 580,00 €	204 580,00 €	85%	173 893,00 €	15%	30 687,00 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAICD 1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro Operário	1 362 089,87 €	1 007 353,00 €	354 736,87 €	-	1 007 353,00 €	1 007 353,00 €	85%	856 250,05 €	15% + valor elegível não comparticipado	505 839,82 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAICD 2 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro do GAT	1 083 522,24 €	1 007 353,00 €	76 169,24 €	-	1 007 353,00 €	1 007 353,00 €	85%	856 250,05 €	15% + valor elegível não comparticipado	227 272,19 €	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
Subtotal (2)	4 384 345,42 €	4 699 081,48 €	1 143 778,18 €	-	4 699 081,48 €	4 699 081,48 €	-	3 994 219,25 €	-	1 848 640,41 €	-	-	-
Total (1+2)	12 896 281,15 €	9 452 441,10 €	1 143 778,18 €	3 758 576,11 €	9 452 441,10 €	9 452 441,10 €	-	8 034 574,92 €	-	6 294 120,47 €	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, através de dados facultados pela Câmara Municipal de Mirandela á estagiária para a realização de uma atividade para o cumprimento de um objetivo do cronograma de atividades.

Nas tabelas anteriores constata-se que, as candidaturas submetidas pelo Município de Mirandela, em relação ao investimento proposto, perfazem 12 896 281,15 €. Valor dividido pelo elegível (9 452 441,10 €), o elegível não participado (1 143 778,18 €) e o não elegível (3 758 576,11 €). A respeito do investimento elegível inicial da candidatura e do investimento elegível reprogramação o valor destas candidaturas corresponde a 9 452 441,10 €, valor igual para os dois investimentos. Relativamente ao valor do financiamento e ao valor a suportar pelo município este é de 8 034 574,92 € e de 6 294 120,47 €, respetivamente.

Durante o estágio foi também realizada a verificação e análise dos resultados da tabela do PEDU do Norte 2020.

Em seguida foi efetuado o estudo e análise aos critérios de seleção e à memória descritiva complementar da candidatura submetida pela Câmara Municipal de Mirandela no âmbito do PEDU, com a designação “PAMUS 4 – Interface de Estação Ferroviária de Mirandela (Piso de R/Chão)”.

Na continuação, a estagiária passou a acompanhar o estudo e análise de como efetuar uma candidatura ao FSE, que estava a decorrer no momento da realização do estágio.

Posteriormente foi realizada, por parte da mesma, a procura nos arquivos da Contratação Pública – Projetos do último auto, do auto de vistoria e da conta final das candidaturas “PAMUS 1 – Criação de rede ciclável”, “PAMUS - Melhoria da ligação dos espaços interurbanos em modos suaves – passeios – passeadeiras” e “PAMUS 4 – Promoção de modos suaves”, para a realização do Reporte de Indicadores, nomeadamente o Reporte Final.

Por último, a estagiária teve a oportunidade de observar o Reporte de Indicadores, nomeadamente o Reporte Final do “PAMUS 1 – Criação de rede ciclável” e de realizar o Reporte de Indicadores, nomeadamente o Reporte Final do “PAMUS 4 – Promoção de modos suaves”, indicadores recolhidos através de pesquisa nos arquivos da Contratação Pública – Projetos.

Em seguida será apresentada (Tabela 13), de forma sintetizada, a informação correspondente às atividades descritas anteriormente e objetivos definidos para o estágio, com os indicadores de concretização.

Tabela 13. Descrição Detalhada das Atividades Realizadas.

continua

Semana	Tema	Objetivo	Foi Cumprido	Atividades
1ª Semana	Acolhimento e integração do estagiário	Conhecimento da Entidade de Acolhimento em termos de estruturas, equipamentos e pessoas, e integração na equipe de trabalho, sistema Administrativo e legislação aplicável.	✓	Contacto inicial com a entidade. Conhecimento das estruturas gerais do município. Apresentação da unidade orgânica. Apresentação dos principais recursos físicos e humanos afetos às unidades orgânicas flexíveis. Conhecimento do sistema administrativo e legislação aplicável. Integração na equipa de trabalho.
	Conhecimento da legislação aplicável à AL	Conhecer a legislação em vigor aplicável às Autarquias Locais, tais como, normas e regulamentos, adstritas ao Município de Mirandela.	✓	Conhecimento e análise da legislação em vigor aplicável às AL, e ainda as normas e regulamentos, adstritas ao Município de Mirandela.
2ª Semana	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Conhecer a dinâmica da unidade	✓	Conhecimento da dinâmica da divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica. Apresentação da dinâmica correspondente ao serviço de candidaturas.
3ª Semana 4ª Semana	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Conhecer as medidas e programas, nomeadamente os financiamentos comunitários	✓	Apresentação de todos os programas operacionais de financiamentos comunitários e as suas medidas. Estudo e análise de todos os programas operacionais: para que servem, suas medidas e ainda a quem estão destinados e deles beneficiam. Conhecimento e análise das medidas e dos programas de financiamentos comunitários onde incidiu o estágio, nomeadamente o Portugal 2020 e o Norte 2020.

Tabela 13. Descrição Detalhada das Atividades Realizadas.

continuação

Semana	Tema	Objetivo	Foi Cumprido	Atividades
5ª Semana 6ª Semana 7ª Semana	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Saber gerir as candidaturas, a sua contratualização e execução	✓	<p>Leitura de um documento relativo a uma formação do IGAP, sobre a gestão de candidatura, nomeadamente o "Financiamento, Organização e Montagem de Candidaturas a Fundos Comunitários - Portugal 2020".</p> <p>Leitura e análise detalhada do website Portugal 2020.</p> <p>Leitura e análise detalhada do PORN - NORTE 2020.</p> <p>Leitura e análise dos concursos abertos e encerrados do Norte 2020.</p> <p>Análise dos concursos abertos à data do estágio, para apresentação de candidaturas.</p> <p>Estudo e posterior análise de um Aviso de Concurso para a apresentação de candidaturas sobre "Contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados".</p> <p>Estudo e posterior análise de um Aviso de Concurso para apresentação de candidaturas, nomeadamente o "Aviso Nº NORTE-06-2019-27".</p> <p>Estudo e posterior análise de um Aviso de Concurso para apresentação de candidaturas, nomeadamente o "Aviso Nº NORTE-16-2019-28".</p> <p>Estudo e posterior análise de um Aviso de Concurso para apresentação de candidaturas, nomeadamente o "Aviso Nº NORTE-43-2019-29".</p> <p>Apresentação do website onde se realiza a submissão de candidaturas (Balcão 2020).</p> <p>Leitura e análise dos documentos referentes ao Programa NORTE 2020.</p> <p>Leitura e análise de toda a regulamentação comunitária e nacional, bem como das deliberações e das normas e orientações aplicadas ao Programa NORTE 2020.</p> <p>Conhecimento da contratualização e execução de candidaturas do FSE e do FEDER.</p> <p>Leitura e análise do Guião de Apoio ao Beneficiário SI2E - Execução de candidaturas FSE.</p> <p>Leitura e análise do Guião de Apoio ao Beneficiário SI2E - Execução de candidaturas FEDER.</p> <p>Leitura e análise do Guião de Apoio ao Módulo dos Contratos do Balcão 2020 - FEDER.</p> <p>Leitura e análise do Guião de Apoio ao Preenchimento do Formulário de Candidatura – operações públicas, relativo ao FEDER.</p> <p>Leitura e análise do Guião de Candidaturas Multi-fundo SI2E.</p> <p>Aprender quais os tipos de pedidos de alteração existentes.</p> <p>Aprender a realizar pedidos de alteração da operação.</p> <p>Aprender quais os tipos de reprogramação existentes.</p> <p>Aprender a realizar pedidos de reprogramação.</p>

Tabela 13. Descrição Detalhada das Atividades Realizadas.

continuação

Semana	Tema	Objetivo	Foi Cumprido	Atividades
8ª Semana 9ª Semana	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Efetuar os pedidos de reembolso e conhecer os procedimentos possíveis	✓	<p>Aprender a efetuar os pedidos de reembolso.</p> <p>Conhecer os procedimentos possíveis relativamente aos pedidos de pagamento.</p> <p>Leitura e análise do Guião de Apoio ao Modulo de Pedidos de Pagamento do Balcão 2020 - FEDER.</p> <p>Observação e posterior realização dos pedidos de pagamento/pedidos de reembolso da Escola Secundária de Mirandela.</p> <p>Observação e posterior realização de uma reprogramação de um pedido de pagamento da mesma entidade.</p> <p>Observação e posterior realização de um pedido de pagamento/pedido de reembolso da Escola Secundária de Mirandela, nomeadamente o último auto depois da reprogramação.</p>
10ª Semana	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Aprender a redigir os relatórios de execução anuais e finais	±	<p>Aprender a redigir os relatórios de execução anuais e finais.</p> <p>Leitura e análise do Manual de Apoio ao Preenchimento do Formulário do Relatório de Execução da Operação - Operações Públicas relativas ao FEDER.</p>
11ª Semana	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Como organizar um dossier de projeto de acordo com as orientações exigentes?	±	<p>Leitura e análise da Norma de Gestão Nº 4/NORTE2020/2015 Rev 3 – Regras de organização do dossiê da operação.</p>
12ª Semana 13ª Semana	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Aprender a realizar todas as ações previstas em plano de comunicação da operação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão	±	<p>Estudo e análise das regras de comunicação da Imagem e Publicidade descritas no site do Norte 2020.</p> <p>Leitura do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.</p> <p>Leitura do Manual de Identidade do Norte 2020 - relativo à marca Norte 2020.</p> <p>Leitura do Manual de Normas do Portugal 2020 - relativo à marca Portugal 2020.</p> <p>Leitura e análise do Regulamento de Execução (UE) N. 821/2014 da Comissão de 28 de julho de 2014 (Anexo II).</p> <p>Leitura e análise dos Extratos da Legislação da União Europeia e nacional sobre regras de comunicação e informação para beneficiários.</p> <p>Leitura e análise do Guia de Informação e Comunicação para Beneficiários do Portugal 2020 - 2ª Edição janeiro de 2017.</p> <p>Visualização de modelos e logótipos para download para utilizar nos projetos apoiados pelo Norte 2020.</p>

Tabela 13. Descrição Detalhada das Atividades Realizadas.

continuação

Semana	Tema	Objetivo	Foi Cumprido	Atividades
	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Aprender a gerir a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários, dos utilizadores e do público em geral.	X	
	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Aprender a fornecer os elementos necessários às atividades de monitorização e avaliação das operações, no quadro da implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).	X	
	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Saber como desenvolver e gerir os meios necessários à captação dos instrumentos financeiros da administração central, fundos comunitários e outros.	X	
	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Aplicar os conhecimentos na dinamização no processo de preparação de propostas de candidatura a financiamento.	X	

Tabela 13. Descrição Detalhada das Atividades Realizadas.

continuação

Semana	Tema	Objetivo	Foi Cumprido	Atividades
14ªSemana 15ªSemana	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Acompanhar a execução das candidaturas e encerrar os projetos.	±	Acompanhamento na formulação de candidaturas. Inserir e organizar em tabela (excel) as candidaturas submetidas do PEDU do Norte 2020 - PORN. Verificar e analisar os resultados da tabela do PEDU do Norte 2020. Estudo e análise aos critérios de seleção e à memória descritiva complementar de uma candidatura submetida do PEDU. Acompanhar o estudo e análise de como realizar uma candidatura ao FSE. Procurar nos arquivos da Contratação Pública - Projetos do último auto, do auto de vistoria e da conta final para a realização do Reporte de Indicadores - Reporte final. Observação e posterior realização de Reporte de Indicadores, nomeadamente o Reporte final.
	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Preparar projetos de candidatura a financiamento, nomeadamente comunitários.	×	
	Divisão de Planeamento Estratégico e Diplomacia Económica Candidaturas	Apoiar outras entidades na apresentação de candidaturas.	×	

Fonte: Elaborado pelo autor.

De mencionar que as restantes atividades e objetivos presentes no cronograma, nomeadamente aprender a gerir a informação e a divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários, dos utilizadores e do público em geral, aprender a fornecer os elementos necessários às atividades de monitorização e avaliação das operações, no quadro da implementação dos FEEI, saber como desenvolver e gerir os meios necessários à captação dos instrumentos financeiros da Administração Central, fundos comunitários e outros, aplicar os conhecimentos na dinamização no processo de preparação de propostas de candidatura a financiamento, preparar projetos de candidatura a financiamento, nomeadamente comunitários e apoiar outras entidades na apresentação de candidaturas não foram realizadas devida à falta de oportunidade e tempo durante a concretização do estágio, afetado pela pandemia do SARS-COV-2, que suspendeu o estágio durante vários meses, o que fez com que não fosse possível cumprir todos os objetivos delineados.

3.2.2. Considerações finais sobre as atividades realizadas

As atividades realizadas durante o período em que o estágio decorreu estavam enquadradas com o propósito do plano de trabalho inicialmente definido entre a estagiária, a supervisora na entidade de acolhimento e a orientadora de estágio da instituição de ensino, mesmo que esse plano não tenha sido totalmente concluído.

3.2.3. Reflexão crítica sobre as atividades desenvolvidas

O estágio curricular trata-se de formação em contexto de trabalho, realizado numa organização pública ou privada, designada por entidade de acolhimento. Está sujeito à legislação interna das próprias instituições de ensino, através dos seguintes objetivos: *“o contacto com a atividade profissional, a oportunidade de aquisição de formação em diferentes domínios, a inserção em equipas de trabalho, a execução independente das tarefas programadas e ainda a apresentação e apreensão crítica dos resultados obtidos”*(Valente, Pinto, & Nunes, s.d., p. 28).

A estagiária encontra-se ao abrigo de um contrato de estágio entre a instituição de ensino superior e a entidade de acolhimento, sendo a duração do estágio de aproximadamente 5 meses, conforme o estabelecido no plano de estudos do Mestrado em Administração Autárquica. O estágio é acompanhado por um Supervisor na entidade de acolhimento e por um Orientador da escola.

A estagiária deve seguir um planeamento de estágio previamente definido através de um cronograma de atividades, para o período de estágio, acordadas entre todas as partes envolvidas no estágio.

3.2.3.1. Valor acrescentado para a formação da estagiária e para a entidade de acolhimento

A análise crítica do estágio é realizada através de uma reflexão de todos os aspetos do percurso da estagiária. Para tal, serão apresentadas algumas sugestões de melhoria resultantes da visão da mesma.

O estágio curricular para a estagiária foi importante, quer a nível pessoal como profissional, pois a mesma já tinha ideia de optar pela vertente do estágio, desde o momento que se matriculou no Mestrado em Administração Autárquica, para assim poder obter contacto com o mercado de trabalho e retirar desta experiência o máximo de conhecimento possível tanto a nível prático como teórico do tema em estudo.

O ambiente que existe no Serviço de Candidaturas, onde foi realizado o estágio curricular, consiste num bom ambiente de trabalho, onde existem ótimas relações entre os colegas e no qual a estagiária sempre se sentiu muito bem acolhida.

As mais-valias que o estágio contribuiu para a formação da estagiária foram várias. Foram adquiridas, primeiramente, pela pesquisa bibliográfica que permitiu à estagiária conhecer a política regional europeia, os FEEI, o Portugal 2020, o Portugal 2030 e a aplicação da política regional europeia em Portugal. Posteriormente, a aprendizagem através das atividades realizadas no estágio com os conhecimentos de como realizar uma candidatura e de tudo que advém para além disso.

Para a entidade de acolhimento, especificamente o município de Mirandela, é sempre uma mais-valia a participação de um estudante do ensino superior nas suas atividades, pois traz novos conhecimentos, outros métodos de trabalho e sugestões de melhoria. Especificamente neste estágio: foi realizado o conhecimento das medidas e programas, nomeadamente os financiamentos comunitários, a aprendizagem de como gerir as candidaturas, a sua contratualização e execução, o efetuar dos pedidos de reembolso e o conhecimento dos procedimentos possíveis, o redigir os relatórios de execução anuais e finais, a aprendizagem de como organizar um dossier de projeto de acordo com as orientações exigentes, a aprendizagem de como realizar todas as ações previstas em plano de comunicação da operação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão e o acompanhamento da execução das candidaturas e o encerramento dos projetos.

3.2.3.2. Contribuição para o estágio, dos conhecimentos e aprendizagem adquiridos pela estudante no seu ciclo de estudos

No decorrer do estágio, a estagiária conseguiu fortificar as competências adquiridas na parte curricular do Mestrado em Administração Autárquica. É de salientar que todas as unidades curriculares do ciclo de estudos frequentado foram fundamentais ao longo do estágio para melhor compreensão aquando da realização das tarefas propostas, na medida em que a mesma não só adquiriu novos conhecimentos como também pode melhorar e aprofundar outros, possibilitando assim estabelecer uma ligação entre os conteúdos lecionados em ambiente de sala de aula com a prática no mercado de trabalho.

3.2.3.3. Identificação de pontos fracos

Existem apenas alguns pontos que, na opinião da mesma, deveriam ser melhorados para existir um melhor desenvolvimento e êxito no trabalho relativo às candidaturas. Como exemplo refere-se a demora na análise e aprovação das candidaturas aos fundos europeus, a falta de recursos humanos e, por vezes, também financeiros para fazer face às diversas candidaturas formuladas, levando a que certos projetos tenham um maior atraso na sua realização, ou a que nem cheguem a ser executados.

Portanto, uma hipótese que poderia vir a solucionar este atraso na análise de candidaturas seria através da criação de mais postos de trabalho nas instituições que fazem parte da gestão de programas comunitários provenientes de fundos da UE destinados a Portugal, trabalhadores qualificados e competentes para este serviço. Não esquecendo que também as entidades que são beneficiárias desses mesmos fundos devem criar igualmente postos de trabalho, se estes não existirem, da mesma forma competentes e qualificados, para assim haver uma melhor formulação de candidaturas e, conseqüentemente, um maior aproveitamento dos mesmos.

Relativamente ao estágio propriamente dito, um aspeto que poderia tornar ainda mais eficaz o trabalho no serviço de candidaturas onde foi realizado o estágio seria a criação de uma base de dados com toda a informação relativa às candidaturas e os seus respetivos projetos, de forma a facilitar a validação dos mesmos, evitando assim a criação de diversos mapas (com recurso ao Excel) muito extensos, o que pode levar ao risco de serem apagadas algumas secções devido a formatações realizadas ou até a atualizações feitas no mapa.

Os exemplos enunciados constituem algumas situações que poderiam ser melhoradas numa ótica de opinião por parte da estagiária, como forma de acréscimo ao que tanto assimilou através da aprendizagem de como a entidade de acolhimento trabalha com a elaboração das candidaturas.

Em termos gerais, o balanço feito relativamente ao estágio é bastante positivo não existindo nenhum aspeto negativo a apontar. Resta apenas agradecer a Câmara Municipal de Mirandela e de forma particular à supervisora por toda a compreensão e auxílio prestado, sendo de realçar ainda o acolhimento por parte de toda a gente, que desde o primeiro momento fizeram com a estagiária se sentisse à vontade.

4. Análise prática

Neste capítulo será exposta a parte prática deste relatório de estágio. Com esse propósito, irá ser enunciado o objetivo de estudo e a metodologia, a composição da receita das autarquias locais, seguido da apresentação das receitas do município de Mirandela. Para a análise dos fundos será apresentado o contributo dos fundos comunitários para o desenvolvimento do município e subsequente análise desses fundos.

4.1. Metodologia de Investigação

Para dar resposta aos objetivos geral e específicos definidos, como metodologia optar-se-á por métodos qualitativos e quantitativos. A revisão de literatura possibilitará o enquadramento teórico que caracteriza dos fundos comunitários em Portugal, nos diferentes quadros comunitários. Será ainda feita uma análise documental dos processos, dossiers e legislação aplicável aos fundos comunitários e documentos financeiros e orçamentais, acrescidos dos regulamentos vigentes e aplicáveis ao tema na entidade de acolhimento comunitários (método qualitativo).

O método quantitativo será usado na análise do peso das participações comunitárias nas receitas totais do município, e evolução destas participações entre os referidos Quadros Comunitários de Apoio.

4.2. Composição das Receitas do Município de Mirandela

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI). De acordo com o artigo 14º da RFALEI, constituem receitas dos municípios:

- a) O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º;*
- b) O produto da cobrança do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT);*
- c) O produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º;*
- d) A parcela do produto do imposto único de circulação que caiba aos municípios, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 22-A/2007, de 29 de junho;*
- e) O produto da cobrança de contribuições, designadamente em matéria de proteção*

civil, nos termos da lei;

f) O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º;

g) O produto da participação nos recursos públicos determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes;

h) O produto da cobrança de encargos de mais-valias destinados por lei ao município;

i) O produto de multas e coimas fixadas por lei, regulamento ou postura que caibam ao município;

j) O rendimento de bens próprios, móveis ou imóveis, por eles administrados, dados em concessão ou cedidos para exploração;

k) A participação nos lucros de sociedades e nos resultados de outras entidades em que o município tome parte;

l) O produto de heranças, legados, doações e outras liberalidades a favor do município;

m) O produto da alienação de bens próprios, móveis ou imóveis;

n) O produto de empréstimos, incluindo os resultantes da emissão de obrigações municipais;

o) Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios.

Atentos ao disposto na RFALEI, considerou-se pertinente a efetuar a análise das receitas municipais (correntes⁷ e de capital⁸) do município de Mirandela no período de 2016 a 2020.

⁷Receitas correntes incidem sobre o património não duradouro da entidade, provêm de ganhos do período orçamental e esgotam-se no período de um ano. São aquelas que, regra geral, se renovam em todos os períodos de relato. Rendimentos de propriedade, como sejam juros e rendas, vendas de bens e serviços correntes com reduções no património não duradouro, constituem exemplos de receitas correntes (NCP 26, Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro).

⁸Receitas de capital alteram o património duradouro da entidade, são receitas cobradas ocasionalmente, isto é, que se revestem de carácter transitório e que, regra geral, estão associadas a uma diminuição do património duradouro ou aumento dos ativos e passivos de médio/longo prazo. São exemplos de receitas de capital as que resultam da venda de imóveis e empréstimos (NCP 26, Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro).

Tabela 14. Receitas Correntes do Município de Mirandela – Período 2016-2020.

	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Impostos Diretos	3 330 210,00 € (18,3%)	3 529 280,00 € (18,4%)	3 654 400,60 € (18,1%)	3 726 690,76 € (18,9%)	10 154 307,69 € (24,8%)	24 394 889,05 €
Impostos Indiretos	128 170,00 € (0,7%)	49 530,00 € (0,3%)	92 818,97 € (0,5%)	91 415,56 € (0,5%)	268 987,26 € (0,7%)	630 921,79 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	255 730,00 € (1,4%)	353 700,00 € (1,8%)	354 895,46 € (1,8%)	452 471,38 € (2,3%)	2 281 264,05 € (5,6%)	3 698 060,89 €
Rendimentos da Propriedade	1 120 120,00 € (6,1%)	1 111 290,00 € (5,8%)	1 461 316,88 € (7,2%)	1 138 697,47 € (5,8%)	2 424 583,00 € (5,9%)	7 256 007,35 €
Transferências Correntes	9 860 760,00 € (54,2%)	10 114 730,00€ (52,7%)	10 361 287,88€ (51,3%)	10 133 315,04€ (51,3%)	11 444 025,42 € (28%)	51 914 118,34 €
Vendas de Bens e Serviços Correntes	3 419 420,00 € (18,8%)	3 827 440,00 € (20%)	4 107 926,45 € (20,4%)	4 005 523,01 € (20,3%)	12 911 579,28 € (31,6%)	28 271 888,74 €
Outras Receitas Correntes	88 800,00 € (0,5%)	198 190,00 € 1 (%)	146 814,48 € (0,7%)	170 184,65 € (0,9%)	1 394 961,80 € (3,4%)	1 998 950,93 €
Total Receitas Correntes	18 203 210,00 €	19 184 160,00 €	20 179 460,72 €	19 718 297,87 €	40 879 708,50 €	118 164 837,10 €

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do Portal Autárquico (Contas de Gerência dos Municípios), em <https://portalautarquico.dgal.gov.pt> (acedido a 21 setembro de 2023), e da PORDATA (Receitas correntes das câmaras municipais: total e por tipo), em <https://www.pordata.pt/> (acedido a 21 setembro de 2023).

De acordo com a tabela anterior, e no que à receita corrente do município diz respeito, as transferências correntes compreendem o agrupamento com valor de receitas mais elevado em todo o período em análise quando comparado com os restantes agrupamentos. Com valor mais baixo aparece o agrupamento Impostos Indiretos. Em relação aos Impostos Diretos, no período analisado, verifica-se que os valores têm vindo a aumentar, entre 3 330 210,00 euros, em 2016 e 10 154 307,69 euros, em 2020. O mesmo sucede com os Impostos Indiretos (em 2016, 128 170,00 euros e em 2020, 268 987,26 euros). O total de receitas correntes tem vindo a aumentar de 2016 para 2020, registando-se apenas uma ligeira diminuição do ano 2018 (20 179 460,72 euros) face ao registado no ano de 2019 (19 718 297,87 euros), perfazendo-se um total de 118 164 837,10 euros nos anos de estudo.

Analisando de forma mais detalhada, no que respeita ao peso das receitas no valor total das receitas correntes arrecadas no município de Mirandela, verifica-se que no ano de 2016, a percentagem de receitas com percentagem mais elevada (54,2%) corresponde ao agrupamento Transferências Correntes (9 860 760,00 euros), seguindo-se o agrupamento de Vendas de Bens e Serviços Correntes (18,8%). As percentagens mais baixas correspondem aos agrupamentos Outras Receitas Correntes (0,5%) e Impostos Indiretos (0,7%).

No ano de 2017, persiste o agrupamento de Transferências Correntes com percentagem de receitas mais elevada (52,7%), seguida de 20% no agrupamento de Vendas de Bens e Serviços Correntes. As percentagens mais baixas correspondem a 1% de Outras Receitas Correntes e 0,3% das receitas proveniente de Impostos Indiretos.

No ano de 2018, as percentagens de receitas mais elevadas correspondem a 51,3% nas Transferências Correntes e a 20,4% nas Vendas de Bens e Serviços Correntes, já as

percentagens mais baixas são de 0,5% dos Impostos Indiretos e de 0,7% nas Outras Receitas Correntes.

No ano de 2019, a percentagem de receitas mais elevada corresponde a 51,3% nas Transferências Correntes, seguida de 20,3% nas receitas proveniente de Vendas de Bens e Serviços Correntes. As percentagens mais baixas correspondem a 0,5% dos Impostos Indiretos e a 0,9% nas Outras Receitas Correntes.

No ano de 2020, as percentagens de receitas mais elevadas correspondem a 31,6% nas Vendas de Bens e Serviços Correntes e a 28% nas Transferências Correntes, já as percentagens mais baixas são de 0,7% dos Impostos Indiretos e de 3,4% nas Outras Receitas Correntes.

A tabela seguinte mostra os montantes de receitas de capital arrecadadas pelo município de Mirandela nos anos 2016 a 2020.

Tabela 15. Receitas de Capital do Município de Mirandela – Período 2016-2020.

	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Venda de Bens de Investimento	80 730,00 € (5%)	67 000,00 € (5%)	86 493,00 € (1%)	67 000,00 € (1,8%)	29 378,94 € (0,4%)	330 601,94 €
Transferências de Capital	1 553 970,00 € (95%)	1 256 960,00 € (95%)	5 844 890,71 € (99%)	3 668 923,89 € (98,2%)	3 554 799,22 € (53,4%)	15 879 543, 82 €
Ativos Financeiros	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	300 000 € (4,5%)	300 000 €
Passivos Financeiros	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	2 735 864,64 € (41,2%)	2 735 864,64 €
Outras Receitas de Capital	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	0,00 € (0%)	33 425,10 € (0,5%)	33 425,10 €
Total Receitas Capital	1 634 700,00 €	1 323 960,00 €	5 931 383,71 €	3 735 923,89 €	6 653 467,90 €	19 279 435,50 €

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Portal Autárquico (Contas de Gerência dos Municípios), em <https://portalautarquico.dgal.gov.pt/> (acedido a 22 setembro de 2023), e da PORDATA (Receitas de capital das câmaras municipais: total e por tipo), em <https://www.pordata.pt/> (acedido a 22 setembro de 2023).

No que respeita às receitas de capital (Tabela 15), as transferências de capital são o agrupamento em que município de Mirandela arrecada o valor mais elevado de todos os agrupamentos referentes a receita de capital, num total de 15 879 543,82 euros no período analisado. No caso dos agrupamentos Ativos Financeiros, dos Passivos Financeiros e das Outras receitas de capital não foram arrecadadas receitas nos anos estudados, com exceção do ano de 2020 onde o município recolheu receitas no valor de 300 000 euros, 2 735 864,64 euros e 33 425,10 euros, respetivamente.

Analisando o número total de receitas de capital de 2016 a 2020, verifica-se que oscila nos anos analisados, devido à existência do aumento de receitas num ano seguido da diminuição das mesmas no ano seguinte, como demonstra a tabela anterior, em que no ano de 2016 o

valor era de 1 634 700,00 euros diminuindo, no ano de 2017, para 1 323 960,00 euros, e assim sucessivamente, no ano de 2018 (5 931 383,71 euros), no ano de 2019 (3 735 923,89 euros) e no ano de 2020 (6 653 467,90 euros).

Analisando de forma mais detalhada, verifica-se que, nos de 2016 a 2019, a percentagem de receitas de capita era dividida entre dois agrupamentos as Transferências de Capital e a Venda de Bens de Investimento, o primeiro agrupamento com percentagens de 95%, sendo ainda superior nos anos de 2018 (99%) e 2019 (98,2%) e, o segundo agrupamento, representa 5% e percentagens inferiores nos anos de 2018 (1%) e 2019 (1,8%).

No entanto, no ano de 2020, constata-se uma situação diferente dos anos anteriores, advindo da existência de novas receitas em agrupamentos onde antes estas não se verificavam. Desta forma, as percentagens de receitas mais elevadas correspondem a 53,4% em Transferências de Capital e a 41,2% em Passivos Financeiros, já as percentagens mais baixas são de 0,4% correspondendo a Venda de Bens de Investimento e de 0,5% de Outras Receitas de Capital.

4.3. Os Fundos Comunitários no Município de Mirandela

O investimento na Administração Pública através dos fundos comunitários recebidos por parte da UE favoreceu na sua maioria a expansão das infraestruturas, de forma a reduzir as disparidades existentes entre as diversas regiões da UE, nomeadamente no seu desenvolvimento (Viegas, 2013).

No período de financiamento de 2014-2020, designado por Portugal 2020, no âmbito dos fundos comunitários FEDER, FSE e FC, verificou-se no concelho de Mirandela a concretização de projetos através de diversas áreas de intervenção, a saber:

- **Ambiente e Ação Climática**

Na área do *ambiente e ação climática* o município de Mirandela desenvolveu alguns projetos de forma a promover tanto o ambiente como a eficiência dos recursos. Destes projetos constam os cofinanciados pelo Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), nomeadamente a Elaboração de Cadastro dos Sistemas de AA e SAR do Município de Mirandela, a Construção de Estação Elevatória de Águas Residuais em Vilares da Torre e a Rede de drenagem de águas residuais e E.T.A.R em Avidagos.

Ainda neste âmbito incluem-se projetos cofinanciados pelo Programa NORTE 2020, designadamente o Centro Municipal de Proteção Civil de Mirandela, a Reabilitação da Estação Ferroviária de Mirandela (pisos superiores), a Reabilitação da Torre da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação, a Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo, a Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB, a Valorização do Troço do Caminho Este de Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços, o Centro de *Cyclin* - Portugal – Quadrassal, a Rede de Praias Fluviais – Mirandela, o

PDCT – Reabilitação e Eficiência Energética na Rede de Iluminação Pública da Cidade de Mirandela – Fase II e o Trilho da Maravilha - Açude, passadiços e pista de pesca.

A este propósito, convém ainda referir que o valor total de fundos comunitários para o *ambiente e ação climática* encontra-se dividido em dois programas, o POSEUR e o Norte 2020. No POSEUR o valor total de financiamento foi de 291 350,87 euros e no Norte 2020 o valor total de financiamento foi de 3 939 514,40 euros.

- **Acesso e Mobilidade**

No âmbito do *acesso e mobilidade*, o município de Mirandela candidatou-se através do Programa NORTE 2020 aos projetos, + ACESSO - Promoção da Acessibilidade Inclusiva a vários Edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela e a mobilidade elétrica na Administração Pública através da aquisição de viaturas elétricas.

Neste sentido, ressalta-se ainda que o valor total de fundos comunitários para o *acesso e mobilidade* é de 99 678,79 euros, correspondente ao programa Norte 2020.

- **Cultura**

No contexto da área da *cultura* realizou-se uma candidatura com o intuito de melhorar as instalações culturais do município, nomeadamente o Complexo Cultural de Mirandela – Renovação do Auditório.

Acresce referir que o valor total de fundos comunitários para a *cultura* é de 475 326,39 euros, correspondente ao programa Norte 2020.

- **Desenvolvimento Regional e Coesão**

Na área do *desenvolvimento regional e coesão*, o município de Mirandela desenvolveu diversos projetos. Com o objetivo de reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas foi realizado um projeto de aumento da área de localização empresarial de Mirandela.

No âmbito do apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono, foram executados diversos projetos, designadamente o Arranjo urbanístico da interceção das avenidas Nossa Senhora do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz, a Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a avenida da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade, Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça, a Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até à rotunda Portas da Cidade, a Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina, a Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz, a Ciclovia Mirandela – Carvalhais, a Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira.

Para além destes, são ainda a Interface Multimodal da Cidade de Mirandela – Remodelação Parcial da Central de Camionagem, a Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque, a Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão), a Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – Fase 1 – Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro, a Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha, a Renovação do Auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela, a Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro Operário e a Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro do GAT.

A este propósito, refere-se ainda que o valor total de fundos comunitários para o *desenvolvimento regional e coesão* é de 7 419 577,65 euros, correspondente ao programa Norte 2020.

- **Educação**

No âmbito da *educação* o município de Mirandela, desenvolveu projetos cujo objetivo incide no investimento da educação, da formação e da formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, através dos projetos da Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela e da Remodelação e requalificação da escola básica Luciano Cordeiro – Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares.

De realçar, ainda que o valor total de fundos comunitários para a *educação* é de 842 713,10 euros, correspondente ao programa Norte 2020.

- **Emprego e Inovação Social**

Na área do *emprego e inovação social*, o município de Mirandela desenvolveu um projeto no âmbito do Programa de estágios Profissionais na Administração Local (*PEPAL*), designadamente a Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral – PEPAL.

Acresce ainda referir que o valor total de fundos comunitários para o emprego e inovação social é de 129 000,00 euros, correspondente ao programa Norte 2020.

- **Recuperação e Resiliência**

No âmbito da *recuperação e resiliência*, esta surge através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente no apoio e incentivo do mesmo de forma a melhorar a capacidade de dar resposta aos desafios nas seguintes áreas: saúde, habitação, resposta social, cultura, investimento empresarial inovador, qualificações e competências, infraestruturas, gestão de floresta e hídrica, ainda no domínio da transição climática (ser neutro em carbono até 2050) e por último ao nível da transição digital (<https://pr2030.pt/>).

Assim, o município de Mirandela desenvolveu um projeto através do Programa COMPETE 2020, com o objetivo de Resiliência dos territórios face ao risco, de forma a combater a desertificação através da rearborização e de ações que promovam o aumento da fixação de carbono e de nutrientes no solo, com a designação de Apoio à transição climática - Combate à desertificação através da rearborização – Mirandela.

Neste contexto e com o surgimento da pandemia COVID-19 (março de 2020), foram ainda realizados dois projetos através do Programa COMPETE 2020, com o objetivo de promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19, e respetivas consequências sociais.

Também é preparado um projeto de recuperação ecológica, digital e resiliente da economia, com a designação de Intervenções de Reabilitação Rede Hidrográfica e Mitigação Efeitos Cheias – Mirandela e Requalificação de Espaços Verdes na Cidade de Mirandela.

Por último, neste sentido foi criado outro projeto através do POAT 2020, com o objetivo de apoiar os custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença COVID-19, com a designação de Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) – apoio aos custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença COVID-19.

A este propósito, convém ainda referir que o valor total de fundos comunitários para a *recuperação e resiliência* encontra-se dividido em dois programas, o COMPETE 2020 e o POAT 2020. No COMPETE 2020 o valor total de financiamento foi de 2 506 362,87 euros e no POAT 2020 o valor total de financiamento foi de 64 931,21 euros.

Nesta contextualização, de forma a demonstrar o referido anteriormente serão em seguida analisadas as diversas candidaturas do município de Mirandela para o período de 2014-2020, correspondente ao Portugal 2020. As tabelas irão ser apresentadas de forma diferente, devido ao facto de os dados representados terem sido adquiridos noutra contexto, qual seja, as primeiras tratam-se de dados divulgados pela Câmara Municipal de Mirandela no seu site oficial, já as seguintes são dados que foram revelados à estagiária pela entidade onde estagiou, de forma ao cumprimento de uma atividade de estágio e à realização do estudo dos fundos comunitários no município de Mirandela.

Em seguida serão apresentadas as tabelas 16, 17, 18 e 19 que identificam as diferentes candidaturas aprovadas pelo município de Mirandela ao Norte 2020, PO SEUR e POAT 2020.

Em relação as tabelas sobre as candidaturas do Município de Mirandela, estas representam as candidaturas que o município se candidatou através dos programas pertencentes ao programa do Portugal 2020.

Tabela 16. Candidaturas do município de Mirandela ao Norte 2020.

continua

Designação Projeto	Código Projeto	Objetivo Principal	Data Aprovação	Data Início	Data Conclusão	Investimento Total	Custo Total	Custo Total Elegível	Apoio financeiro UE
Área de Localização Empresarial de Mirandela	NORTE-02-0853-FEDER-037578	Reforçar a Competitividade das Pequenas e Médias Empresas	21/01/2020	21/11/2016	31/11/2021	-	-	2.416.736,84 €	1.500.000,00 €
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas Nª SRª do Amparo e Sá Carneiro, com ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	NORTE-05-1406-FEDER-000283	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono	28/05/2020	02/01/2020	30/06/2023	-	1 150 301,87 €	912 789,68 €	775 871,23 €
Centro Municipal de Proteção Civil de Mirandela	NORTE-04-2114-FEDER-000574	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	28/05/2020	01/03/2020	01/03/2022	426.001,92 €	-	250.000,00 €	212.500,00 €
PAMUS 1 – Criação da Rede Ciclável e Via Pedonal, Troço da Rua da República, Av. Comunidades Europeias, Av. Duques de Bragança, Acesso A4, Av. Galiza e Troço da Rua Rafael Bordalo Pinheiro	NORTE-05-1406-FEDER-000072	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono	07/09/2017	24/02/2017	31/12/2018	-	-	1.028.377,93 €	874.121,24 €
PAMUS 1 – Criação da via pedonal em troço da Av. Eng.º José Machado Vaz	NORTE-05-1406-FEDER-000062	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono	03/08/2017	01/09/2017	23/10/2020	-	-	146.481,06 €	124.508,90 €
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na Rua de S. Brás e em troços das Ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	NORTE-05-1406-FEDER-000280	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono	21/05/2020	02/01/2020	31/12/2020	1 070 481,35 €	-	480 441,33 €	408 375,13 €

Tabela 16. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020.

continuação

Designação Projeto	Código Projeto	Objetivo Principal	Data Aprovação	Data Início	Data Conclusão	Investimento Total	Custo Total	Custo Total Elegível	Apoio financeiro UE
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e Rua Manuel Joaquim Ferreira	NORTE-05-1406-FEDER-000285	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões carbono	28/05/2020	02/01/ 2020	31/12/2021	-	549 357,00 €	173 332,15 €	147 332,33 €
Escola Básica Luciano Cordeiro, Mirandela	NORTE-08-5673-FEDER-000034	Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprend. longo da vida	02/09/2016	06/04/ 2017	26/08/2019	-	-	842 603,65 €	716 213,10 €
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	NORTE-05-1406-FEDER-000288	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono	25/03/2021	30/06/2021	30/06/2023	-	-	854 898,45 €	726 663,68 €
PAMUS 2 – Interface Multimodal da Cidade de Mirandela - Remodelação Parcial da Central de Camionagem	NORTE-05-1406-FEDER-000249	Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono	21/05/2020	01/07/2020	30/09/2021	-	-	566 978,71 €	481 931,90 €
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	NORTE-05-2316-FEDER-000214	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	04/02/2021	02/01/2020	29/03/2023	-	-	1 459 973,62	1 240 977,58 €
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação	NORTE-05-2316-FEDER-000201	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	12/06/2020	02/01/2020	31/12/2020	-	-	115 168,05€	97 892,84 €
PARU 1 - Reabilitação do espaço público envolvente ao Santuário de Nossa Senhora do Amparo	NORTE-05-2316-FEDER-000045	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	14/09/2017	16/08/2017	26/11/2019	-	-	1 812 590,23 €	1 540 701,70 €
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB	NORTE-05-2316-FEDER-000187	Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	12/06/2020	02/01/2020	31/12/2020	-	-	174 880,92€	148 648,78 €
Remodelação e requalificação da escola básica Luciano Cordeiro - Remoção de fibrocimento nos edifícios escolares	NORTE-08-5673-FEDER-000235	Investir na educação, na formação e na formação profissional	31/03/2021	02/01/2020	01/11/2021	-	143.100,00 €	126 500,00 €	126 500,00 €

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação disponível em <https://www.cm-mirandela.pt/p/projetoscofinanciados> (acedido a 17 setembro de 2023).

Tabela 17. Candidaturas do Município de Mirandela ao PO SEUR.

Designação Projeto	Código Projeto	Objetivo Principal	Data Aprovação	Data Início	Data Conclusão	Custo Total Elegível	Apoio financeiro UE
Elaboração de Cadastro dos Sistemas de AA e SAR do Município de Mirandela	POSEUR-03-2012-FC-000087	Promover o ambiente e promover a eficiência dos recursos	20/08/2016	01/11/2016	31/10/2018	142 577,05 €	121 190,49 €
Construção de estação elevatória de águas residuais em Vilares da Torre	POSEUR-03-2030-FC-000482	Promover o ambiente e promover a eficiência dos recursos	31/01/2017	01/01/2017	31/03/2018	60 420,00 €	51 357,00€
Rede de drenagem de águas residuais e E.T.A.R em Avidagos	POSEUR-03-2012-FC-000435	Promover o ambiente e promover a eficiência dos recursos	30/09/2016	01/08/2016	31/12/2018	139 768,68 €	118 803,38 €

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação disponível em <https://www.cm-mirandela.pt/p/projetoscofinanciados> (acedido a 17 setembro de 2023).

Tabela 18. Candidaturas do Município de Mirandela ao COMPETE 2020.

Designação Projeto	Código Projeto	Eixo Prioritário	Objetivo Principal	Data Aprovação	Data Início	Data Conclusão	Custo Total Elegível	Apoio financeiro UE
Apoio à transição climática – Combate à desertificação através da rearborização – Mirandela	POCI-07-62G4-FEDER-181682	VII – REACT_EU FEDER	REACT-EU_ Intervenções de Resiliência dos Territórios face ao risco - Combate à desertificação através da rearborização e de ações que promovam o aumento da fixação de carbono e de nutrientes no solo	16/09/2022	01/06/2022	29/12/2023	75 500,00€	FEDER 75 500,00€
Intervenções de Reabilitação Rede Hidrográfica e Mitigação Efeitos Cheias – Mirandela	POCI-07-62G9-FEDER-181430	VII – REACT_EU FEDER	13.1 FEDER - Promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19, e respetivas consequências sociais, e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia	18/10/2022	01/01/2022	31/12/2023	2 288 500,00€	FEDER 2 288 500,00€
Intervenções de Reabilitação Rede Hidrográfica e Mitigação Efeitos Cheias – Mirandela	POCI-07-62G9-FEDER-181430	VII – REACT_EU FEDER	13.1 FEDER - Promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19, e respetivas consequências sociais, e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia	18/10/2022	01/01/2022	31/12/2023	2 288 500,00€	FEDER 2 288 500,00€
Requalificação de Espaços Verdes na Cidade de Mirandela	POCI-07-62G4-FEDER-181505	07- REACT_EU FEDER	13.1 FEDER - Promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19, e respetivas consequências sociais, e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia	03/08/2022	19/07/2021	21/07/2022	142 362,87€	FEDER 142 362,87€

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação disponível em <https://www.cm-mirandela.pt/p/projetoscofinanciados> (acedido a 17 setembro de 2023).

Tabela 19. Candidaturas do Município de Mirandela ao POAT 2020.

Designação do Projeto	Código do Projeto	Objetivo Principal	Data do Termo Aceitação	Data Início	Data Conclusão	Custo Total Elegível	Apoio Financeiro UE
Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) – apoio aos custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença COVID-19	FSUE - 99 – 2021 - 01	Apoiar os custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença COVID-19	16/11/2021	14/03/2020	30/09/2020	64 931,21€	64 931,21€

Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação disponível em <https://www.cm-mirandela.pt/p/projetoscofinanciados> (acedido a 17 setembro de 2023).

As tabelas anteriores representam os dados do município de Mirandela para o programa Norte 2020, o PO SEUR, o COMPETE 2020 e o POAT 2020.

No que respeita ao Norte 2020 (Tabela 16), este concerne objetivos ao nível do reforço à competitividade das pequenas e médias empresas, ao apoio à transição para uma economia com baixas emissões de carbono, à proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos, o investimento na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida, a proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos. Atentos à Tabela 16, no que respeita ao programa Norte 2020 o valor total do investimento total é de 1 496 483,27 euros, o valor total do custo total é de 1 842 758,87 euros, já quanto ao custo total elegível o valor total é de 11 361 752,62 euros, por último o valor total do apoio financeiro da UE é de 9 122 238,41 euros.

Em relação ao PO SEUR (Tabela 17), o objetivo principal é a promoção do ambiente e a promoção da eficiência de recursos. No que concerne ao programa POSEUR, o valor total do custo total elegível é de 342 765,73 euros e o valor total do apoio financeiro da UE é de 291 350,87 euros (Tabela 17).

No caso do COMPETE 2020 (Tabela 18), o objetivo passa pelo combate à desertificação através da rearborização e de ações que promovam o aumento da fixação de carbono e de nutrientes do solo e pela promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19, e respetivas consequências sociais, e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia.

De acordo com a Tabela 18, e referente ao programa COMPETE 2020, o valor total do custo total elegível é de 2 506 362,87 euros e o valor total do apoio financeiro da UE é de 2 506 362,87 euros. Tal demonstra que, no COMPETE 2020, as candidaturas do município de Mirandela foram financiadas no seu custo total.

No POAT 2020 (Tabela 19) o objetivo principal é o apoio aos custos públicos decorrentes do combate à pandemia da doença COVID-19.

Através da análise à tabela 19 observa-se que o valor total do custo total elegível é de 64 931,21 euros e o valor total do apoio financeiro da UE é de 64 931,21 euros, em relação ao POAT 2020. Do mesmo modo, entende-se que a candidatura do município de Mirandela ao POAT 2020 foi financiada no seu custo total.

A tabela seguinte representa as candidaturas do município de Mirandela ao Norte 2020.

Tabela 20. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020.

continua

Designação da Candidatura/ Operação	Setor	Programa	Medida/Eixo	Regulamento Específico
+ ACESSO – Promoção da Acessibilidade Inclusiva a vários Edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
Complexo Cultural de Mirandela – Renovação do Auditório	Cultura	NORTE2020 - PORN	4 Qualidade Ambiental	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
WiFi 4EU	Turismo	Medida da UE	Medida da UE	Sem informação
Valorização do Troço do Caminho Este de Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços	Ambiente	NORTE2020 - PORN	4 Qualidade Ambiental	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
Centro de Cyclin – Portugal - Quadrassal	Ambiente	NORTE2020 - PORN	4 Qualidade Ambiental	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
Viaturas elétricas	Sem informação detalhada			
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral – PEPAL	Recursos Humanos	NORTE2020 - PORN	6 Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego
Rede de Praias Fluviais – Mirandela	Ambiente	NORTE2020 - PORN	6 Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores	Não aplicável
Cultura para todos	Cultura	NORTE2020 - PORN	9i – “Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade	Inclusão Social e Emprego
Centro Proteção Civil	Ambiente	NORTE2020 - PORN	4 Qualidade ambiental	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PDCT – Reabilitação e eficiência energética na rede de iluminação pública da cidade de Mirandela – Fase II	Ambiente	NORTE2020 - PORN	Economia de baixo teor de carbono	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
Trilho da Maravilha – Açude, passadiços e pista de pesca	Sem informação detalhada			
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a avenida da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 1 – Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 1 – Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até á rotunda Portas da Cidade	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)

Tabela 20. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020.

continuação

Designação da Candidatura/ Operação	Setor	Programa	Medida/Eixo	Regulamento Específico
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 1 – Ciclovia Mirandela - Carvalhais	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas Nª SRª do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 2 – Interface Multimodal da cidade de Mirandela – Remodelação parcial da Central de Camionagem de Mirandela	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 3 – Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – Fase 1 – Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de Nª Srª da Encarnação	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PARU 5 – Renovação do Auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EACT-IPB	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR)
PAICD 1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro Operário	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Inclusão Social e Emprego
PAICD 2 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro do GAT	Sistema Urbano	NORTE2020 - PORN	5 Sistema Urbano	Inclusão Social e Emprego

Tabela 20. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020.

continuação

Designação da Candidatura/ Operação	Aviso	Código do Projeto Nº de Origem	Qualidade	Data de Apresentação
+ ACESSO – Promoção da Acessibilidade Inclusiva a vários Edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela	NORTE-06-2018-44	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	30/04/2019
Complexo Cultural de Mirandela – Renovação do Auditório	NORTE-14-2019-17	Património cultural – infraestrutural	Promotor	31/07/2019
WiFi 4EU		Sem informação	Promotor	19/09/2019
Valorização do Troço do Caminho Este de Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços	NORTE-14-2019-16	PATRIMÓNIO CULTURAL - Animação, Programação Cultural e Eventos Culturais - Imaterial	Promotor	27/09/2019
Centro de Cyclin – Portugal – Quadrassal	NORTE-14-2019-15	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	Promotor	27/09/2019
Viaturas elétricas	Aviso n.º 12381/2019	3ª Fase Mobilidade elétrica na Administração Pública	Promotor	30/09/2019
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral – PEPAL	NORTE-18-2019-40	Programa de estágios profissionais na Administração Local (PEPAL)	Sem informação	10/10/2019
Rede de Praias Fluviais – Mirandela	NORTE-28-2018-04-EECProvere	Estratégias de eficiência coletiva PROVERE – projetos âncora	Promotor	15/11/2019
Cultura para todos	NORTE-30-2019-22	Cultura para todos	Promotor	15/11/2019
Centro Proteção Civil	NORTE-14-2019-26	Proteção contra riscos de incêndios	Promotor	29/11/2019
PDCT – Reabilitação e eficiência energética na rede de iluminação pública da cidade de Mirandela – Fase II	NORTE-03-2017-42	Eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local – Aviso n.º 2017	Promotor	27/11/2019
Trilho da Maravilha – Açude, passadiços e pista de pesca	Sem informação	Promotor	30/11/2019	
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a Av. da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	22/10/2019
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça	NORTE-06-2019-27	PEDU PI 4.5 (4e)	Promotor	31/10/2019
PAMUS 1 – Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	02/12/2019
PAMUS 1 – Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até à rotunda Portas da Cidade	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	03/12/2019

Tabela 20. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020.

continuação

Designação da Candidatura/ Operação	Aviso	Código do Projeto Nº de Origem	Qualidade	Data de Apresentação
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	04/12/2019
PAMUS 1 – Ciclovia Mirandela - Carvalhais	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	06/12/2019
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	06/12/2019
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas Nº SRª do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	06/12/2019
PAMUS 2 – Interface Multimodal da cidade de Mirandela - Remodelação parcial da Central de Camionagem de Mirandela	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	30/10/2019
PAMUS 3 – Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	02/12/2019
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	NORTE-06-2019-27	PEDU PI4.5 (4e)	Promotor	06/12/2019
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – Fase 1 – Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	25/10/2019
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	05/12/2019
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de Nº Srª da Encarnação	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	27/11/2019
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	06/12/2019
PARU 5 – Renovação do auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	31/10/2019
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB	NORTE-16-2019-28	PEDU PI6.5 (6e) 2019	Promotor	04/11/2019
PAICD 1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro Operário	NORTE-43-2019-29	PEDU PI 9.8 (9b) 2019	Promotor	04/12/2019
PAICD 2 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro do GAT	NORTE-43-2019-29	PEDU PI 9.8 (9b) 2019	Promotor	04/12/2019

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na informação de documentos internos do município.

A tabela anterior representa trinta e uma das candidaturas submetidas pelo município de Mirandela ao programa Norte 2020, divididas entre o setor do sistema urbano, da cultura, do turismo, do ambiente e dos recursos humanos, sendo estas na sua maioria do sistema urbano.

De realçar que estas candidaturas, e segundo os dados constantes na Tabela 20, a sua maioria é submetida no âmbito do PEDU PI4.5 (4e), do PEDU PI6.5 (6e) 2019 e do PEDU PI 9.8 (9b) 2019.

Seguidamente analisar-se-á o investimento proposto (total, elegível, elegível não participado e não elegível), das candidaturas acima mencionadas e constantes na Tabela 20.

Tabela 21. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020 – Investimento Proposto.

continua

Designação da Candidatura/ Operação	Investimento Proposto			
	Total	Elegível	Elegível Não Comparticipado	Não Elegível
+ ACESSO – Promoção da Acessibilidade Inclusiva a vários Edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela	117 269,16 €	117 269,16 €	-	-
Complexo Cultural de Mirandela – Renovação do Auditório	559 207,52 €	559 207,52 €	-	-
WIFI 4EU	15 000,00 €	15 000,00 €	-	-
Valorização do Troço do Caminho Este de Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços	249 861,56 €	249 861,56 €	-	-
Centro de <i>Cyclin</i> – Portugal – Quadrassal	229 981,80 €	200 000,00 €	29 981,80 €	-
Viaturas elétricas	-	-	-	-
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral – PEPAL	129 000,00 €	129 000,00 €	-	-
Rede de Praias Fluviais – Mirandela	316 661,57 €	316 661,57 €	-	-
Cultura para todos	270 485,16 €	270 485,16 €	-	-
Centro Proteção Civil	426 001,92 €	250 000,00 €	176 001,92 €	-
PDCT – Reabilitação e eficiência energética na rede de iluminação pública da cidade de Mirandela – Fase II	273 419,83 €	273 419,83 €	-	-
Trilho da Maravilha - Açude, passadiços e pista de pesca	531 587,04 €	400 000,00 €	-	-
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a avenida da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade	2 287 849,54 €	1 282 666,09 €	-	1 005 183,45 €
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça	849 724,97 €	306 372,07 €	-	543 352,90 €
PAMUS 1 – Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz	289 963,00 €	289 963,00 €	-	-
PAMUS 1 – Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até à rotunda Portas da Cidade	1 484 000,00 €	739 152,25 €	-	744 847,75 €
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	1 070 481,35 €	484 833,17 €	-	585 648,18 €
PAMUS 1 – Ciclovia Mirandela - Carvalhais	305 165,84 €	305 165,84 €	-	-
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira	549 357,00 €	178 039,53 €	-	371 317,47 €
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas Nª SRª do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	1 032 440,00 €	547 262,94 €	-	485 177,06 €
PAMUS 2 – Interface Multimodal da cidade de Mirandela - Remodelação parcial da Central de Camionagem de Mirandela	580 082,84 €	580 082,84 €	-	-
PAMUS 3 – Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque	62 871,19 €	39 821,89 €	-	23 049,30 €
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	854 898,45 €	600 000,00 €	254 898,45 €	-

Tabela 21. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020 – Investimento Proposto.

continuação

Designação da Candidatura/ Operação	Investimento Proposto			
	Total	Elegível	Elegível Não Participado	Não Elegível
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – Fase 1 – Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro	46 375,00 €	46 375,00 €	-	-
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha	157 044,91 €	157 044,91 €	-	-
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de N ^a Sr ^a da Encarnação	115 168,05 €	115 168,05 €	-	-
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	1 459 973,62 €	1 002 000,00 €	457 973,62 €	-
PARU 5 – Renovação do auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	559 207,52 €	559 207,52 €	-	-
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB	204 580,00 €	204 580,00 €	-	-
PAICD 1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro Operário	1 362 089,87 €	1 007 353,00 €	354 736,87 €	-
PAICD 2 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro do GAT	1 083 522,24 €	1 007 353,00 €	76 169,24 €	-
Total	12 896 281,15€	9 452 441,10 €	1 143 778,18 €	3 758 576,11 €

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na informação de documentos internos do município.

Analisando a tabela anterior verifica-se que o valor das candidaturas submetidas pelo Município de Mirandela, em relação ao investimento proposto, perfaz 12 896 281,15 euros, sendo este valor dividido pelo investimento elegível (9 452 441,10 euros), o investimento elegível não participado (1 143 778,18 euros) e o investimento não elegível (3 758 576,11 euros).

Na tabela seguinte será analisado o total do investimento elegível (inicial da candidatura e de reprogramação) das candidaturas do município de Mirandela, salientadas na Tabela 22.

Tabela 22. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020 – Investimento Elegível.

Designação da Candidatura/ Operação	Invest. Elegível Inicial Candidatura	Invest. Elegível Reprogramação
+ ACESSO – Promoção da Acessibilidade Inclusiva a vários Edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela	117 269,16 €	117 269,16 €
Complexo Cultural de Mirandela – Renovação do Auditório	559 207,52 €	559 207,52 €
WiFi 4EU	15 000,00 €	15 000,00 €
Valorização do Troço do Caminho Este de Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços	249 861,56 €	249 861,56 €
Centro de <i>Cyclin</i> – Portugal – Quadrassal	200 000,00 €	
Viaturas elétricas	-	-
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral – PEPAL	-	-
Rede de Praias Fluviais – Mirandela	316 661,57 €	316 661,57 €
Cultura para todos	270 485,16 €	270 485,16 €
Centro Proteção Civil	250 000,00 €	250 000,00 €
PDCT – Reabilitação e eficiência energética na rede de iluminação pública da cidade de Mirandela – Fase II	273 419,83 €	273 419,83 €
Trilho da Maravilha – Açude, passadiços e pista de pesca	-	-
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a avenida da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade	1 282 666,09 €	1 282 666,09 €
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça	306 372,07 €	306 372,07 €
PAMUS 1 – Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz	289 963,00 €	289 963,00 €
PAMUS 1 – Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até à rotunda Portas da Cidade	739 152,25 €	739 152,25 €
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	484 833,17 €	484 833,17 €
PAMUS 1 – Ciclovia Mirandela - Carvalhais	305 165,84 €	305 165,84 €
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira	178 039,53 €	178 039,53 €
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas Nª SRª do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	547 262,94 €	547 262,94 €
PAMUS 2 – Interface Multimodal da cidade de Mirandela – Remodelação parcial da Central de Camionagem de Mirandela	580 082,84 €	580 082,84 €
PAMUS 3 – Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque	39 821,89 €	39 821,89 €
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	600 000,00 €	600 000,00 €
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – Fase 1 – Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro	46 375,00 €	46 375,00 €
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha	157 044,91 €	157 044,91 €
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de Nª Srª da Encarnação	115 168,05 €	115 168,05 €
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	1 002 000,00 €	1 002 000,00 €
PARU 5 – Renovação do auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	559 207,52 €	559 207,52 €
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB	204 580,00 €	204 580,00 €
PAICD 1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro Operário	1 007 353,00 €	1 007 353,00 €
PAICD 2 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro do GAT	1 007 353,00 €	1 007 353,00 €
Total	9 452 441,10 €	9 452 441,10 €

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na informação de documentos internos do município.

Na tabela anterior e a respeito do investimento elegível inicial da candidatura e do investimento elegível reprogramado, o valor das candidaturas, corresponde a 9 452 441,10 euros, valor igual para os dois investimentos.

Na tabela 23 analisa-se o valor do financiamento da UE, o valor a suportar pelo município e ainda a sua percentagem sobre o valor total, de ambos nas candidaturas submetidas pelo município de Mirandela.

Tabela 23. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020 – Valor do Financiamento e Valor Suportado.

continua

Designação da Candidatura/ Operação	Financiamento		A Suportar	
	%	Valor	%	Valor
+ ACESSO – Promoção da Acessibilidade Inclusiva a vários Edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela	85%	99 678,79 €	15%	17 590,37 €
Complexo Cultural de Mirandela – Renovação do Auditório	85%	475 326,39 €	15%	83 881,13 €
WiFi 4EU	100%	15 000,00 €	0%	-
Valorização do Troço do Caminho Este de Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços	85%	212 382,33 €	15%	37 479,23 €
Centro de <i>Cyclin</i> – Portugal – Quadrassal	85%	170 000,00 €	15%	59 981,80 €
Viaturas elétricas	-	-	-	-
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral – PEPAL	-	-	-	-
Rede de Praias Fluviais – Mirandela	85%	269 162,33 €	15%	47 499,24 €
Cultura para todos	85%	229 912,39 €	15%	40 572,77 €
Centro Proteção Civil	85%	212 500,00 €	15%	213 501,92 €
PDCT – Reabilitação e eficiência energética na rede de iluminação pública da cidade de Mirandela – Fase II	95%	259 748,84 €	5%	13 670,99 €
Trilho da Maravilha – Açude, passadiços e pista de pesca	-	-	-	-
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a avenida da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade	85%	1 090 266,18 €	15% + não elegível	1 197 583,36 €
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça	85%	260 416,26 €	15% + não elegível	589 308,71 €
PAMUS 1 – Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz	85%	246 468,55 €	15%	43 494,45 €
PAMUS 1 – Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até à rotunda Portas da Cidade	85%	628 279,41 €	15% + não elegível	855 720,59 €
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	85%	412 108,19 €	15% + não elegível	658 373,16 €
PAMUS 1 – Ciclovia Mirandela – Carvalhais	85%	259 390,96 €	15%	45 774,88 €
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira	85%	151 333,60 €	15% + não elegível	398 023,40 €
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas Nª SRª do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	85%	465 173,50 €	15% + não elegível	567 266,50 €
PAMUS 2 – Interface Multimodal da cidade de Mirandela - Remodelação parcial da Central de Camionagem de Mirandela	85%	493 070,41 €	15%	87 012,43 €
PAMUS 3 – Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque	85%	33 848,61 €	15% + não elegível	29 022,58 €
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	85%	510 000,00 €	15% + elegível não participado	344 898,45 €
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – Fase 1 – Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro	85%	39 418,75 €	15%	6 956,25 €
PARU 2 - Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha	85%	133 488,17 €	15%	23 556,74 €
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de Nª Srª da Encarnação	85%	97 892,84 €	15%	17 275,21 €

Tabela 23. Candidaturas do Município de Mirandela ao Norte 2020 – Valor do Financiamento e Valor Suportado.

continuação

Designação da Candidatura/ Operação	Financiamento		A Suportar	
	%	Valor	%	Valor
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	85%	851 700,00 €	15% + valor elegível não participado	608 273,62 €
PARU 5 – Renovação do auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	85%	475 326,39 €	15%	83 881,13 €
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB	85%	173 893,00 €	15%	30 687,00 €
PAICD 1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro Operário	85%	856 250,05 €	15% + valor elegível não participado	505 839,82 €
PAICD 2 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Bairro do GAT	85%	856 250,05 €	15% + valor elegível não participado	227 272,19 €
Total	-	8 034 574,92 €	-	6 294 120,47 €

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na informação de documentos internos do município.

A Tabela 23 mostra que, relativamente ao valor do financiamento e ao valor a suportar pelo município este é de 8 034 574,92 € e de 6 294 120,47 €, respetivamente. No financiamento representa 85% do valor total da candidatura submetida, com exceção de duas candidaturas, WiFi 4EU (100%) e a PDCT – Reabilitação e eficiência energética na rede de iluminação pública da cidade de Mirandela – Fase II (95%). A percentagem do valor a suportar é de 15% do valor total, com exceção das candidaturas mencionadas anteriormente.

A Tabela 24 demonstra a continuação da análise das candidaturas do Município de Mirandela.

Tabela 24. Candidaturas do Município de Mirandela – Situação.

continua

Designação da Candidatura/ Operação	Data de Início Física Prevista	Data de Conclusão Física Prevista	Fase do Projeto
+ ACESSO – Promoção da Acessibilidade Inclusiva a vários Edifícios e espaços públicos na cidade de Mirandela	4/nov/19	31/jul/20	Não admitida
Complexo Cultural de Mirandela – Renovação do Auditório	1/jul/20	31/jun/21	Desistido
WiFi 4EU	Sem informação		Aguarda Decisão
Valorização do Troço do Caminho Este de Santiago em Portugal entre Mirandela e Valpaços	2/jan/20	31/dez/20	Aguarda Decisão
Centro de <i>Cyclin</i> – Portugal – Quadrassal	1/mar/20	1/jun/21	Aprovado
Viaturas elétricas	Sem informação		Aprovado
Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral – PEPAL	Sem informação		Aguarda Decisão
Rede de Praias Fluviais – Mirandela	2/jan/20	31/dez/21	Aprovado
Cultura para todos	6/jan/20	31/out/21	Aguarda Decisão
Centro Proteção Civil	1/mar/20	1/fev/22	Aprovada condicionada
PDCT – Reabilitação e eficiência energética na rede de iluminação pública da cidade de Mirandela – Fase II	Sem informação		Aprovada
Trilho da Maravilha – Açude, passadiços e pista de pesca	Sem informação		Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre a avenida da Galiza e a rotunda das Portas da Cidade	02/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação da rede ciclável e via pedonal no troço entre o bairro do Pombal e a Avenida Camilo de Mendonça	2/jan/20	31/out/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Reabilitação dos passeios e Guardas da Ponte Eng.º José Machado Vaz	2/jan/20	31/out/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação de rede ciclável e modos suaves no troço entre a rotunda Monumento à Linha do Caminho de Ferro até à rotunda Portas da Cidade	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação da via pedonal na rua de S. Brás e em troços das ruas Eng.º José Machado Vaz e Santa Catarina	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Ciclovia Mirandela – Carvalhais	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Criação de via pedonal em troços da Av. Dr. José Gama e rua Manuel Joaquim Ferreira	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 1 – Arranjo urbanístico da interceção das avenidas N.º SR.ª do Amparo e Sá Carneiro, com as ruas D. Afonso Henriques e José Machado Vaz	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 2 – Interface Multimodal da cidade de Mirandela - Remodelação parcial da Central de Camionagem de Mirandela	1/jul/20	30/set/21	Aguarda Decisão
PAMUS 3 – Promoção de Modos Suaves no Centro Histórico de Mirandela reabilitação urbanística da rua do Tanque	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAMUS 4 – Interface da estação ferroviária de Mirandela (piso de r/chão)	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o parque do Império e a Reginorde – Fase 1 – Recuperação do depósito de água da estação dos antigos caminhos de ferro	1/abr/19	30/set/20	Aguarda Decisão
PARU 2 – Reabilitação da estrutura verde no Vale da Azenha entre o Parque do Império e a Reginorde – Fase 2 – Tratamento de espaço verde na área sul do Vale da Azenha	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PARU 3 – Reabilitação da Torre da Igreja de N.ª Sr.ª da Encarnação	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PARU 4 – Reabilitação da estação ferroviária de Mirandela (pisos superiores)	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão

Tabela 24. Candidaturas do Município de Mirandela – Situação.

continuação

Designação da Candidatura/ Operação	Data de Início Física Prevista	Data de Conclusão Física Prevista	Fase do Projeto
PARU 5 – Renovação do auditório do Centro Cultural Municipal de Mirandela	11/jul/17	1/jul/21	Aguarda Decisão
PARU 6 – Reabilitação do espaço verde dos terrenos públicos a sul da EsACT-IPB	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAICD 1 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro Operário	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão
PAICD 2 – Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Bairro do GAT	2/jan/20	31/dez/21	Aguarda Decisão

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na informação de documentos internos do município.

A Tabela 24 demonstra a fase do projeto, a data de início física prevista e a data de conclusão física prevista das candidaturas submetidas pelo município de Mirandela. Os dados transcritos na tabela reportam à informação disponível e acessível à estagiária à data do estágio.

A tabela seguinte mostra o peso que os fundos comunitários representam nas receitas de capital do município de Mirandela. Este será alcançado através do cálculo efetuado pela autora do total de receitas de capital e da soma dos valores dos fundos comunitários retirados do site da Câmara Municipal de Mirandela para cada um dos anos em estudo.

Tabela 25. Contributo dos Fundos Comunitários para a Receita do Município de Mirandela.

	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Fundos comunitários	1 077 397,46 €	2 590 688,84€	-	-	3 772 552,21€	7 440 638,51 €
Receitas Capital	1 634 700,00 €	1 323 960,00€	5 931 383,71 €	3 735 923,89 €	6 653 467,90 €	19 279 435,50 €
%	65%	196%	-	-	57%	39%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela anterior constata-se que o peso dos fundos comunitários nas receitas de capital do município no ano de 2016 foi de 65%, em 2017 foi de 196% e em 2020 foi de 57%. No que diz respeito aos anos de 2018 e 2019 a estagiária não encontrou dados disponíveis que permitissem revelar o peso. No entanto, do total de fundos comunitários e do total de receitas de capital, dos anos em estudo, o peso total é de 39%.

Em relação ao peso dos fundos comunitários nas receitas de capital do município realça-se que o ano de 2017, o valor dos fundos comunitários é superior (2 590 688,84 euros) ao valor das receitas de capital (1 323 960,00 euros).

Conclusões, Limitações do Estudo e Futuras Linhas de Investigação

A política regional europeia surge com as disparidades dos países, e que, vários países que foram entrando para a UE, acentuaram. Desse modo, a política regional europeia é concebida para o crescimento da economia, do emprego, da qualidade de vida da população dos Estados-Membros e diminuição de heterogeneidade entre países. Como forma de dar resposta e concretização da política foram criados, ao longo dos anos, vários instrumentos financeiros, também designados por Fundos Estruturais ou Fundos Comunitários.

Portugal desde a sua entrada para a comunidade europeia tem vindo a usufruir destes instrumentos financeiros, na sua totalidade, tendo terminado há pouco tempo, o 6º período de programação dos recursos financeiros para si disponibilizados pela UE e se encontrando já no início do 7º período denominado de Portugal 2030, que decorrerá de 2021 a 2030.

No decorrer do estágio a estagiária teve a oportunidade de aprender na prática as práticas e políticas da aplicação dos fundos comunitários pelo município de Mirandela. O facto de ter estado mais de 5 meses no município de Mirandela foi bastante positivo pois permitiu acompanhar todo o processo inerente a submissão de candidaturas a fundos, bem como a sua execução, preparação dos relatórios de acompanhamento e arquivo, e outras atividades. A estagiária compreendeu a dinâmica envolta de projetos cofinanciados e teve contacto com a plataforma Balcão 2020.

Em termos práticos pretendeu-se analisar a composição das receitas do município de Mirandela, as candidaturas do município aos programas pertencentes ao Portugal 2020, nomeadamente o Norte 2020, o PO SEUR, o COMPETE 2020 e o POAT 2020, através das candidaturas efetuadas pelo município para o período de 2014-2020, tal como a caracterização do Portugal 2020 e os seus eixos prioritários e ainda o contributo dos fundos comunitários nas receitas do município de Mirandela, mediante o peso que representam nas receitas de capital do município.

Em termos gerais, conclui-se que o total de receitas correntes do município de Mirandela no período de 2016-2020 é de 118 164 837,10 euros e das receitas de capita é de 19 279 435,50 euros. Em relação às candidaturas verificou-se que os valores consoante as áreas de enquadramento das candidaturas referentes ao município são no seu total: no ambiente e ação climática é de 4 152 015,27 euros, no acesso e mobilidade é de 99 678,79 euros, na cultura 475 326,39 euros, no desenvolvimento regional e coesão é de 7 419 577,65 euros, na educação é de 842 713,10 euros, no emprego e inovação social é 129 000,00 euros e na recuperação e resiliência é de 2 571 294,08 euros.

No que diz respeito ao contributo dos fundos comunitários nas receitas do município de Mirandela, foi calculado o peso que os fundos comunitários têm nas receitas de capital do município para o período de 2016-2020. Assim, em 2016, o valor dos fundos representa 65% do total das receitas, em 2017 (196%) e em 2020 (57%). No período estudando, o peso dos fundos comunitários nas receitas foi de 39%.

Como principais limitações apontaríamos, a pandemia provocada COVID-19 no tempo do estágio e no decurso da redação do relatório de estágio.

O estudo encontrou limitações relativos ao facto de a estagiária não ter conseguido aceder a dados mais recentes de forma a ter toda a informação, como é o caso do estudo do nível médio de apoio dos FEEI, nomeadamente o FEDER e o FC, para o período de 2014 a 2020. A falta de informação mais recente na PORDATA fez com que a autora também não analisasse os dados mais recentes para o estudo feito em relação à entidade de acolhimento. Por fim, encontrou-se limitada pela falta do valor dos fundos comunitários nos dados disponibilizados pela Câmara Municipal de Mirandela para os anos de 2018 e 2019, por forma a poder determinar o peso dos fundos comunitários nas receitas totais, limitando, por isso, assim o estudo do período de 2016 a 2020.

A falta de experiência e conhecimentos da plataforma Balcão 2020 e o desconhecimento das temáticas relativas aos fundos comunitários, constitui também uma limitação, que obrigou a um grande trabalho de pesquisa, mas também foi um grande desafio compensatório, permitindo melhorar os conhecimentos nesta área.

Para investigação futura apontaríamos as seguintes sugestões. Generalizar o estudo prático a diferentes municípios de modo a entender de forma comparativa as dinâmicas dos fundos comunitários entre municípios. Outro estudo passaria pela análise do impacto dos fundos comunitários no crescimento económicos dos municípios. Ou, por exemplo, e relacionando as áreas de formação ministradas na Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo o estudo do impacto dos fundos comunitários no turismo.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. (2017). *QREN e Portugal 2020: Uma Análise a Algumas Candidaturas da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra). Estudo Geral Repositório científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/82066>
- Assunção, B. (2013). *A Importância dos Fundos Estruturais no Desenvolvimento Empresarial Português: Uma Visão Prática a partir do IAPMEI*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra). Estudo Geral Repositório científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/25407>
- Barros, B. (2018). *Coesão Territorial em Portugal - O contributo dos equipamentos educativos no período 2007-2013*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa). Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/36232>
- Câmara Municipal de Mirandela. (2022). *Balanço Social 2022*. Recuperado a 23 outubro 2023 de https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/6075/balanco_social_2022.pdf
- Câmara Municipal de Mirandela. (2023). *Mapa de Pessoal 2023*. Recuperado a 30 agosto 2023 de https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/6172/mapa_de_pessoal_2023.pdf
- Câmara Municipal de Mirandela. (s.d.). *Organograma*. Recuperado a 10 agosto 2022 de <https://www.cm-mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/2704/Organograma.pdf>
- Câmara Municipal de Mirandela. (s.d.). *População*. Recuperado a 17 maio 2023 de <https://www.cm-mirandela.pt/pages/300>
- Câmara Municipal de Mirandela. (s.d.). *Projetos Confinanciados*. Recuperado a 17 setembro 2023 de <https://www.cm-mirandela.pt/p/projetoscofinanciados>
- Câmara Municipal de Mirandela. (s.d.). *Regulamento Orgânico Municipal*. Recuperado a 20 setembro 2023 de <https://www.cm-mirandela.pt/regulamento-organico-municipal>

[mirandela.pt/cmmirandela/uploads/document/file/2705/Regulamento_Org_nico_Municipal.pdf](https://www.cm-mirandela.pt/uploads/document/file/2705/Regulamento_Org_nico_Municipal.pdf)

Câmara Municipal de Mirandela. (s.d.). *Topónimos*. Recuperado a 17 maio 2023 de <https://www.cm-mirandela.pt/pages/317>

Comissão Europeia. (s.d.). *Fundos Europeus Estruturais e de Investimento*. https://commission.europa.eu/funding-tenders/find-funding/funding-management-mode/2014-2020-european-structural-and-investment-funds_pt

Comissão Europeia. (s.d.). *Política regional*. https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/regional-policy_pt

Comissão Europeia. (s.d.). *O que é o FSE+*. <https://ec.europa.eu/european-social-fund-plus/pt/o-que-e-o-fse>

Decreto-Lei n.º 20-A/2023 Regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027. (2023). Diário da República n.º 58, Série I de 2023-03-22. <https://files.dre.pt/1s/2023/03/05801/0000200031.pdf>

Decreto-Lei n.º 192/2015 Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. (2015). Diário da República n.º 178, Série I de 2015-09-11. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/192-2015-70262478?ts=1698616006229>

Diário da República. (s.d.). *Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)*. <https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario>

Eurocid. (s.d.). *Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA)*. <https://eurocid.mne.gov.pt/fundo-europeu-dos-assuntos-maritimos-das-pescas-e-da-aquicultura-feampa>

Eurocid. (s.d.). *Fundo de Coesão*. <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/fundo-de-coesao>

Eurocid. (s.d.). *Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)*. <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/fundo-europeu-agricola-de-desenvolvimento-rural-feader>

- Eurocid. (s.d.). *Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração*. <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/fundo-para-o-asilo-migracao-e-integracao>
- Eurocid. (s.d.). *Fundo para uma Transição Justa (2021-2027)*. <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/fundo-para-uma-transicao-justa-2021-2027>
- Eurocid. (s.d.). *Fundo Social Europeu (FSE+)*. <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/fundo-social-europeu-fse>
- European Commission. (s.d.). *Agriculture and rural development*. https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/rural-development_en
- European Commission. (s.d.). *Cohesion Fund*. https://ec.europa.eu/regional_policy/funding/cohesion-fund_en
- European Commission. (s.d.). *Cohesion Open Data Platform*. <https://cohesiondata.ec.europa.eu/funds/14-20>
- European Commission. (s.d.). *European Maritime, Fisheries and Aquaculture Fund (EMFAF)*. https://oceans-and-fisheries.ec.europa.eu/funding/emfaf_en
- European Commission. (s.d.). *Just Transition Fund*. https://ec.europa.eu/regional_policy/funding/just-transition-fund_en
- European Commission. (s.d.). *Rural development*. https://ec.europa.eu/regional_policy/policy/themes/rural-development_en
- European Union. (s.d.). *History of the EU*. https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu_en
- FAMI 2030. (s.d.). *O FAMI 2030*. <https://www.fami2030.gov.pt/>
- Francisco, G. (2016). *Os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus: Oportunidades do PT2020 para o Tecido Empresarial Português*. (Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa). Repositório do Iscet - Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/17594>
- INE. (s.d.). *Variação da População Residente 2011-2021, Freguesias - Continente*. Recuperado a 24 agosto 2023 de <https://www.ine.pt/>
- Mendes, M. (2021). *O Impacto do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) na Economia: O caso dos Açores*. (Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia e

- Gestão da Universidade dos Açores). Repositório da Universidade dos Açores.
<http://hdl.handle.net/10400.3/6357>
- Monteiro, A. (2017). *Quadro Comunitário Portugal 2020. Próximo Período de Programação - Pós 2020*. Associação nacional municípios portugueses. <https://anmp.pt/>
- NORTE2020. (2016). *Guião de Apoio ao Módulo de Pedidos de Pagamento do Balcão 2020*. Recuperado a 7 fevereiro 2023 de <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf>
- NORTE2020. (2016). *Guião de Apoio ao Preenchimento do Formulário de Candidatura do Balcão 2020*. Recuperado a 6 fevereiro 2023 de <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf>
- NORTE2020. (2018). *Manual de Apoio ao Preenchimento do Formulário Relatório de Execução da Operação*. Recuperado a 9 fevereiro 2023 de https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf
- NORTE2020. (s.d.). Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020. <https://www.norte2020.pt/programa/apresentacao>
- Oliveira, S. (2013). *A Política Regional Europeia em Portugal: programação dos Fundos Estruturais*. (Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa). Repositório do Iscte - Instituto Universitário de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10071/7758>
- Parlamento Europeu. (2023). *Fundo de Coesão*. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/96/fundo-de-coesao>
- Parlamento Europeu. (2023). *Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)*. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/95/el-fondo-europeo-de-desarrollo-regional-feder->
- Parlamento Europeu. (2023). *Fundo para uma Transição Justa*. <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/214/fundo-para-uma-transicao-justa>

- Pires, L. (2017). 30 anos de Fundos Estruturais (1986-2015). *Relações Internacionais*, (R: I) 53, 19-38. <https://ipri.unl.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/1469-relacoes-internacionais-n-53>
- PORDATA. (13 de dezembro de 2022). *Dívida total das câmaras municipais: total e limite da dívida total*. Recuperado a 23 outubro 2023 de <https://www.pordata.pt/>
- PORDATA. (1 de março de 2023). *Pessoal ao serviço nas empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica*. Recuperado a 23 outubro 2023 de <https://www.pordata.pt/>
- PORDATA. (28 de setembro de 2022). *Poder de compra per capita*. Recuperado a 23 outubro 2023 de <https://www.pordata.pt/>
- PORDATA. (25 de outubro de 2023). *População empregada segundo os Censos: total e por sector de atividade económica (%)*. Recuperado a 26 outubro 2023 de <https://www.pordata.pt/>
- PORDATA. (22 de março de 2022). *Receitas correntes das câmaras municipais: total e por tipo*. Recuperado a 21 setembro 2023 de <https://www.pordata.pt/>
- PORDATA. (22 de março de 2022). *Receitas de capital das câmaras municipais: total e por tipo*. Recuperado a 22 setembro 2023 de <https://www.pordata.pt/>
- PORDATA. (1 de março de 2023). *Valor acrescentado bruto das empresas não financeiras: total e por setor de atividade económica*. Recuperado a 23 outubro 2023 de <https://www.pordata.pt/>
- Portal Autárquico. (s.d.). *Contas de Gerência dos Municípios*. Recuperado a 22 setembro 2023 de <https://portalautarquico.dgal.gov.pt/>
- Portugal 2020. (s.d.). *Modelo de governação*. Recuperado a 31 julho 2023 de https://portugal2020.pt/wp-content/uploads/modelo_de_governacao_portugal2020_revisto.pdf
- Portugal 2020. (s.d.). *O que é o Portugal 2020*. <https://portugal2020.pt/portugal-2020/o-que-e-o-portugal-2020/>
- Portugal 2030. (s.d.). *O que é o Portugal 2030*. <https://portugal2030.pt/o-portugal-2030/o-que-e-o-portugal-2030/>

- PRR 2030. (s.d.). *PRR 2030*. <https://pr2030.pt/>
- Rolo, V. (2018). *A política regional no contexto europeu e nacional*. Agência para o Desenvolvimento e Coesão. https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/politica_regional_final.pdf
- Salgado, P. (2005). *Portugal no Contexto da UE - Convergência e Coesão Interna*. (Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa). Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/22790>
- Santos, M. (2013). *O impacto económico dos fundos comunitários no processo de convergência em Portugal*. (Dissertação de mestrado, Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria). Repositório da IC-Online. <http://hdl.handle.net/10400.8/1113>
- Silva, C. (2015). *O Impacto Económico dos apoios comunitários num projeto de investimento - Estudo de um caso real*. (Relatório de estágio, Faculdade de Economia da Universidade do Porto). Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/80172>
- União Europeia. (s.d.). *Objetivos e valores*. https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/principles-and-values/aims-and-values_pt
- União Europeia. (s.d.). *Política regional*. https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/regional-policy_pt
- Valente, C., Pinto, A., & Nunes, S. (s.d.). Estágios Profissionais e Estágios Curriculares: Recursos Humanos de Recurso. *Gestin - Revista Internacional de Gestão, Direito e Turismo*, 11, 25-36. <https://gestin.ipcb.pt/>
- Valente, I. (2016). Portugal, política regional e Ultraperiferia. *Debater a Europa*, 15, 175-196. https://doi.org/10.14195/1647-6336_15_10
- Viegas, V. (2013). *Importância dos Fundos Comunitários na Autarquia de Loulé*. (Relatório de estágio, Universidade do Algarve). Repositório da Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/5925>

Anexos

Anexo I – Como preencher uma Candidatura

A criação de candidaturas é realizada através de 9 passos, como se pode verificar a seguir. A entidade beneficiária deve aceder ao Balcão 2020 com o perfil de “super-utilizador” e realizar os seguintes passos:



Bem-vindo(a) ao Balcão 2020

O Balcão 2020 constitui o ponto de acesso aos Programas Operacionais financiados pelos FEER (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) para todas as entidades que pretendam candidatar a financiamento os seus projetos.

É aqui que encontra informação sobre os financiamentos disponíveis no período 2014-2020 e tudo o que deve saber sobre a apresentação da sua candidatura e o acompanhamento do seu projeto nas suas diversas fases.



Salva mais como se registar e usar o balcão através das apresentações disponíveis em ["Fazer"](#) ou consulte as nossas respostas às [Perguntas Frequentes](#).

Estamos ao seu dispor. [Contacte-nos](#).

O acesso ao Balcão 2020 é simples e fácil!!

Por favor insira os seus dados de acesso:

Utilizador

Senha de Acesso

Perdeu a sua senha? [Recupere-a aqui](#)

Ainda não possui acesso? [Registe-se](#)

Iniciar Sessão

O registo e autenticação no Balcão 2020 **deve ser apenas efetuado pelo beneficiário antes de se candidatar ao seu projeto**. É então criada a sua área reservada, na qual poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se, com destaque para:

- Submissão de candidaturas
- Registo de contratos e procedimentos de contratação pública
- Pedidos de pagamento/adiantamento ou reembolso
- Pedidos de reprogramação
- Conta-corrente dos projetos



Figura 15. Página inicial do Balcão 2020.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

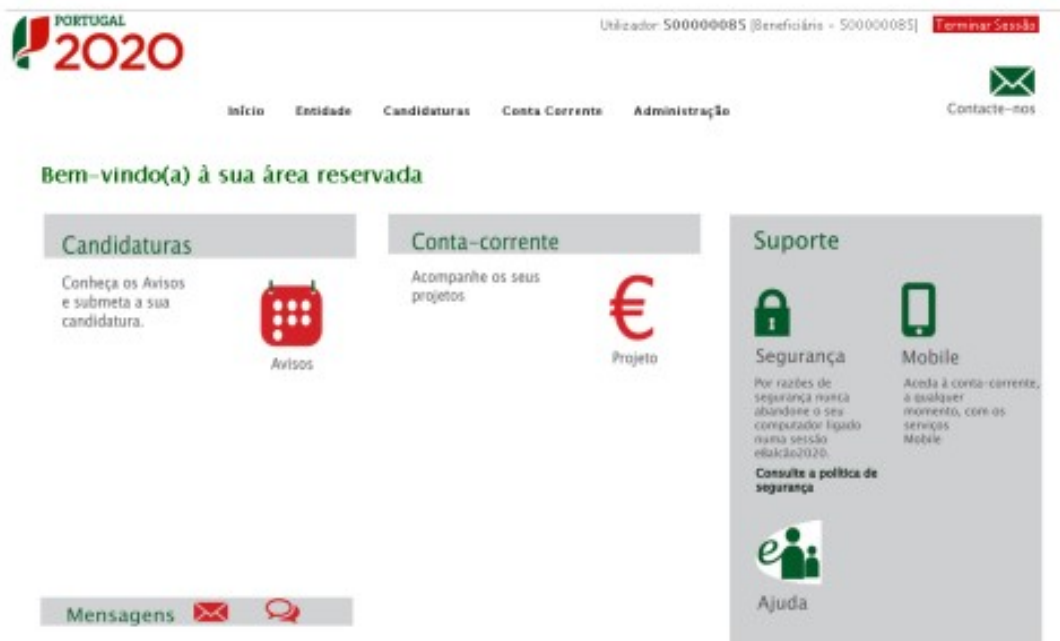


Figura 16. Página inicial da Área Reservada.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

Para criar uma candidatura começa-se por na área reservada clicar em “Candidaturas”.



Figura 17. Página inicial da Área Reservada – Candidaturas.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

A título de curiosidade o menu Candidaturas – Avisos é onde se encontra o acesso a uma página de pesquisa de todos os concursos abertos.

Em seguida, a introdução de uma nova Candidatura deverá ser efetuada através dos seguintes passos:

Passo 1 – Identificação da Operação

Utilizador: 50000008 (Beneficiário - 50000008) Fechar Janela

Candidaturas Grupos de Projetos Pré-Qualificação Plano Estratégico Contratos Pedidos Pagamento

Identificação Caracterização Beneficiário Financiamento Plano Investimento Indicadores Informação Complementar Documentos Resumo

Atenção: Os formulários obedecem a um preenchimento passo-a-passo em que o botão "seguinte" grava o passo, desde que a informação se encontre corretamente preenchida.

Identificação da Candidatura

* Campo de preenchimento obrigatório

CONCURSO

Código: NORTE-45-2015-33 Designação: curso 09-02

Programa Operacional: Programa Operacional Regional do Norte

Eixo Prioritário: Investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação

Objetivo Temático: Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação

Prioridade de Investimento: O reforço da infraestrutura, e das capacidades de investigação e inovação (I&D), e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu.

Tipologia de Intervenção: Investigação científica e tecnológica

Plano Estratégico: PLANO DE TESTE

Identificação da Operação

Designação da Operação *

Descrição da Operação *

Objetivos da Operação *

Resumo * Max. 450 Caracteres

Descrição do Estado Atual dos Trabalhos *

Diagnóstico da realidade vivida com a implementação do projeto *

Cancelar Seguinte

Figura 18. Quadro de preenchimento Identificação da Candidatura.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

No preenchimento da identificação da candidatura tem que se identificar a operação através da sua designação, descrição e objetivos.

Passo 2 – Caracterização da Candidatura

Caracterização da Candidatura * Campo de preenchimento obrigatório

Calendarização prevista

Data prevista de Início Data prevista de Conclusão

Localização da Operação

Escolha a localização, com a seleção das unidades territoriais, ao nível mais adequado.*

Localizações já selecionadas:

NUTS II	NUTS III	Concelho	Freguesia	Porcentagem
Não foi definida uma localização				

Natureza do Investimento

Código Designação

Com utilização económica

Sim Não

Figura 19. Quadro de preenchimento - Caracterização da Candidatura.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

Na caracterização da candidatura é necessário preencher a data prevista de início e de conclusão, onde se localiza a operação e ainda qual a natureza do investimento através do código e designação do mesmo.

Passo 3 – Configuração de Beneficiários

Configuração de Beneficiários

Adicionar Beneficiário

Beneficiários já adicionados

Beneficiário	NIF	Principal
Entidade Teste	500000085	Sim

Figura 20. Quadro de preenchimento - Configuração de Beneficiários.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

Na configuração de beneficiários é necessário preencher com os beneficiários da candidatura, no entanto para estes serem selecionados, deverão estar credenciados no Balcão Único.

Passo 4 – Caracterização do Financiamento

Caracterização do Financiamento * Campo de preenchimento obrigatório

Tipologia ?

Forma de Financiamento: Subvenção Não Reembolsável

Figura 21. Quadro de preenchimento - Tipologia de Financiamento.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

A forma de financiamento da operação é indicada de acordo com o que se encontra definido à partida no Aviso de Abertura.

Passo 5 – Caracterização do Plano de Investimento

Caracterização do Plano de Investimento

Repartição do Investimento por Componentes ?
 Seleccione a opção seguinte para adicionar um componente. *

Componentes já adicionados:

Componente	Designação	Beneficiário	Inv. Elegível	Inv. Não Elegível	Inv. Elegível Não Participado	Custo Total
Não existe nenhum componente associado						

Repartição Anual do Investimento por Fonte de Financiamento ?

Ano	FEDER/FC	Orçamento Estado	Autarquias Locais	Empresas Públicas	Orçamento Regional	Outras	Despesa Pública	Privado	Inv. Elegível	Inv. Elegível Não Participado	Inv. Não Elegível	Custo Total
Total Esperado	10,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €
2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €
2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €
2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €
2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €
2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €
2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 €	0,00	0,00 €	0,00	0,00	0,00 €
Total:	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Figura 22. Quadro de preenchimento Caracterização do Plano de Investimento.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

A repartição do investimento por componentes é efetuada através da escolha, a partir de uma tabela pré-definida, das componentes relativas ao investimento.

Passo 6 – Configuração de Indicadores

Figura 23. Quadro de preenchimento - Configuração de Indicadores.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

A configuração de indicadores é realizada com o preenchimento do Adicionar Indicador, através de uma lista de indicadores deverá ser feita uma seleção do(s) indicador(es) que deverão ser associado(s) à operação e a respetiva meta, valor de referência, ano alvo e eventuais observações.

Passo 7 – Informação Complementar

Figura 24. Quadro de preenchimento - Informação Complementar.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

Para preenchimento apenas se tiver alguma tabela pré-definida.

Passo 8 – Gestão de Documentos

Figura 25. Quadro de preenchimento - Gestão de Documentos.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

A gestão de documentos é realizada com o preenchimento do Adicionar Documentos através da seleção de uma lista do tipo de documento que se pretende carregar na aplicação. A seguir seleciona-se o ficheiro pretendido e clica-se “Adicionar Ficheiro”.

Passo 9 – Resumo da Candidatura

Figura 26. Resumo da Candidatura.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

O Resumo de candidatura é apresentado através de um quadro com o resumo de todas as informações submetidas ao longo dos vários campos de preenchimento para validação se tudo se encontra conforme pretendido.

Indicadores

Indicador	Tipo	Unidade	Meta	Valor Ref	Ano Alvo	Observações
Não aplicável	Realização	N/A	1,00	1,00	2015	1

Campos Dinâmicos

Campo	Valor
	Não existe informação complementar associada a este Aviso

Documentos

Tipo	Nome	Data	Utilizador
Comprovativo da Inscrição da Operação	logoAD&C.jpg	30-06-2015 11:01	

Aviso: Só os utilizadores com perfil "Super-Utilizador" podem Submeter uma Candidatura.

Cancelar Anterior Descarregar Resumo

Figura 27. Aviso de Submissão de Candidatura.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

O aviso de submissão de candidaturas existe para avisar o utilizador que só o “Super-Utilizador” pode submeter uma candidatura.

Inclui no final os Termos e Condições de Submissão da Candidatura.

Termos e Condições de Submissão de candidatura ?

Deve ler e aceitar os termos seguintes de submissão de candidatura:

DECLARAÇÃO

O(s) Subscritor(es) declara(m):

1. ter conhecimento das normas nacionais e comunitárias que regulam o acesso aos apoios no âmbito dos FEEL e assegurar o seu cumprimento;
2. não deter nem ter(em) detido mais de 50% do capital de uma empresa, por si, pelo seu cônjuge não separado de pessoas e bens ou pelos seus ascendentes ou descendentes até ao 1º grau, bem como por aquele que consigo viva em união de facto, que não apresente situação regularizada em matéria de repositões no âmbito de financiamentos dos FEEL;
3. que se encontra legalmente constituído e pode desenvolver a sua atividade no território abrangido por este Programa Operacional ou Programa de Desenvolvimento Rural e respetiva tipologia de operação e investimento;
4. que autoriza a consulta à sua situação tributária e contributiva perante a Fazenda Pública e Segurança Social, de modo a ser confirmado que tem a sua situação regularizada;
5. que tem a sua situação regularizada em matéria de repositões no âmbito dos financiamentos do FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER (agricultura) e FEAMP (pescas);
6. que se encontra certificado nos domínios de formação abrangidos pela candidatura ou que irá contratar, para o efeito, entidade(s) formadora(s) certificada(s), nos casos aplicáveis;
7. que não está impedido de recorrer ao financiamento do FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER (agricultura) e FEAMP, nos termos do artº 14º do Decreto-Lei nº 159/2014 de 27 de outubro;
8. que não apresentou a mesma candidatura a outra autoridade de gestão, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;
9. que assegura o cumprimento da programação temporal e física da operação;
10. que assegura a disponibilidade orçamental em níveis adequados à execução da operação, de acordo com a programação;
11. que possui ou tem capacidade para assegurar, até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
12. que são verdadeiras as informações constantes desta candidatura;
13. que a entidade dispõe de contabilidade organizada em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade que lhe é aplicável.

Aceita os termos de envio de candidatura?

Aceito Não Aceito

Cancelar Anterior Descarregar Resumo Submeter Candidatura

Figura 28. Termos e Condições de Submissão da Candidatura.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

Ao clicar Descarregar Resumo dará origem à criação automática de um documento PDF.

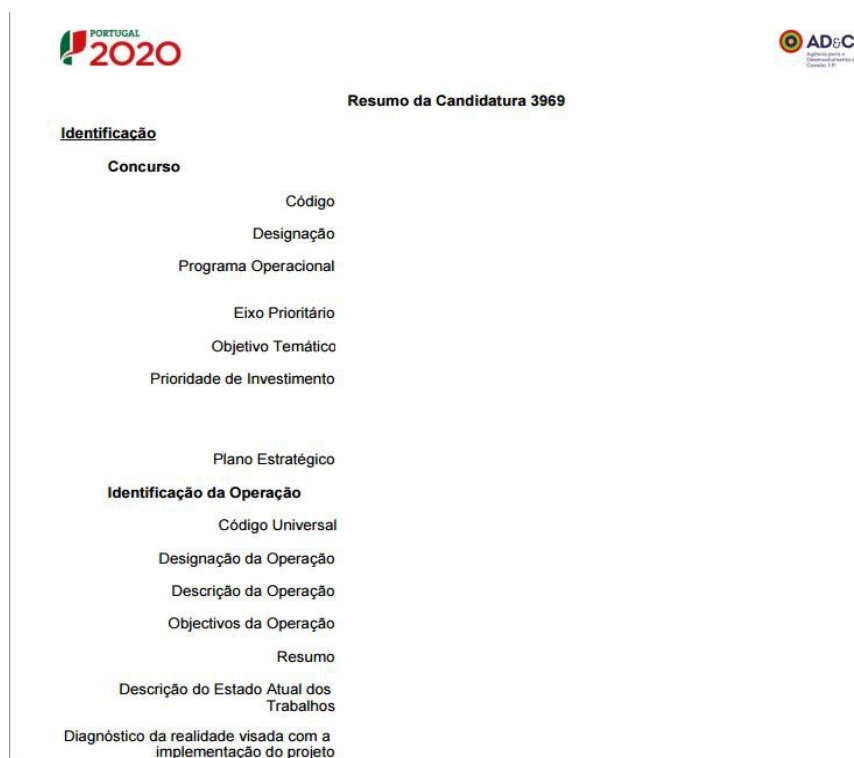


Figura 29. Resumo da Candidatura.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

Por último será então possível fazer a Submissão da Candidatura.



Figura 30. Informação de Direcionamento.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

Será direcionado para a página da Autoridade Tributária.



Figura 31. Autenticação do Contribuinte.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

É ainda possível gerar um documento comprovativo da submissão de Candidatura que apresentará novamente um Resumo da Candidatura submetida.

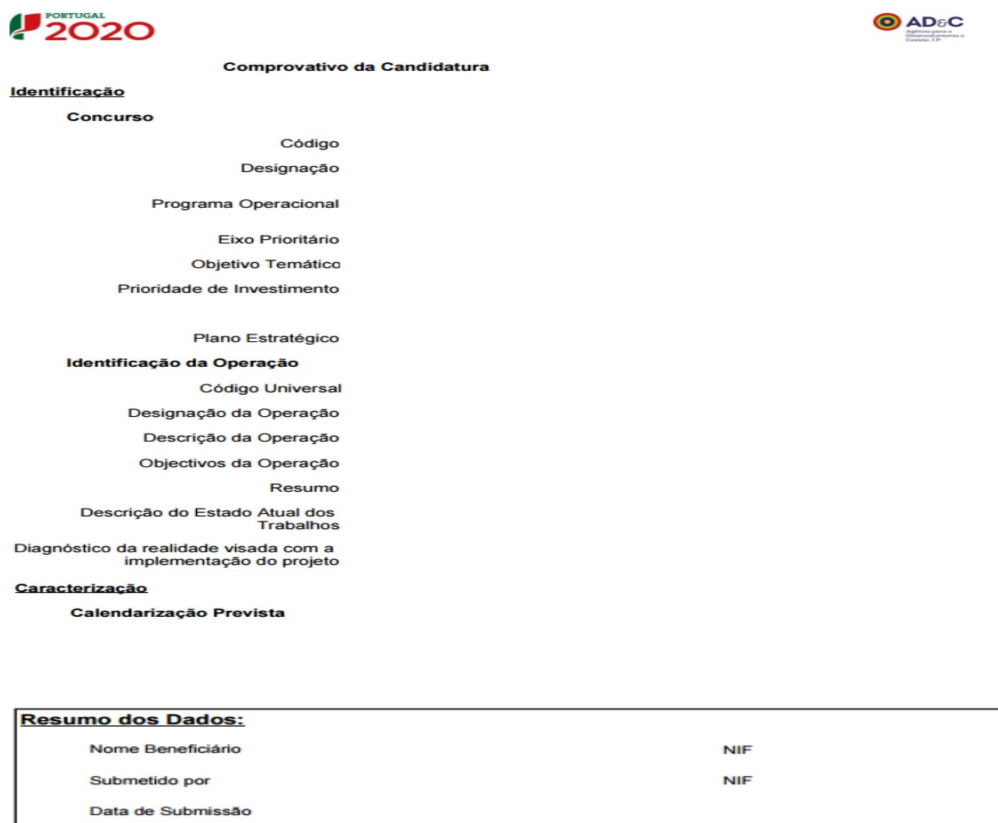


Figura 32. Comprovativo da Candidatura.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioPreenchimentoFormularioCandidatura.pdf> (acedido a 6 fevereiro de 2023).

Anexo II – Como efetuar Pedidos de Pagamento

Os Pedidos de pagamento são realizados através de 5 passos.

O Módulo Pedidos de pagamento encontra-se disponível no website Portugal 2020, no menu Balcão 2020. Ao aceder à página inicial têm de se inserir os dados de acesso e iniciar sessão.

Bem-vindo(a) ao Balcão 2020

O Balcão 2020 constitui o ponto de acesso aos Programas Operacionais financiados pelos FEEL (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento) para todas as entidades que pretendam candidatar à financiamento os seus projetos.

É aqui que encontra informação sobre os financiamentos disponíveis no período 2014-2020 e tudo o que deve saber sobre a apresentação da sua candidatura e o acompanhamento do seu projeto nas suas diversas fases.

Encontrar
Oportunidades de financiamento para o seu projeto (Perfil do beneficiário)

Saber
O que deve saber à partida?

Fazer
Principais passos para apresentar a sua candidatura (Itens explicativos)

Saiba mais como se registar e usar o balcão através das apresentações disponíveis em "Fazer" ou consulte as nossas respostas às Perguntas Frequentes.

Estamos ao seu dispor. Contacte-nos.

O acesso ao Balcão 2020 é simples e fácil!

Por favor insira os seus dados de acesso:

Utilizador
200000241

Senha de Acesso

Perdeu a sua senha? [Recupere-a aqui](#)

Ainda não possui acesso? [Registe-se](#)

Iniciar Sessão

O registo e autenticação no Balcão 2020 **deve ser apenas efetuado pelo beneficiário antes de se candidatar ao seu projeto**. É então criada a sua área reservada, na qual poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se, com destaque para:

- Submissão de candidaturas
- Registo de contratos e procedimentos de contratação pública
- Pedidos de pagamento (adiantamento ou reembolso)
- Pedidos de reprogramação
- Conta-corrente dos projetos

Figura 33. Página inicial do Balcão 2020.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Depois da sessão iniciada é possível aceder à área reservada.

Utilizador: 200000241 Super-utilizador - 500000085 Terminar Sessão

Início Entidade Candidaturas Conta Corrente Administração Contacte-nos

Bem-vindo(a) à sua área reservada

Candidaturas
Conheça os Avisos e submeta a sua candidatura.
Avisos

Conta-corrente
Acompanhe os seus projetos
Projeto

Suporte
Segurança
Por razões de segurança nunca abandone o seu computador ligado numa sessão eBalcão2020.
Consulte a política de segurança
Ajuda

Mobile
Aceda à conta-corrente, a qualquer momento, com os serviços Mobile

Mensagens

Figura 34. Página inicial da área reservada – Entidade.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

O menu Conta Corrente dá acesso a uma página de pesquisa de todas as candidaturas disponíveis que remete para o ecrã dos Pedidos de Pagamento.

Utilizador: 200000241 Super-utilizador - 500000085 Terminar Sessão

Início Entidade Candidaturas Conta Corrente Administração Contacte-nos

Conta-Corrente

Código Concurso

Designação da Operação

Código Universal poseur

Estado da Candidatura Escolha uma opção

Candidaturas Disponíveis: Exportar Excel Limpar Pesquisar

Código Concurso	Designação da Operação	Código Universal *	Estado Candidatura	Aprovado			Pedidos Pagamento Apresentados	Pedidos Pagamento Validados				Pedidos Pagamento a Aguardar Validação	Apoio Pago	Apoio Validado por Pagar	Acesso	
				Custo Total	Elegível	Apoio		Custo Total	Custo Total	Elegível	Não Elegível					Apoio
POSEUR-06-2015-08	A	POSEUR-03-1406-FC-000003	Submetida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Acesso
POSEUR-15-2015-93	aa	POSEUR-03-2215-FC-000003	Submetida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Acesso
POSEUR-15-2015-06	aa	POSEUR-03-2215-FC-000005	Submetida	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Acesso
POSEUR-12-2015-06	Águas do Ave - Alargamento do Sistema de Saneamento	POSEUR-03-2012-FC-000001	Aprovada	120 452 344,00 €	106 990 664,12 €	77 927 442,12 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Acesso

Figura 35. Exemplo de Ecrã de Candidaturas Disponíveis.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Para associar o pedido de pagamento a uma candidatura em específico é necessário aceder a essa candidatura através do link Acesso.

Sendo em seguida remetido para outro ecrã onde ficam disponíveis um conjunto de opções. Para submeter um pedido de pagamento deve-se seleccionar a opção Pedidos Pagamento.

Pesquisa de Candidaturas

Código Universal: Designação da Operação: Estado da Candidatura:

Aviso: Programa Operacional:

Candidaturas Disponíveis:

Designação da Operação	Código Universal *	Data Estado	Estado Candidatura	Custo Total	Programa Operacional			
Dragagens e Defesa da Margem Sul da Lagoa de Óbidos - 2ª Fase	3C284485-D402-4470-9B9C-DD14467DDB3C	05-05-2015	Em preenchimento	4 899 112,09 €	POSEUR	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Teste ao SI do centro	CENTRO-02-0252-FEDER-000001	11-02-2015	Aprovada	100 000,00 €	CENTRO	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Regeneração Urbana de Sines - Plano de Comunicação II	ALT20-04-0516-FEDER-000001	19-09-2015	Aprovada	100 000,00 €	ALENTEJO 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
TESTES ANA	POSEUR-02-0209-FC-000001	19-02-2015	Aceite pelas Entidades / Contratada	10 000,00 €	POSEUR	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Testes Teresa	ALT20-04-0605-FEDER-000002	17-02-2015	Submetida	1 000,00 €	ALENTEJO 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
REQUALIFICAÇÃO URBANA DE RIO DE MOINHOS	15EFD25B-173A-4ABE-9DD4-87EED848443D	18-02-2015	Em preenchimento		ALENTEJO 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Eficiência Energética na Iluminação Pública - Concelho Coruche (1688)	ALT20-04-0605-FEDER-000003	19-02-2015	Submetida	320 852,20 €	ALENTEJO 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Teste Portugal 2020 - Video Suporte Candidaturas	NORTE-02-0145-FEDER-000001	17-06-2015	Submetida	100 000,00 €	NORTE	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Ciclos de animação	ALT20-04-0605-FEDER-000004	18-09-2015	Admitida	111 202,00 €	ALENTEJO 2020	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Teste numero 2	CENTRO-01-0101-FEDER-000001	24-02-2015	Submetida	2 000,00 €	CENTRO	<input type="checkbox"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Figura 36. Exemplo de Ecrã de Pesquisa de Candidaturas.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Ao selecionar a opção Pedidos Pagamento fica disponível o ecrã que permite ao beneficiário pesquisar os pedidos de pagamento registados pela sua entidade no Balcão 2020. É também através deste ecrã que o Beneficiário pode submeter um novo Pedido de Pagamento.

Pesquisar Pedidos Pagamento

Código Operação

Beneficiário

Data Registo de:

Código Pedido Pagamento

Tipo de Pedido de Pagamento
Escolha uma opção ▼

Até:

Pedidos de Pagamento Disponíveis:
Novo Ped. Pagamento
Exportar Excel
Limpar
Q
Pesquisar

Código Universal	Código Pedido Pagamento *	Tipo de Pedido de Pagamento	NIF	Data Estado	Valor Elegível AC	Valor Fundo AC	Valor Pago Fundo AC	Estado Pedido Pagamento	
CENTRO-02-0252-FEDER-000001	1	Contra-Fatura	50000085	16/10/2015 11:21:14				Submetido	
ALC-00-0000-FEDER-000001	86c2653f-b6bd-45d7-9b6a-d0b46da01616	Adiantamento	50000085	04/11/2015 12:34:05				Aguarda Submissão	
POSEUR-03-1406-FC-000001	2	Reembolso	50000085	23/11/2015 18:03:28				Submetido	
ALC-00-0000-FEDER-000001	5528a903-5259-4a9b-aeb0-2c00a723b054	Contra-Fatura	50000085	21/10/2015 17:03:33				Em Preenchimento	
CENTRO-02-0252-FEDER-000001	7a666a9f-2ac9-46ab-920b-60bbd15771b3	Contra-Fatura	50000085	09/12/2015 19:49:16				Em Preenchimento	
NORTE-04-0550-FEDER-000002	f4a63ec3-1f79-4acf-809b-c5a7855ebd3b	Contra-Fatura	50000085	22/10/2015 16:09:05				Em Preenchimento	
NORTE-04-0550-FEDER-000002	a12f9454-6c6b-45fc-8900-f4b9eb13ab10	Reembolso	50000085	09/12/2015 19:50:01				Em Preenchimento	
CENTRO-02-0252-FEDER-000001	045f687b-8255-4cf6-aed7-0dbff83a8ee4	Contra-Fatura	50000085	22/10/2015 16:55:40				Em Preenchimento	
ALC-00-0000-FEDER-000001	566153ba-e354-40b6-9234-60e83918554d	Adiantamento	50000085	26/10/2015 15:49:02				Aguarda Submissão	
ALT20-04-0516-FEDER-000001	4e33104c-6d6b-4e72-852b-7f0008927c4	Reembolso	50000085	09/12/2015 20:13:16				Aguarda Submissão	

10 registos listados de um total de 42.

1
2
3
>
>>

Figura 37. Exemplo de Pesquisa Pedidos Pagamento.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaioApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

A introdução de um Pedido de Pagamento é efetuada através dos seguintes passos:

Passo 1 – Caracterização do Pedido de Pagamento

Caracterização Despesas Confirmação Documentos Resumo

Caracterização do pedido de pagamento * Campo de preenchimento obrigatório

Código Universal * **Designação da Operação**

NIF **Nome ou Designação Social**

Ano (do IVA a que se reporta a informação) *

Tipo de Pedido de Pagamento *

Justificação de adiantamento

Max. 4000 Caracteres

Tipo Regime IVA *

Taxa do regime pro-rata de IVA
 %

Fundamentação do Pedido de Pagamento *

Max. 4000 Caracteres

Figura 38. Inserir Pedidos Pagamento – Caraterização.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Este ecrã é onde se insere a informação relativa a caraterização dos pedidos de pagamento no Balcão 2020.

PORTUGAL
2020

Utilizador: 200000241 [Super-utilizador - 500000085] [Fechar Janela](#)

Candidaturas Grandes Projetos Pré-Qualificação Plano Estratégico Contratos Pedidos Pagamento

Filtrar Candidaturas

Candidaturas Disponíveis

POSEUR-02-0209-FC-000001	TESTES ANA
CENTRO-01-0145-FEDER-000003	Designação da Operação - Candidatura de Testes 1
POSEUR-03-2215-FC-000008	Teste M20
POSEUR-02-1708-FC-000008	TESTE OI 06
POAT-01-6177-FEDER-000005	Operação para o Rui Soares Dias Testar os Pedidos de Pagamento
POAT-01-6177-FEDER-000006	v6uh6

Figura 39. Inserir Pedidos Pagamento – Candidaturas Disponíveis (exemplo).

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Passo 2 – Registo de Despesas

Utilizador: 200000241 [Super-utilizador - 500000085] [Fechar Janela](#)

Candidaturas Grandes Projetos Pré-Qualificação Plano Estratégico Contratos Pedidos Pagamento

Caracterização **Despesas** Confirmação Documentos Resumo

Registo de Despesas

*Campo de preenchimento obrigatório

Importar Despesa ? **Adicionar Despesa** ?

Template para importação de despesas
 Nenhum ficheiro selecionado

Despesas já adicionadas ?

Tipo Documento	Núm. Doc. Fornecedor	Despesa	Eleg. Ajustado Dec. Despesa	Núm. Doc. Pagamento	Eleg. Ajustado Dec. Pagamento	Componente	Contrato	Preceç AG	Valor elegível do documento de despesa ajustado à decisão AG	Valor elegível do documento de pagamento ajustado à decisão AG
Não existem despesas adicionadas.										

Elegível justificado
0,00 €

Custo Total Aprovado
561 828,93 €

Fundo solicitado
 €

Fundo justificado
0,00 €

Fundo aprovado
304 426,92 €

Figura 40. Inserir Pedidos Pagamento – Despesas.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Este ecrã serve para registar despesas e pagamentos ao pedido de pagamento. A despesa pode ser submetida de duas formas, a partir do Importar Despesa através de um Template ou do Adicionar Despesa.

Ao clicar no botão Adicionar Despesa é direcionado para o ecrã de inserção de despesas.

* Campo de preenchimento obrigatório

Candidaturas Grandes Projetos Pré-Qualificação Contratos Pedidos Pagamento Plano Estratégico Candidaturas DLBC Candidaturas PEDU

Caracterização da Despesa

Identificação do Fornecedor

NIF * Designação * Validar Fornecedor

Identificação da Componente

Código * Designação Associar Componente

Identificação do Contrato

Código * Designação Associar Contrato

Identificação Auto Medição

Número auto medição Descrição Associar Auto Medição

Documento Despesa

Tipo do documento de despesa *
Escolha uma opção

Número do documento de despesa * Data do documento de despesa *

Total sem I.V.A. do documento de despesa * I.V.A. do documento de despesa * Total do documento de despesa

Valor do documento de despesa imputado à operação *

Valor elegível do doc. de desp. imputado à operação * Valor elegível do documento de despesa ajustado à decisão

Classificação Contabilística

Classificação contabilística *
Escolha uma opção

Caracterização

Descrição *

Observações
Max. 450 Caracteres

Parâcer AG

Cancelar Gravar

Figura 41. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Ao adicionar a despesa surgirão novos ecrãs com campos com múltiplos registos por Pedido de Pagamento:

Na Identificação do Fornecedor tem que ser indicado o NIF e a Designação do Fornecedor.

* Campo de preenchimento obrigatório

Caracterização da Despesa

Identificação do Fornecedor

NIF * Designação * Validar Fornecedor ✓

123456789 teste123

Figura 42. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa: Identificação do Fornecedor (exemplo).

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Na Identificação da Componente, ao selecionar o botão Associar Componente surge um novo ecrã com a lista de opções associadas às componentes da operação.

Componente Disponíveis	
7	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria
16	Construções diversas

Figura 43. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa: Componentes Disponíveis.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Na Identificação do Contrato, ao selecionar o botão Associar Contrato surge um novo ecrã com a lista dos contratos disponíveis para associação à despesa do pedido de pagamento.

Contrato Disponíveis	
CNT-000044	Prestação de serviços para elaboração do projecto de execução da estabilização da arriba Sul/Poente da praia da Ribeira d'Ilhas

Figura 44. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa: Contratos Disponíveis (exemplo).

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Na Identificação Auto de Medição a seleção é feita a partir da lista dos autos de medição associados ao contrato seleccionado.

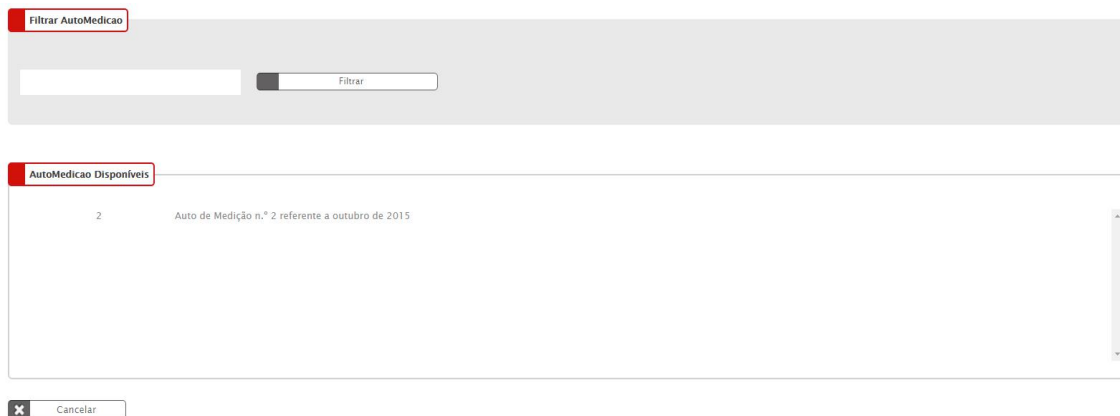


Figura 45. Inserir Pedidos de Pagamento – Caraterização da Despesa: Auto Medição Disponíveis (exemplo).

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Depois de finalizado o preenchimento deve escolher o ficheiro e importá-lo através do botão “Importar Despesa”.



Figura 46. Inserir Pedidos de Pagamento – Importar Despesas.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaoApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Depois de associada a despesa e pagamentos o ecrã Registo de Despesas é preenchido.

Caracterização Despesas **Despesas** Confirmação Documentos Resumo

Registo de Despesas

*Campo de preenchimento obrigatório

Importar Despesa ? Adicionar Despesa ?

Template para importação de despesas
Escolher ficheiro Nenhum ficheiro selecionado Importar Despesa Adicionar Despesa

Despesas já adicionadas ?

Tipo Documento	Fornecedor	Núm. Doc. Despesa	Eleg. Ajustado Doc. Despesa	Núm. Doc. Pagamento	Eleg. Ajustado Doc. Pagamento	Componente	Contrato	Parecer AG	Valor elegível do documento de despesa ajustado à decisão AG	Valor elegível do documento de pagamento ajustado à decisão AG
Não existem despesas adicionadas.										

Elegível justificado: 0,00 €
Custo Total Aprovado: 561 828,93 €
Fundo solicitado: €

Fundo justificado: 0,00 €
Fundo aprovado: 304 426,92 €

Cancelar Anterior Seguinte

Figura 47. Inserir Pedidos de Pagamento – Despesas.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaioApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Passo 3 – Confirmação do Pedido de Pagamento

Caracterização Despesas **Confirmação** Documentos Resumo

Caracterização

*Campo de preenchimento obrigatório

Código Universal: POSEUR-03-2215-FC-000011
Designação de Operação: Testes M15

Tipo de Pedido de Pagamento: Contra-Fatura

Justificação de adiantamento

Tipo Regime IVA: Não é sujeito passivo de IVA

NIF: 500000085
Nome ou Designação Social: Entidade Teste

Ano (do IVA a que se reporta a informação): 2016

Fundamentação do Pedido de Pagamento: TESTE

Despesas

Tipo Documento	Fornecedor	Núm. Doc. Despesa	Eleg. Ajustado Doc. Despesa	Núm. Doc. Pagamento	Eleg. Ajustado Doc. Pagamento	Componente	Contrato	Parecer AG	Valor elegível do documento de despesa ajustado à decisão AG	Valor elegível do documento de pagamento ajustado à decisão AG
Fatura	123456789	123/2016	10,00 €			Construções diversas	Estabilização Arriba Sul/Poente Praia Ribeira d il			

Elegível justificado: 0,00 €
Custo Total Aprovado: 707 450,65 €
Fundo solicitado: 8,50 €

Fundo justificado: 0,00 €
Fundo aprovado: 594 964,72 €

Cancelar Seguinte

Figura 48. Inserir Pedidos de Pagamento – Confirmação (exemplo).

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaioApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Este ecrã permite aos beneficiários verificar e submeter a informação inicial.

Passo 4 – Gestão de Documentos

Para Submeter o Pedido de Pagamento deve-se aceitar os Termos e Condições de Submissão de Pedido de Pagamento e clicar em Submeter.

Termos e Condições de Submissão de pedido pagamento

Deve ler e aceitar os termos seguintes de submissão de pedido pagamento:

DECLARAÇÃO

O(s) Subscritor(es) declara(m):

1. ter conhecimento das normas nacionais e comunitárias que regulam o acesso aos apoios no âmbito dos FEI e assegurar o seu cumprimento;
2. não deter nem ter(em) detido mais de 50% do capital de uma empresa, por si, pelo seu cônjuge não separado de pessoas e bens ou pelos seus ascendentes ou descendentes até ao 1º grau, bem como por aquele que consigo viva em união de facto, que não apresente situação regularizada em matéria de reposições no âmbito de financiamentos dos FEI;
3. que se encontra legalmente constituído e pode desenvolver a sua atividade no território abrangido por este Programa Operacional ou Programa de Desenvolvimento Rural e respetiva tipologia de operação e investimento;
4. que autoriza a consulta à sua situação tributária e contributiva perante a Fazenda Pública e Segurança Social, de modo a ser confirmado que tem a sua situação regularizada;
5. que tem a sua situação regularizada em matéria de reposições no âmbito dos financiamentos do FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER (agricultura) e FEAMP (pescas);
6. que se encontra certificado nos domínios de formação abrangidos pela candidatura ou que irá contratar, para o efeito, entidade(s) formadora(s) certificada(s), nos casos aplicáveis;
7. que não está impedido de recorrer ao financiamento do FEDER, FSE, Fundo de Coesão, FEADER (agricultura) e FEAMP, nos termos do artº 14º do Decreto-Lei nº 159/2014 de 27 de outubro;
8. que não apresentou a mesma candidatura a outra autoridade de gestão, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;
9. que assegura o cumprimento da programação temporal e física da operação;
10. que assegura a disponibilidade orçamental em níveis adequados à execução da operação, de acordo com a programação;
11. que possui ou tem capacidade para assegurar, até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
12. que são verdadeiras as informações constantes desta candidatura;
13. que a entidade dispõe de contabilidade organizada em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade que lhe é aplicável.

Aceita os termos de envio de pedido pagamento ?

Aceito Não Aceito

Cancelar Anterior Submeter

Figura 51. Inserir Pedidos de Pagamento – Termo e Condições de Submissão PP.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Depois de submeter o Pedido de Pagamento aparece a seguinte mensagem direcionado para a página da Autoridade Tributária.

Informação de Direcionamento

Vai agora ser direcionado para a página da Autoridade Tributária, onde deverá ser efetuada a autenticação com as credenciais da Autoridade Tributária da entidade beneficiária deste pedido de pagamento.

Anterior OK

Figura 52. Inserir Pedidos de Pagamento – Informação de Direcionamento AT

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Em seguida surge um ecrã para Autenticação do Contribuinte. Neste o utilizador deve ser o NIF do beneficiário e a senha da Autoridade Tributária também do beneficiário.

Autenticação do Contribuinte



Este sistema tem como objetivo efectuar, de uma forma segura, a autenticação do utilizador do Balcão2020 (Qualidade)

Autenticação

Autorizo que o meu Número de Contribuinte e Nome sejam fornecidos à entidade Balcão2020.

Utilizador: *

Senha: **

Também pode utilizar o seu: CARTÃO DE CIDADÃO

* nº contribuinte | ** utilizada no Portal das Finanças

[Registar no Portal das Finanças](#)

Atualizado em 2016-01-29. Versão 3.0.2-0366

Figura 53. Inserir Pedidos de Pagamento – Autenticação AT – 1.º Ecrã.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Autenticação do Contribuinte

BALCÃO2020

Está a ser redireccionado de forma segura para Balcão2020.

Por favor, aguarde...

Se não for redireccionado dentro de segundos para Balcão2020, por favor clique [aqui](#)

Atualizado em 2016-01-29. Versão 3.0.2-0366

Figura 54. Inserir Pedidos de Pagamento – Autenticação AT – 2.º Ecrã.

Fonte: <https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/GuiaApoioModuloPedidosPagamento.pdf> (acedido a 7 fevereiro de 2023).

Após submissão, é direccionado para o ecrã de pesquisa de Pedidos de Pagamento. Podendo assim consultar o Pedido agora com o código de Pedido de Pagamento definitivo.

Anexo III – Como preencher o formulário dos Relatórios de Execução

Os Relatórios de execução são realizados através de 11 passos.

No Balcão 2020 encontra-se disponível dentro da Ficha de cada operação, um separador designado por “Relatórios de Execução”, através do qual as entidades beneficiárias podem registar e submeter os respetivos Relatórios de Execução.

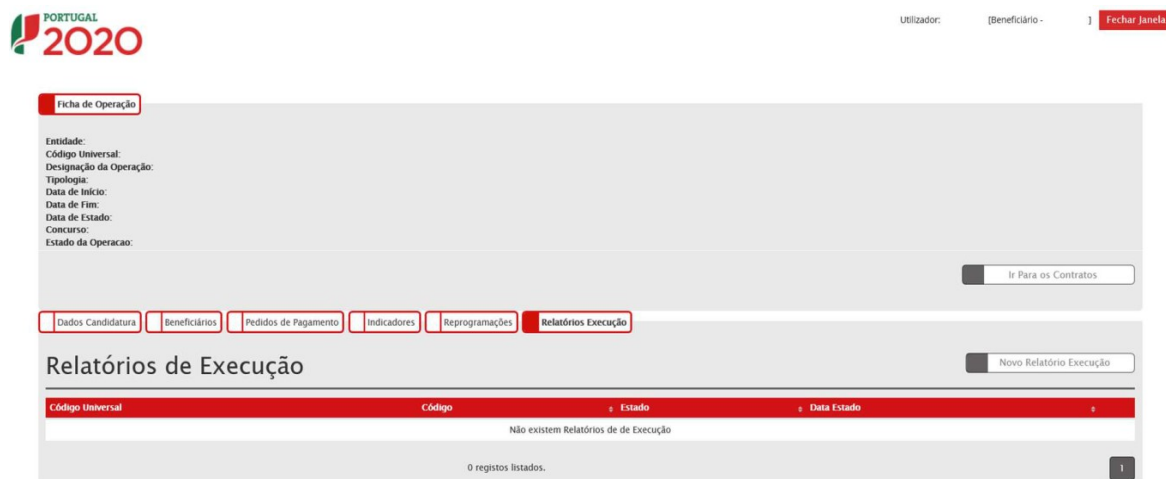


Figura 55. Acesso ao Relatório de Execução a partir da Ficha de Operação.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

O preenchimento do formulário Relatório de Execução é efetuado através dos seguintes passos:

Passo 1 – Identificação

Neste ecrã a informação é preenchida de forma automática de acordo com a última versão da mesma registada no Balcão.

Figura 56. Relatório de Execução | Passo 1 – Identificação.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 2 – Descrição

Neste ecrã tem-se como objetivo a atualização da informação relativa à descrição da operação.

Figura 57. Relatório de Execução | Passo 2 – Descrição.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 3 – Calendarização

Neste ecrã encontram-se as datas mais relevantes no contexto da operação.

Calendarização

Calendarização

Data Inicio Operação

Data Prevista Fim Operação

Data Inicio Efetivo da Execução Física

Data Fim Efetivo da Execução Física

Data Inicio Efetivo da Execução Financeira

Data Fim Efetivo da Execução Financeira

Justificação dos Desvios

Observações

Cancelar

Anterior

Seguinte

Figura 58. Relatório de Execução | Passo 3 – Calendarização.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 4 – Financiamento

Neste quadro são expostos os valores do financiamento da operação aprovados.

Financiamento

Tipologia

Forma de Financiamento

Subvenção Não Reembolsável

Financiamento da Operação

	Aprovado	Executado
Custo Total	€	€
Investimento Não Elegível	€	€
Investimento Elegível Não Comparticipado	€	€
Investimento Elegível	€	€
Operação Geradora de Receitas	<input type="checkbox"/>	
Custo Total Atualizado	€	
Receitas Líquidas Atualizadas	€	
Despesas Elegíveis	€	
Défice de Financiamento	€	
Montante Máximo Elegível	€	
Elegível Não Comparticipado Receitas	€	
Total Elegível Não Comparticipado	€	
Contribuição Comunitária	€	€
Taxa de Cofinanciamento	%	%
Financiamento Privado	€	
Financiamento Público Nacional	€	

Recurso a Empréstimo BEI

Recurso Empréstimo BEI

Recurso Empréstimo BEI Código

Recurso Empréstimo BEI Montante

Recurso Empréstimo BEI Data

Justificação dos Desvios

Observações

Cancelar

Anterior

Seguinte

Figura 59. Relatório de Execução | Passo 4 – Financiamento.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 5 – Plano de Investimento

No ecrã Plano de Investimento apresentam-se 2 quadros com a informação organizada, quer da execução por contrato como da repartição do investimento por componente.

Figura 60. Relatório de Execução | Passo 5 – Plano de Investimento.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 6 – Indicadores

No ecrã relativo aos Indicadores associados à operação, a informação pré-preenchida é retirada da última versão validada do reporte de indicadores.

Figura 61. Relatório de Execução | Passo 6 – Indicadores.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 7 – Medidas de Publicidade

Neste ecrã o beneficiário deve associar por medida, a informação relativa às medidas de publicidade implementadas no âmbito da operação.

Figura 62. Relatório de Execução | Passo 7 – Medidas de Publicidade.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 8 - Questões Ambientais

Neste ecrã o beneficiário tem de registar os dados relacionados com a operação relativos às questões ambientais, quando aplicável e ainda a conclusão física e entrada em funcionamento.

Figura 63. Relatório de Execução | Passo 8 – Questões Ambientais.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 9 – Condições de Execução

Neste ecrã, o beneficiário tem de informar do cumprimento das condições especiais de funcionamento, e mesmo na situação em que não se apliquem, deve mencioná-lo selecionando a opção “N/A”.

Figura 64. Relatório de Execução | Passo 9 – Condições de Execução.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 10 – Documentos

Este ecrã destina-se ao *upload* dos documentos complementares ao Relatório de Execução, organizados de acordo com as seguintes tipologias:

- Execução Física
- Execução Financeira
- Medidas de Publicidade
- Condicionantes à Execução
- Questões Ambientais
- Outros

Figura 65. Relatório de Execução | Passo 10 – Gestão de Documentos.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).

Passo 11 – Resumo

Este ecrã contém o resumo de toda a informação preenchida ao longo do Relatório de Execução, incluindo os ficheiros em anexo.

Identificação Descrição Calendarização Financiamento Plano Investimento Indicadores Medidas Publicidade Questões Ambientais Cond. Execução Documentos **Resumo**

Resumo do Relatório de Execução

Identificação

Operação

Código Universal	Designação da Operação
<input type="text"/>	<input type="text"/>

Figura 66. Relatório de Execução | Passo 11 – Resumo do Relatório de Execução.

Fonte: https://www.norte2020.pt/sites/default/files/public/uploads/documentos/N2020_ManualApoio_RelatorioExecucaoOperacoes_CD08062018.pdf (acedido a 9 fevereiro de 2023).